



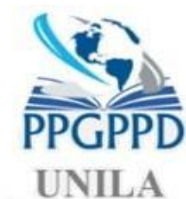
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
(PPGPPD)

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES:
APONTAMENTOS SOBRE OS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE
ITAIPU**

IDAIR JOSÉ DE BORTOLI JUNIOR

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO
(PPGPPD)

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES:
APONTAMENTOS SOBRE OS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE
ITAIPU**

IDAIR JOSÉ DE BORTOLI JUNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dr^a. Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor

Foz do Iguaçu
2026

IDAIR JOSÉ DE BORTOLI JUNIOR

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES:
APONTAMENTOS SOBRE OS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE
ITAIPU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr^a. Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor
UNILA

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Prof. Dr. Flávio de Matos Rocha
Itaipu Parquetec

Foz do Iguaçu, 01 de junho 2026

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

B652i

Bortoli Junior, Idair José de.

Índice de desenvolvimento sustentável das cidades: apontamentos sobre os municípios limítrofes ao lago de Itaipu / Idair José de Bortoli Junior. - Foz do Iguaçu, 2026.
351 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Integração, Políticas Públicas e Desenvolvimento - PPD.

Orientador: Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor.

1. Desenvolvimento sustentável - Paraná. 2. Sustentabilidade e meio ambiente. 3. Crescimento urbano. I. Pintor, Geisiane Michelle Zanquetta de. II. Título.

CDU 338(816.2)

Dedico este trabalho à Amora.

Na memória que aquece, na saudade que dói e
no amor que permanece.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha esposa, minha companheira de vida e de jornada acadêmica, com quem iniciei a pós-graduação. Mesmo trilhando caminhos em universidades diferentes, permanecemos firmes, apoiando-nos mutuamente, compartilhando angústias, conquistas e aprendizados ao longo desta caminhada.

Agradeço, de forma muito especial, à minha orientadora, que com sensibilidade, paciência e generosidade, mostrou-me que o mestrado não precisa ser um percurso árduo e solitário, mas pode ser vivido como um processo de aprendizagem, crescimento pessoal e acolhimento comigo mesmo. Sua condução foi fundamental para que este trabalho se concretizasse.

Aos professores, que para além da transmissão dos conteúdos teóricos, compartilharam valores, experiências e ensinamentos que levarei comigo e procurarei reproduzir ao longo de toda a minha trajetória acadêmica e profissional.

Aos colegas de curso, pela convivência, pelas trocas sinceras e pelo companheirismo, que tornaram essa caminhada mais leve e significativa, deixando aprendizados que levarei para a vida.

À banca examinadora, pela disponibilidade, atenção e valiosas contribuições, que enriqueceram este trabalho e foram essenciais para o seu aprimoramento final.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão desta etapa tão significativa da minha vida. Seja por meio de palavras de incentivo, apoio, compreensão nos momentos difíceis ou presença constante, cada gesto foi fundamental para que este caminho fosse percorrido até o fim.

RESUMO

A preocupação com a preservação ambiental ganhou maior evidência a partir da década de 1960, impulsionando convenções internacionais e acordos voltados ao enfrentamento do aquecimento global. Pensar o desenvolvimento sustentável exige a formulação de políticas públicas eficazes, capazes de compreender a realidade e produzir resultados positivos para a população. Nesse contexto, os indicadores assumem papel central na identificação de problemas e no monitoramento das ações públicas. Esta dissertação tem como objetivo geral analisar o nível de sustentabilidade dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu. Como objetivos específicos, busca-se realizar uma análise descritiva dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), avaliar o desempenho dos municípios no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no período de 2015 a 2024 e identificar os indicadores com maiores fragilidades no cumprimento das metas. A metodologia adotada baseia-se na estrutura do IDSC-BR, desenvolvido pela *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), iniciativa vinculada à Organização das Nações Unidas. A pesquisa realiza uma análise do desempenho dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu a partir dos indicadores que compõem o IDSC-BR, utilizando seus índices como parâmetro para avaliar o nível de sustentabilidade e o grau de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O IDSC-BR utiliza 100 indicadores provenientes de fontes públicas e oficiais. Foram analisados 16 municípios da região do lago de Itaipu, considerando variáveis como área territorial, população, Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita* e recebimento de *royalties* da hidrelétrica de Itaipu, por meio de abordagem quantitativa e aplicação de técnicas descritivas. Os resultados demonstram que, no contexto nacional do IDSC-BR, os municípios lindeiros ao lago de Itaipu apresentaram, de modo geral, desempenho satisfatório nos indicadores de desenvolvimento sustentável. Contudo, a análise comparativa evidenciou desigualdades significativas entre os municípios analisados. Mercedes apresentou o melhor desempenho geral no IDSC-BR, seguida por Itaipulândia e Missal. Em contrapartida, os menores desempenhos, dentre os analisados, foram observados em Mundo Novo e Pato Bragado, sendo Diamante D'Oeste o município com a menor pontuação no índice.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade. IDSC-BR.

ABSTRACT

Environmental preservation gained greater prominence from the 1960s onward, driven by international conventions and agreements aimed at addressing global warming. Sustainable development requires the formulation of effective public policies capable of understanding local realities and generating positive outcomes for society. In this context, indicators play a central role in identifying problems and monitoring public actions. The general objective of this dissertation is to analyze the level of sustainability of the municipalities bordering the Itaipu Lake. The specific objectives are to conduct a descriptive analysis of the indicators that compose the Sustainable Development Index for Cities – Brazil (IDSC-BR), evaluate municipal performance in achieving the Sustainable Development Goals (SDGs) from 2015 to 2024, and identify the indicators showing the greatest weaknesses in meeting established targets. The methodology adopted is based on the IDSC-BR framework developed by the Sustainable Development Solutions Network (SDSN), an initiative linked to the United Nations. The study assesses the performance of municipalities bordering Itaipu Lake through the indicators that make up the IDSC-BR, using its scores as parameters to evaluate sustainability levels and the degree of achievement of the Sustainable Development Goals. The IDSC-BR is composed of 100 indicators derived from public and official data sources. A total of 16 municipalities in the Itaipu Lake region were analyzed, considering variables such as territorial area, population, Gross Domestic Product (GDP), GDP per capita, and the receipt of royalties from the Itaipu Hydroelectric Power Plant. The research employed a quantitative approach and descriptive analytical techniques. The results indicate that, within the national context of the IDSC-BR, the municipalities bordering Itaipu Lake generally demonstrated satisfactory performance in sustainable development indicators. However, the comparative analysis revealed significant disparities among the municipalities studied. Mercedes achieved the highest overall performance in the IDSC-BR, followed by Itaipulândia and Missal. In contrast, the lowest performances among the municipalities analyzed were observed in Mundo Novo and Pato Bragado, while Diamante D'Oeste obtained the lowest score in the index.

Key words: Development. Sustainability. IDSC-BR.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SDSN	<i>Sustainable Development Solution Network</i>
SEEG	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA.....	9
1.2 PROBLEMA.....	11
1.3 HIPÓTESE(S).....	13
1.4 OBJETIVO(S)	13
1.4.1 Objetivo Geral.....	13
1.4.2 Objetivos Específicos.....	13
1.5 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	14
2 MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE.....	16
2.1 O SURGIMENTO DOS TERMOS SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	16
2.2 MOVIMENTOS AMBIENTAIS APÓS 1972.....	20
2.3 A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	22
3 A PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	26
3.1 BREVE EXPOSIÇÃO DA TRAJETÓRIA AMBIENTAL BRASILEIRA	26
3.2 DIREITO DAS CIDADES: A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE COMO GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA.....	31
3.3 OS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU.....	34
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	37
5 ANÁLISE E RESULTADOS	43
5.1 ANÁLISE DOS DADOS	43
5.1.1 Diamante D'Oeste/PR.....	44
5.1.2 Entre Rios do Oeste/PR.....	48
5.1.3 Foz do Iguaçu/PR	51
5.1.4 Guaíra/PR.....	55
5.1.5 Itaipulândia/PR.....	59
5.1.6 Marechal Cândido Rondon/PR	63
5.1.7 Medianeira/PR	67
5.1.8 Mercedes/PR	71
5.1.9 Missal/PR.....	75
5.1.10 Mundo Novo/MS	79
5.1.11 Pato Bragado/PR	83
5.1.12 Santa Helena/PR	87

5.1.13 Santa Terezinha de Itaipu/PR	90
5.1.14 São José das Palmeiras/PR	95
5.1.15 São Miguel do Iguaçu/PR	99
5.1.16 Terra Roxa/PR	103
5.2 ANÁLISE DOS DADOS	107
5.2.1 Síntese comparativa dos Municípios.	107
5.2.2 Discussão analítica dos objetivos e indicadores com maiores fragilidades ...	111
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	120
ANEXO I	127
ANEXO II	144
ANEXO III	157
ANEXO IV	170
ANEXO V	183
ANEXO VI	196
ANEXO VII	209
ANEXO VIII	222
ANEXO IX	235
ANEXO X	248
ANEXO XI	261
ANEXO XII	274
ANEXO XIII	287

ANEXO XIV 300

ANEXO XV 313

ANEXO XVI 326

ANEXO XVII 339

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a preservação ambiental e com os limites do modelo de crescimento econômico ganhou maior evidência a partir da década de 1960, quando os impactos sociais e ambientais da industrialização passaram a ser amplamente discutidos no âmbito acadêmico e político. Esse período marcou a incorporação progressiva da temática ambiental na agenda internacional, impulsionada por conferências e relatórios que alertaram para a finitude dos recursos naturais e para a necessidade de compatibilizar crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental. A Conferência de Estocolmo, em 1972, e, posteriormente, o Relatório *Brundtland*, em 1987, consolidaram o conceito de desenvolvimento sustentável como referência central para a formulação de políticas públicas em escala global.

No início dos anos 2000, esse debate materializou-se na formulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que buscaram enfrentar desafios prioritários relacionados à pobreza, à saúde, à educação e à desigualdade. Embora relevantes, os ODM apresentavam limitações quanto à integração das dimensões ambiental, social e econômica. Em resposta a essas lacunas, a Organização das Nações Unidas instituiu, em 2015, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ampliando o escopo das metas globais e reforçando a necessidade de ações articuladas entre diferentes níveis de governo. Os ODS passaram a assumir papel estratégico na orientação das políticas públicas, especialmente no âmbito regional e local, onde grande parte das ações concretas é implementada.

O referencial teórico que fundamenta esta pesquisa dialoga com a literatura sobre desenvolvimento sustentável e políticas públicas, destacando a importância dos indicadores como instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação das ações governamentais. Autores como Sachs (2009), Bosselmann (2015) e Veiga (2010) contribuem para a distinção conceitual entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, ao compreenderem a sustentabilidade como um estado desejável de equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e econômica, enquanto o desenvolvimento sustentável é entendido como um processo dinâmico e contínuo, orientado por políticas e estratégias capazes de promover esse equilíbrio ao longo do tempo. Boff (2012) acrescenta uma dimensão ética ao debate, ao associar a sustentabilidade à responsabilidade

intergeracional e ao cuidado com a vida em suas múltiplas formas. Nesse contexto, organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, ressaltam que a mensuração do desenvolvimento sustentável por meio de indicadores sintéticos permite identificar desigualdades territoriais, fragilidades institucionais e limitações na implementação de políticas públicas, contribuindo para o aprimoramento da tomada de decisão.

Entre os instrumentos atualmente disponíveis para mensuração do desenvolvimento sustentável em nível local, destaca-se o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), desenvolvido no âmbito da *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), iniciativa vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). O índice reúne um amplo conjunto de indicadores sociais, econômicos, ambientais e institucionais, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), permitindo avaliar o desempenho dos municípios brasileiros de forma integrada. Além de apresentar uma pontuação geral de sustentabilidade, a plataforma do IDSC-BR possibilita a análise detalhada de cada indicador e objetivo, oferecendo um panorama abrangente das potencialidades e fragilidades municipais. Dessa forma, o índice constitui uma importante ferramenta de diagnóstico e monitoramento, tornando possível uma análise, ainda que preliminar, das condições de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros.

Apesar dos avanços na produção de índices e indicadores voltados à avaliação da sustentabilidade, observa-se uma lacuna no que se refere à análise sistemática do nível de desenvolvimento sustentável dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu. Trata-se de uma região marcada por especificidades ambientais e econômicas, por disparidades territoriais e populacionais, porém todos com a influência dos *royalties* provenientes da usina hidrelétrica, fatores que impactam diretamente a formulação e a implementação de políticas públicas locais. Ainda são escassos os estudos que analisam, de forma comparativa, o desempenho desses municípios no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como as principais fragilidades relacionadas ao alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030.

Diante desse cenário, esta dissertação busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: qual é o nível de sustentabilidade dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu e quais são os indicadores com maiores fragilidades no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? O objetivo geral do estudo consiste em analisar o nível de sustentabilidade desses municípios. Como objetivos específicos, propõe-se: realizar uma

análise descritiva dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR); avaliar o desempenho dos municípios no cumprimento dos ODS no período de 2015 a 2024; e apontar os indicadores com maiores fragilidades relacionadas no atendimento das metas, de modo a contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável em nível local.

Quanto à estrutura, a dissertação está organizada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. A introdução apresenta a contextualização do tema, a delimitação do problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo. O primeiro capítulo desenvolve o referencial teórico, abordando a evolução do tema e a diferenciação conceitual entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, bem como a evolução das políticas ambientais e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O segundo capítulo expõe a evolução da proteção ambiental no Brasil, o direito das cidades e a caracterização dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu. O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados, com detalhamento do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), das fontes de dados utilizadas e das técnicas de análise empregadas. O capítulo quarto apresenta e analisa os resultados da pesquisa, com foco no desempenho dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu e na identificação dos indicadores com as maiores fragilidades relacionadas aos ODS. Por fim, as considerações finais reúnem as conclusões do estudo e apontam suas contribuições para o debate acadêmico e para o aprimoramento das políticas públicas locais.

1.1 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA

A problematização e a preocupação com a preservação ambiental tornaram-se mais evidentes a partir da década de 1960, período em que a temática passou a integrar a agenda internacional por meio de convenções e acordos voltados à mitigação dos efeitos do aquecimento global (ONU, 2020). No contexto brasileiro, embora haja registros de adesão às diretrizes internacionais desde então, foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o meio ambiente adquiriu status de relevância jurídica, sendo reconhecido como direito fundamental (Sarlet e Fensterseifer, 2021).

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever

de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988). Nessa perspectiva, torna-se imprescindível refletir sobre o modelo de desenvolvimento adotado e sobre o tipo de cidade que se pretende construir, considerando os impactos gerados sobre a natureza e sobre a qualidade de vida da população. Conforme ressalta Santos (2022), a ausência de políticas públicas voltadas à proteção ambiental compromete o exercício dos demais direitos fundamentais.

O desenvolvimento, por sua vez, deve ser compreendido como um processo que vai além do crescimento econômico, pressupondo melhorias efetivas nas condições de vida da população (Oliveira, 2002). Nesse sentido, a formulação de políticas públicas orientadas pelo desenvolvimento sustentável torna-se indispensável, especialmente à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas, que estabelecem 17 objetivos interdependentes voltados ao enfrentamento dos principais desafios econômicos, sociais e ambientais contemporâneos (ONU, s.d.).

A escolha dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu como objeto de análise justifica-se por suas características regionais específicas e pela relevância estratégica que a região assume no contexto do desenvolvimento sustentável. Todos os municípios analisados estão vinculados ao recebimento de *royalties* provenientes da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o que representa uma fonte significativa de recursos públicos e, ao mesmo tempo, impõe responsabilidades adicionais quanto à gestão ambiental e ao planejamento do desenvolvimento local. Ademais, trata-se de uma região composta majoritariamente por municípios de pequeno e médio porte, que apresentam diferentes níveis de capacidade administrativa e dependência funcional, especialmente no que se refere à oferta de serviços públicos, como os de saúde, frequentemente concentrados em municípios de maior porte.

Além disso, a escolha dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu mostra-se relevante em razão da própria origem e configuração territorial da região, profundamente marcada pelos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A formação do lago artificial provocou transformações significativas no espaço regional, alterando dinâmicas produtivas, relações sociais, estruturas urbanas e aspectos ambientais dos municípios atingidos. Ao mesmo tempo em que a usina representa um importante vetor de desenvolvimento econômico e geração de receitas públicas por meio dos *royalties*, também impõe desafios permanentes relacionados à gestão territorial, à preservação ambiental e à promoção de políticas públicas sustentáveis.

Assim, a análise dos municípios lindeiros permite compreender de que forma

territórios submetidos a um mesmo contexto histórico, ambiental e econômico apresentam diferentes capacidades de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, evidenciando desigualdades e potencialidades relevantes para o debate sobre desenvolvimento regional sustentável.

Nesse contexto, a análise coletiva dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu possibilita uma visão mais ampla e integrada da região, permitindo identificar padrões, fragilidades e assimetrias no atendimento aos ODS que dificilmente seriam captados por análises isoladas. A abordagem regional adotada neste estudo revela-se, portanto, condizente com a proposta de avaliar o desenvolvimento sustentável em sua dimensão territorial e relacional, considerando as interdependências existentes entre os municípios.

Assim, o presente estudo busca contribuir para a identificação, o acompanhamento e a avaliação das condições de sustentabilidade no desenvolvimento dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, utilizando o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) como ferramenta analítica. Os resultados obtidos têm potencial para subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas mais eficazes, favorecendo a atuação dos gestores públicos e o controle social, ao evidenciar os aspectos que demandam maior ou menor atenção no processo de promoção do desenvolvimento sustentável e da preservação ambiental, em consonância com o escopo do programa de pós-graduação.

1.2 PROBLEMA

O fenômeno da urbanização tem se intensificado, com um aumento crescente da população urbana e uma correspondente diminuição da população rural. De acordo com um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU-HABITAT, 2022), apesar de uma desaceleração no ritmo de urbanização durante a pandemia, projeta-se que a população urbana aumentará em 2,2 bilhões de pessoas anualmente até 2050, representando 68% da população global. Atualmente, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil possui uma população de 203.080.756 pessoas (IBGE, 2022), das quais apenas 12,4% residem em áreas rurais (Konchinski, 2024).

Considerando que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo complexo de mudanças e transformações econômicas, políticas e, sobretudo, humanas e sociais (Oliveira, 2002), a preocupação com o desenvolvimento dos centros urbanos é

essencial para garantir a dignidade humana. Este tema foi abordado na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III –, realizada em outubro de 2016 em Quito, Equador, que apresentou diretrizes para uma "nova agenda urbana", com o objetivo de orientar a urbanização nas próximas duas décadas (Oliveira e Silva Neto, 2020).

O documento internacional enfatiza a necessidade de uma urbanização sustentável, destacando a importância do meio ambiente para a qualidade de vida. A Constituição Federal do Brasil (1988), em seu capítulo sobre o Meio Ambiente (art. 225), confere ao meio ambiente uma posição de destaque, assegurando a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e estabelecendo o dever do Poder Público e da coletividade de "defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Portanto, pensar em desenvolvimento sustentável implica em formular políticas públicas adequadas, e compreender o problema e encontrar soluções viáveis não é uma tarefa simples. Procopiuck (2013) argumenta que, devido à complexidade dos atos envolvidos nos processos políticos, a compreensão desses processos requer conhecimento dos objetivos e percepção dos atores envolvidos em diversos problemas científicos e legais ao longo do tempo. Assim, para uma compreensão adequada do problema, a utilização de modelos baseados na lógica de processos é recomendada.

Dessa forma, para avaliar a dimensão do problema e determinar as medidas necessárias para efetivar a sustentabilidade no desenvolvimento, é crucial dispor de dados e informações sobre as cidades, a fim de compreender a realidade local.

Entretanto, conforme ensina Veiga (2019), indicadores tradicionalmente utilizados para mensurar o desenvolvimento dos municípios, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), embora relevantes, mostram-se insuficientes para captar de forma abrangente as múltiplas dimensões da sustentabilidade, especialmente no que se refere às questões ambientais, institucionais e à efetividade das políticas públicas. Nesse contexto, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) apresenta-se como um importante instrumento de avaliação, por reunir indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e permitir uma análise integrada das dimensões econômica, social, ambiental e institucional do desenvolvimento municipal.

Nesse sentido, questiona-se: qual é o nível de sustentabilidade dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu e quais são os indicadores com maiores fragilidades no

cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

1.3 HIPÓTESE(S)

Parte-se da hipótese de que os municípios lindeiros ao lago de Itaipu que apresentam maior Produto Interno Bruto (PIB) e um contingente populacional mais elevado tendem a obter desempenho superior no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR). Tal proposição fundamenta-se na premissa de que municípios com maior porte econômico e demográfico dispõem de maior capacidade arrecadatória, estrutura administrativa mais consolidada e maior disponibilidade de recursos financeiros e técnicos. Essas condições ampliariam sua aptidão para planejar, implementar e monitorar políticas públicas orientadas ao desenvolvimento sustentável. Consequentemente, essa maior capacidade institucional e financeira tenderia a potencializar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), refletindo-se em melhores resultados nos indicadores que compõem o IDSC-BR. Desse modo, a hipótese sustenta a existência de uma relação direta entre o porte econômico e populacional dos municípios e seu desempenho em sustentabilidade urbana, indicando que fatores econômicos e demográficos constituem variáveis explicativas relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável em nível local.

1.4 OBJETIVO(S)

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar a sustentabilidade dos Municípios lindeiros ao lago de Itaipu.

1.4.2 Objetivos Específicos

Para que o objetivo geral seja atingido, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Proceder com uma análise descritiva acerca dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR);

- Analisar a sustentabilidade dos Municípios lindeiros ao lago de Itaipu conforme indicadores do cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, para o período de 2015 a 2024.
- Apontar os indicadores com as maiores fragilidades no cumprimento das metas.

1.5 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O presente estudo teve como finalidade investigar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos dezesseis municípios lindeiros ao lago de Itaipu, analisando o nível de sustentabilidade no desenvolvimento desses territórios. A pesquisa buscou compreender, a partir de indicadores consolidados, como os municípios da região se posicionam em relação ao cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030, bem como apontar os indicadores com maiores fragilidades existentes.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, mais introdução e conclusão, que abordam a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os instrumentos de avaliação desses objetivos e a análise empírica de sua implementação nos municípios estudados.

Na introdução do trabalho, contextualiza-se o tema, delimitando o problema de pesquisa, a justificativa, a hipótese e os objetivos que orientaram o estudo. Os dois capítulos seguintes são dedicados ao referencial teórico, no qual se discute a origem e a evolução do conceito de sustentabilidade, sua distinção em relação ao desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da agenda ambiental internacional, desde os movimentos ambientalistas do pós-1972 até a consolidação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Também é abordada a evolução da proteção ambiental no Brasil, desde o período imperial até a promulgação da Constituição Federal de 1988, bem como a importância das cidades sustentáveis para a qualidade de vida da população e a caracterização dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, que constituem o recorte empírico da pesquisa.

O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados, detalhando o delineamento da pesquisa, as fontes de dados utilizadas e a aplicação do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) como ferramenta de análise. Em seguida, o quarto capítulo apresenta e analisa os resultados obtidos a partir dos dados do

IDSC-BR, examinando o desempenho dos municípios, a elaboração do ranking e a identificação dos indicadores com as maiores fragilidades no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões do estudo, bem como apontadas reflexões e contribuições para o aprimoramento das políticas públicas municipais, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento sustentável na região do lago de Itaipu.

2 MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Neste capítulo em que se inicia a revisão bibliográfica do presente estudo, realiza-se uma regressão temporal com o objetivo de analisar o momento em que surge o termo sustentabilidade e posteriormente, da expressão desenvolvimento sustentável, evidenciando suas diferenças conceituais. Ademais, procede-se uma análise histórica sobre os movimentos ambientais até a elaboração da agenda 2030 com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2.1 O SURGIMENTO DOS TERMOS SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No mesmo período em que a humanidade se chocou com o lançamento da bomba atômica em Hiroshima, tomando conhecimento de que a humanidade havia alcançado poder técnico para destruir toda a vida do planeta, paradoxalmente, ocorreu a aterrissagem do ser humano na Lua, outro feito de caráter técnico que despertou a reflexão sobre a finitude do planeta (Sachs, 2009).

Nesse contexto, observa-se, a partir da década de 1960, uma preocupação crescente com as questões ambientais em escala global. No cenário pós-Segunda Guerra Mundial, emergiu um novo receio relacionado à poluição nuclear. Paralelamente, o movimento ambientalista ganhou expressivo impulso em 1962, com a publicação da obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, que alertou para os impactos do uso de pesticidas químicos sintéticos na atividade agrícola (ONU, 2020).

Diante desse cenário, é plausível considerar que o conceito de “sustentabilidade” tenha sido consolidado nesse período, especialmente em função das conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1970.

Contudo, a origem do conceito remonta à Europa, mais especificamente na Província da Saxônia, na Alemanha, no ano de 1560, quando surgiu, pela primeira vez, a preocupação com o uso racional das florestas. A intenção era assegurar que elas tivessem capacidade de regeneração e manutenção contínua, uma vez que a exploração intensiva da madeira havia provocado um expressivo desmatamento (Boff, 2012; Freitas e Garcia, 2016).

Entretanto, foi apenas em 1713, também na Saxônia, que o termo sustentabilidade (*Nachhaltigkeit*) passou a ser concebido como um conceito estratégico, a partir das ideias do Capitão Hans Carls von Carlowitz. Diante do cenário de devastação das florestas, causado pela intensa demanda de carvão vegetal utilizado nos fornos das atividades de mineração, Carlowitz defendeu a utilização sustentável da madeira. Seu princípio orientador era claro: “devemos tratar a madeira com cuidado” (*man muss mit dem Holz pfleglich umgehen*), caso contrário, os lucros deixariam de existir (Boff, 2012).

Nesse mesmo ano, Carlowitz publicou a obra *Sylvicultura Oeconomica oder Naturmassige Anweisung zur Wilden Baum-Zucht* (Economia Florestal ou Guia de Cultivo da Árvore em Conformidade com a Natureza), na qual reuniu suas experiências profissionais. O foco do trabalho consistia em investigar de que forma a conservação e o cultivo da madeira poderiam ser administrados de forma a garantir um uso contínuo, duradouro e sustentável (Bosselmann, 2015).

Segundo Boff (2012, p. 33), a partir dessa consciência os poderes locais começaram a incentivar o replantio das árvores das regiões desflorestadas. Em 1757, Württemberg Gottfried Wilhelm Moser publicou seus dois volumes de *Grundsätze der Forst-Oeconomie* (Princípios de Economia Florestal), culminando na alteração do termo “*nachhaltend*” (“sustentado”) de Carlowitz para “*nachhaltig*” (“sustentável”) e definindo o manejo florestal com base em três princípios: a) economia sustentável com nossas florestas; b) arte da preservação da madeira; c) plantio renovável e crescimento de madeira nova (Bosselmann, 2015).

A preocupação com a sustentabilidade das florestas foi tão forte que se criou uma nova ciência, a “silvicultura”, tendo a Saxônia e a Prússia criado academias de silvicultura onde recebiam alunos de várias partes do mundo, como Estados Unidos, Escandinávia e Índia (Boff, 2012).

Conforme ensina Bosselmann (2015), ao longo do século XIX, o conceito de sustentabilidade consolidou-se como elemento central nas ciências florestais. Esse princípio tornou-se basilar na formulação da legislação florestal da época, destacando-se, em particular, a Lei Florestal da Bavária, de 28 de março de 1852, cujo artigo 2.º estabelecia que “a gestão de florestas públicas tem de seguir a sustentabilidade como princípio supremo”.

O mesmo autor (2015, p. 40-41), ainda pontua que a ideia de gestão sustentável não se limitou à silvicultura, mas também se popularizou entre economistas, planejadores

e teóricos do desenvolvimento. Todavia, conforme ensina José Eli da Veiga (2019, p.11), até ao final da década de 1970, o termo “sustentável” limitava-se essencialmente a um vocabulário técnico de certos meios científicos, sendo utilizado para expressar a capacidade de um ecossistema manter o seu equilíbrio e resistência, mesmo perante impactos humanos repetidos.

Essa limitação começou a ser superada, fazendo a ser ouvida na mesma década (Boff 2012), quando da criação do Clube de Roma, cujo primeiro relatório, denominado de “Os limites do crescimento”, ocasionou grandes discussões nos meios científicos, empresas e na sociedade. Conforme observa Bosselmann (2015), referida organização viu o crescimento econômico em uma rota de conflito com a sustentabilidade ecológica.

O ano de 1972 marcou o ponto de partida no debate (Bosselmann, 2015). Foi neste ano que a atenção da ONU se voltou para o tema, quando entre os dias 05 e 16 de junho, na cidade de Estocolmo, foi promovida a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (Souza e Garcia, 2016), momento em que se colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional (Sachs, 2009). Os resultados da convenção não se mostraram tão significativos, mas segundo Boff (2012, p. 34), “o melhor fruto foi a decisão de criar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)”.

Porém, conforme expõe Bosselmann (2015), se uma conscientização mundial para as questões ambientais surgiu na década de 1970, também ocorreu o surgimento de dois sentidos de ambientalismo. De um lado, defendiam a sustentabilidade como um modelo de contradominação econômica. Por outro lado, havia aqueles que entendiam que a proteção ambiental só seria bem sucedida se andar de mãos dadas com a prosperidade econômica.

Para simplificar, podemos fazer uma distinção entre a abordagem ecológica e a abordagem ambiental do desenvolvimento sustentável. A abordagem ecologista é crítica do crescimento e favorece a sustentabilidade ecológica (“sustentabilidade forte”). A abordagem ambiental pressupõe a validade do crescimento e coloca em paridade de importância a sustentabilidade ambiental, a justiça social e a prosperidade econômica (“sustentabilidade fraca”) (Bosselmann, 2015, p. 47).

Referida dicotomia é vislumbrada no Princípio 13 da Declaração de Estocolmo, que insta os Estados a terem enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, a fim de que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício da população. Os Princípios 3 e 5 expõem a necessidade de sempre que possível, restaurar ou melhorar a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis, bem como de não

esgotamento dos recursos naturais não renováveis (ONU, 1972).

Prosseguindo na análise histórica, em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, vindo a ser publicado, no ano de 1987, o relatório denominado “Nosso Futuro Comum” (Souza e Garcia, 2016), chamado também de *Relatório Brundtland*. Bosselmann (2015) descreve o relatório como um apelo por justiça distributiva global entre ricos e pobres, natureza das pessoas que vivem hoje e no futuro e seres humanos.

Foi nesse relatório que se inseriu o conceito de “desenvolvimento sustentável” como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p.46). Para Veiga (1993), a publicação do relatório *Brundtland*, se não dirimiu, pelo menos minimizou a confusão no conceito.

Nesse sentido, torna-se fundamental distinguir a sustentabilidade de desenvolvimento sustentável. Bosselmann (2015), destaca que a origem da expressão sustentabilidade é como um princípio ecológico, podendo a Comissão *Brundtland* ter primeiramente definido “sustentabilidade” para então usar para descrever o “desenvolvimento sustentável”.

Até porque, o mesmo autor (2015) expressa que apesar do termo sustentabilidade parecer algo de fácil compreensão, é ao mesmo tempo simples e complexo, assim como a ideia de justiça. Em sua forma elementar, sustentabilidade reflete a pura necessidade, como o ar que respiramos e a água que bebemos, porém em sua complexidade, não há uma definição uniformemente aceita, não podendo ser definida sem uma reflexão mais apurada sobre seus critérios de orientação, valores e princípios.

Veiga (2012, p. 89) ressalta que a sustentabilidade não é, nem jamais será, uma noção precisa ou mensurável de forma estritamente analítica, como qualquer positivista gostaria que fosse. Freitas (2012), por sua vez, define-a como um dever fundamental de, a longo prazo, produzir e partilhar o desenvolvimento limpo e à saúde.

Já Klabin (2010), informa que a expressão “desenvolvimento sustentável” contém contradições em termos, no sentido de que desenvolvimento envolve dinâmica, ou seja, movimento e a noção de sustentabilidade representa situação estática ou permanência. O desenvolvimento econômico implica impacto sobre a natureza e a sustentabilidade assenta

uma visão de equilíbrio e conservação do meio ambiente.

Assim, tem-se como disposto por Bosselmann (2015) que o pressuposto do princípio da sustentabilidade é, na verdade, a única maneira de dar sentido e forma ao caráter integrativo do desenvolvimento, de modo que sustentabilidade é fundamental para o conceito de desenvolvimento sustentável.

Esta caracterização, ainda segundo o referido autor, gera três implicações: a) sustentabilidade está separada do desenvolvimento sustentável; b) “desenvolvimento sustentável” representa a aplicação do princípio da sustentabilidade; c) sustentabilidade é o mais fundamental de todos os princípios ambientais.

Diante da análise histórica e conceitual apresentada, constata-se que a sustentabilidade, embora muitas vezes confundida com o desenvolvimento sustentável, é um princípio autônomo e anterior, essencial para orientar a relação entre progresso humano e preservação ambiental. Sua evolução revela uma crescente conscientização sobre os limites do planeta e a necessidade de equilíbrio entre desenvolvimento econômico, justiça social e conservação dos recursos naturais, consolidando-se como base indispensável para qualquer proposta de desenvolvimento verdadeiramente duradouro e equitativo.

2.2 MOVIMENTOS AMBIENTAIS APÓS 1972

Da leitura do *Relatório Brundtland*, é possível observar que há, como ensina Souza e Garcia (2016), uma incursão nas dimensões atribuídas à sustentabilidade, seja considerando-se o tripé ambiental, social e econômico ou ainda, as dimensões ética e jurídico-política.

Ressaltam as referidas autoras (2016), ainda, que o relatório evidencia que esta ação para o desenvolvimento sustentável ultrapassa fronteiras, utilizando como veículo a cooperação entre os povos e, inclusive entre as nações mais ou menos desenvolvidas, tendo o mundo presenciado nos anos que se seguiram a realização de diversas cúpulas das Nações Unidas, a fim de estabelecer metas a serem cumpridas, almejando-se o desenvolvimento sustentável.

Dando continuidade ao debate, a Assembleia das Nações Unidas convocou, entre os dias 3 e 14 de julho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, o evento que também ficou conhecido por a “Cúpula da Terra”, tendo como resultado os principais documentos

denominados de “Agenda 21: Programa de Ação Global” e “Carta do Rio de Janeiro” (Boff, 2012).

Foi durante essa conferência que a ligação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, bem como a necessidade urgente de promover o desenvolvimento sustentável, foi identificada e reconhecida a nível mundial. Na Agenda 21, os governos estabeleceram um plano com o objetivo de afastar o mundo do modelo atual de crescimento econômico insustentável, orientando-o para práticas que preservem e regenerem os recursos ambientais, dos quais dependem tanto o crescimento como o desenvolvimento (ONU, 2020). Ademais, a Agenda 21 abordou sobre assuntos como a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento e o fortalecimento de determinados grupos para o alcance do desenvolvimento sustentável (Souza e Garcia, 2016).

Como medida para assegurar o apoio aos objetivos da Agenda 21, a Assembleia Geral estabeleceu, em 1992, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável como uma comissão funcional do Conselho Econômico e Social, assim como também levou à adoção da Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica (1992) e a Convenção da ONU de Combate à Desertificação em Países que sofrem com a Seca e/ou a Desertificação, Particularmente na África (1994) (ONU, 2020). Em 1996, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável publicou o documento *“indicadores de desarrollo sostenible: marco y metodologías”*, denominado como “Livro Azul” (Veiga, 2007).

Em 1997, realizou-se a Cúpula da Terra +5, para revisar e avaliar a implementação da Agenda 21, reordenando-se a adoção de metas juridicamente vinculativas em prol do desenvolvimento sustentável (Souza e Garcia, 2016). Outras conferências realizadas pela ONU passaram a tratar o tema de forma implícita, como a Segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos - Istambul, 1999; a Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento - Nova York, 1999; a Cúpula do Milênio - Nova York, 2000 - e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (cujo sétimo objetivo procura “Garantir a sustentabilidade ambiental”) e a Reunião Mundial de 2005 (ONU, 2020).

Já no ano de 2002, foi realizada, em Joanesburgo (África do Sul), a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, também entre 8 de agosto e 4 de setembro, com o objetivo de fazer um balanço das conquistas, desafios e das novas questões surgidas desde a Cúpula da Terra de 1992. Conforme a própria ONU, foi uma Cúpula de “implementação”, concebida para transformar as metas, promessas e compromissos da

Agenda 21 em ações concretas e tangíveis (ONU, 2020).

Outro evento de relevância foi a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, que novamente foi sediada na cidade do Rio de Janeiro em 2012, consignou que a erradicação da pobreza é um dos grandes desafios globais que o mundo enfrenta (Souza e Garcia, 2016).

Conforme Fiorillo (2020), ficou evidente para todos que a preocupação fundamental dos países que estiveram no Brasil, referente à tutela ambiental, está condicionada a estabelecer a interpretação das normas ambientais vinculadas à erradicação da pobreza e da marginalização, assim como a redução das desigualdades sociais e regionais.

Finalmente, em setembro de 2015, houve a realização, em Nova Iorque, de nova Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, tendo todos os países da ONU definidos os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, conhecida como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os ODS são uma grande tentativa de colocar mudanças na agenda ambiental num quadro ambicioso de implementação de políticas públicas, numa perspectiva internacional, que integrem de forma eficaz as dimensões ambiental, social e os padrões de produção e consumo (Zonatto *et al.*, 2025).

De tal forma, percebe-se que a busca pelo desenvolvimento sustentável se consolidou como uma preocupação global, exigindo cooperação internacional e ações integradas que conciliem crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Desde o *Relatório Brundtland* até a Agenda 2030, os diversos encontros e acordos firmados refletem o entendimento de que combater a pobreza, reduzir desigualdades e proteger o meio ambiente são pilares indissociáveis para garantir um futuro sustentável para todas as pessoas.

2.3 A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), também chamados de “8 Jeitos de Mudar o Mundo”, consistem em um conjunto de metas acordadas entre os governos dos 191 países membros da ONU. Tais metas foram organizadas em setembro de 2000 pela Organização das Nações Unidas pelos seus membros reunidos na sede em Nova Iorque durante a Cimeira do Milênio, tendo como prazo final para serem alcançadas

o ano de 2015 (Garcia; Garcia, 2016).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) podem ser compreendidos como uma iniciativa inédita de cooperação internacional, orientada à redução das principais privações humanas, sobretudo nos países em desenvolvimento. Suas metas concentraram-se em problemas estruturais como a pobreza extrema, a fome, a educação, a saúde, a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental, evidenciando uma compreensão ainda inicial, porém progressivamente integrada, da interdependência entre desenvolvimento social, econômico e ambiental (ONU, 2010).

Nesse contexto, os oito objetivos definidos foram (ONU, 2010):

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar educação primária universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.

Conforme indicado pela ONU (2015), na época da elaboração das metas, cerca de um bilhão de pessoas viviam em extrema pobreza, sem água potável e alimentação adequada, assim como cuidados básicos como a saúde e serviços sociais, evidenciando uma urgência de ações coordenadas em escala global, capazes de enfrentar desigualdade profundas e persistentes.

Apesar dos avanços alcançados ao longo do período de vigência dos ODM, diversas limitações tornaram-se evidentes ao final do prazo estabelecido. Algumas metas não foram plenamente atingidas, e, apesar de terem se mostrado bastante satisfatórios os resultados, algumas lacunas ainda existiam e o objetivo primordial de acabar com a pobreza mundial não foi alcançado. Assim, com o encerramento do prazo para a implementação dos 8 objetivos do milênio, novamente a ONU se reuniu para traçar novas metas para também serem cumpridas no prazo de 15 anos (Garcia; Garcia, 2016).

Dessa forma, a Agenda 2030 materializou a percepção internacional sobre a importância do desenvolvimento sustentável. A Agenda é reconhecida como um plano de ação voltado às pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Além disso, tem como objetivo promover a paz universal, fundamentada na liberdade. Embora a erradicação da

pobreza e da extrema pobreza represente um dos maiores desafios globais, ela é considerada essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Diferentemente dos ODM, a Agenda 2030 apresenta uma abordagem universal, aplicável a todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento. O documento estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que decorrem diretamente dos ODM, buscando concluir aquilo que estes não conseguiram alcançar. Além disso, a Agenda enfatiza a concretização dos direitos humanos, a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, adotando uma perspectiva integrada e indivisível das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento (ONU, 2015).

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abrangem um amplo conjunto de desafios globais, incluindo a erradicação da pobreza e da fome, o acesso universal à saúde e à educação de qualidade, a redução das desigualdades, a promoção do trabalho digno, o combate às alterações climáticas, a proteção dos ecossistemas terrestres e marinhos, bem como o fortalecimento de instituições eficazes, inclusivas e responsáveis (ONU, s.d.).

Abaixo, seguem os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:

- ODS 1 – Erradicação da pobreza em todas as formas e em todos os lugares;
- ODS 2 – Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
- ODS 3 – Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- ODS 4 – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- ODS 6 – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
- ODS 7 – Garantir o acesso a fontes de energia viáveis, sustentáveis e modernas para todos;
- ODS 8 – Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
- ODS 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- ODS 10 – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;

- ODS 11 – Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
- ODS 12 – Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;
- ODS 13 – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
- ODS 14 – Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- ODS 15 – Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade;
- ODS 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
- ODS 17 - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Da observação e análise da agenda 2030, é possível concluir que foram apresentados avanços para o cobrimento de lacunas que foram possíveis serem visualizadas quando do cumprimento das ODM (Garcia; Garcia, 2016).

Diante do exposto, percebe-se que a Agenda 2030 constitui um avanço significativo em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), uma vez que amplia e aprofunda as metas anteriores, buscando atender de forma mais abrangente os desafios globais. Ao incorporar 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, a Agenda reflete um compromisso coletivo com a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade, o desenvolvimento econômico sustentável e a preservação do meio ambiente, reforçando a necessidade de ações integradas e colaborativas entre governos, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais.

Assim, consolida-se como um esforço coletivo para promover um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo, sustentável e resiliente, capaz de atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras.

3 A PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Neste capítulo, será tratada a temática sobre a preservação ambiental no Brasil, desde o período colonial até a república, perfazendo uma contextualização com os mecanismos que foram utilizados na era imperial até a mais moderna legislação vigente no país, demonstrando a evolução sobre a temática.

3.1 BREVE EXPOSIÇÃO DA TRAJETÓRIA AMBIENTAL BRASILEIRA

Não diferente do que havia ocorrido na Europa conforme exposto no tópico 2.1, o Brasil estava apresentando problemas pelo uso abusivo de recursos naturais.

Assim, desde a época colonial, há registros históricos indicando que tanto a coroa portuguesa quanto o governo Imperial empreenderam algumas iniciativas voltadas à proteção ambiental, tendo como principal objetivo a garantia do controle sobre o manejo de determinados recursos, como a madeira (Medeiros, 2006).

Nesse sentido, por volta de 1580, passou o Brasil para o domínio espanhol sob Filipe II e nesse período, em razão da crescente desordem na exploração do Pau-Brasil, foi necessária uma providência mais enérgica, a fim de evitar abusos e diminuir prejuízos. Então, em 12 de dezembro de 1605, foi editado o “Regimento do pau-brasil”, tendo perdurado até depois da Independência do Brasil (Souza, 1978).

Todavia, quando da implementação de mecanismos para proteção, esses instrumentos quando eram adotados, tinham como foco o resguardo de determinados recursos naturais, sem necessariamente haver a demarcação de áreas ou territórios. (Medeiros, 2006).

Tanto é que diante da crescente expansão dos plantios de café, diversas áreas de matas nativas no Rio de Janeiro como Gávea, Grajaú, Catumbi, Santa Tereza etc., começaram a ser devastadas, tendo logo seus efeitos se tornado perceptíveis, sobretudo com o abastecimento de água (Barreto Filho, 2004).

A partir de então, já nos anos de 1817 e 1818, D. João VI, ainda vivendo na cidade do Rio de Janeiro e verificando as consequências do desmatamento, baixou dois decretos reais, com objetivos de determinar a paragem do corte de árvore junto a mananciais e às margens de riachos, bem como adquirir áreas particulares para passar à administração do

governo (Barreto Filho, 2004).

Por sua vez, em 1833, após uma seca severa na cidade do Rio de Janeiro, foi criada uma Reserva de Florestas por meio da Decisão Imperial nº. 429. Novamente, em 1844, ocorreu outra seca na cidade e a partir de então, uma série de decisões de recuperação de florestas foram deflagradas. Entre 1845 e 1848, o governo imperial instituiu programa para replantio de árvores em áreas particulares na Tijuca. Em 1856, áreas na Tijuca e Paineiras foram desapropriadas pelo governo. No ano de 1860, pela Lei nº. 1.114 ocorreu a desapropriação de nascentes de águas que era imprescindíveis para o abastecimento da cidade. Em 1861, foram criadas as florestas da Tijuca e das Paineiras. Ainda em 1861, pela Decisão nº. 577, cria-se o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas com o objetivo da administração das terras adquiridas com enfoque no replantio de árvores (Barreto Filho, 2004).

Em 1876, por sugestão do engenheiro André Rebouças, houve a primeira iniciativa para a criação do parque nacional, servindo de inspiração o Parque *Yellowstone* nos Estados Unidos. A ideia apresentada era a criação de dois parques, um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal (Medeiros, 2006).

De tal forma, como expõe Barreto Filho (2004), tem-se que é durante o século XIX em que se começa a criação de áreas verdes, iniciando o século XX com uma pluralidade de categoria de espaços florestados protegidos e geridos por diversas instâncias do Poder Público, porém, foi só da década de 1930 em que se passa a codificar as áreas. A Constituição Federal de 1934 introduz a categoria de monumento público natural e o Código Florestal de 1934 introduz a ideia de área de reserva.

Nesse sentido, Medeiros (2006, p. 45) é brilhante ao aduzir:

A fragilidade dos instrumentos e das instituições da recém-estabelecida República brasileira, ainda dominada pelas elites rurais, não eram suficientes para garantir a manutenção de tão ambicioso projeto de criação de áreas com regimes especiais de proteção em função dos seus recursos naturais. Foram necessários que mais de 20 anos se passassem até que um instrumento robusto fosse enfim editado e, finalmente, criasse plenas condições para garantir a existência do primeiro Parque Nacional brasileiro em 1937.

Nesse sentido e adentrando ao período do Estado Novo do Presidente Getúlio Dornelles Vargas, o ponto de partida foi com a Constituição de 10 de novembro de 1937, sendo pelo Decreto-Lei nº 982/1938, houve o reagrupamento e reconstituição de alguns órgãos preexistentes no Ministério da Agricultura, além de criar outros como o Serviço Florestal (Moreno; Oliveira, 2022).

No ano de 1939, ocorreu a criação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), que passou a gerir as águas para geração de energia (Santos, 2025). Estava diretamente subordinado à Presidência da República, como órgão de consulta, orientação e controle quanto à utilização dos recursos hidráulicos e de energia elétrica, com jurisdição em todo o território nacional, e mais tarde também com atribuições executivas (Brasil, 1939).

Em 29 de setembro de 1944, o Decreto nº 16.677 aprovou o Regimento do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, definindo competências da Seção de Parques Nacionais e dos próprios parques nacionais, voltadas à conservação, pesquisa científica e educação ambiental. No mesmo período do Estado Novo, foram criadas importantes instituições e empresas estatais (como CSN, Vale do Rio Doce e IBGE), num contexto de desenvolvimento econômico acelerado e predatório, que gerou frustração nos movimentos de proteção ambiental devido à desconsideração das orientações científicas (Moreno; Oliveira, 2022)

Ainda, entre 1943 e 1947, o governo Vargas e, depois, o de Eurico Gaspar Dutra (1946–1951) implementaram e extinguiram planos desenvolvimentistas: o Plano de Obras e Equipamentos foi instituído pelo Decreto-Lei nº 6.144, de 29 de dezembro de 1943, mas extinto pelo Decreto-Lei nº 9.782, de 6 de setembro de 1946, em razão do orçamento uno da Constituição de 1946. Em 1948, Dutra propôs o Plano SALTE (1950–1954) e, em 13 de fevereiro de 1948, o Senado aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 3, a Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e Belezas Naturais. Ainda em 24 de novembro de 1948, o Decreto nº 25.865 criou o Parque Nacional de Paulo Afonso (Moreno; Oliveira, 2022).

Na década de 1960, a questão ambiental passou a apresentar maior força, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial e no Brasil, mesmo com a ascensão do regime militar em 1964, houve a manutenção de instrumentos que possibilitaram a criação de áreas protegidas e até mesmo aperfeiçoá-los (Medeiros, 2006).

Tal circunstância não autoriza concluir que, nesse período, a dimensão ambiental tenha sido tratada de forma adequada. O que se observa, na verdade, é um processo de amadurecimento gradual, ainda que tardio, da compreensão sobre a problemática ambiental, impulsionado por intensas mobilizações e pela consolidação de uma agenda ambiental internacional favorável, da qual o Brasil passou a fazer parte (Medeiros, 2006).

Nesse sentido, já no ano de 1965, houve a análise, pelo Legislativo, de um novo código florestal, o qual foi sancionado pelo Presidente da República e instituído pela Lei nº.

4.771 de 15/09/1965 (Brasil, 1965), atualmente revogado pela Lei nº. 12.651 de 25/05/2012 (Brasil, 2012).

Em 1967, houve avanço na Lei de Proteção aos Animais (Lei nº. 5.197/1967), passando a garantir direito à proteção de espécies animais em seus ambientes nativos e a criação de espaços específicos destinados à sua preservação (Brasil, 1967).

Também foi no ano de 1967 que houve a criação de um novo órgão com as atribuições de implementar, gerir e fiscalizar as áreas protegidas, denominado de Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, instituído pelo Decreto-Lei nº. 289 de 28/02/1967 (Brasil, 1967).

É a partir da década de 1970 que se identifica o início de uma nova etapa do ambientalismo com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, conforme já abordado no tópico 2.2.

Embora a atuação da delegação brasileira na Conferência tenha sido marcada por controvérsias, ao defender que a poluição poderia ser aceita como consequência do crescimento econômico, no plano interno o país passou a adotar uma postura mais preventiva e alinhada às tendências internacionais (Medeiros, 2006). Sob a influência da Conferência de Estocolmo e das reflexões promovidas pelo Clube de Roma, foi criada, pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, com atribuições voltadas ao acompanhamento das transformações ambientais, à assessoria técnica, à elaboração de normas, à capacitação de profissionais e à promoção da educação ambiental (Brasil, 1973).

Esse processo foi reforçado com a publicação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, referente ao período de 1975 a 1979, que reconheceu a relevância do combate à poluição e apontou a devastação dos recursos naturais como um problema de proporções inadmissíveis, exigindo a defesa sistemática do patrimônio ambiental (Brasil, 1975). Contudo, foi apenas em 1988, com o fim do regime militar e a promulgação da Constituição Federal, que se consolidou uma nova concepção ambiental no Brasil.

Segundo Sarlet e Fensterseifer (2021), a Constituição de 1988 marcou uma inflexão jurídica significativa ao superar uma visão estritamente antropocêntrica e avançar para um modelo constitucional de caráter ecológico, baseado num paradigma ecocêntrico que reconhece o valor intrínseco da Natureza. Nesse contexto, o artigo 225 atribuiu ao meio ambiente posição central no texto constitucional, assegurando a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impondo ao Poder Público e à coletividade o dever

de protegê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

Além disso, a Constituição incorporou a noção de integridade ecológica, refletida nas expressões processos ecológicos essenciais e função ecológica, que traduzem o conteúdo de um princípio constitucional implícito (Sarlet e Fensterseifer, 2021). Ao afirmar que o meio ambiente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida, o texto constitucional conferiu-lhe natureza de direito fundamental, com aplicação imediata e proteção reforçada, integrando o rol das cláusulas pétreas e vedando qualquer tentativa de supressão (Brasil, 1988). Dessa forma, a constitucionalização do direito ambiental estabeleceu um inequívoco dever de não degradar, que limita o exercício do direito de propriedade e redefine o seu conteúdo à luz da proteção ambiental (Benjamin, 2007).

Conforme aponta Bidarra e Rocha (2012), a gestão de políticas não determinadas por expressa imposição constitucional, não recai sobre a responsabilidade de governos locais, considerando a necessidade de adesão. Todavia, no caso da preservação ambiental a Constituição apresenta princípios ambientais que hoje vinculam todos os atos jurídicos, os quais se mostram preocupados com políticas públicas e recursos tecnológicos que visem aos atos compatíveis entre a demanda e os recursos disponíveis (Santos, 2022).

A análise histórica demonstra que a proteção ambiental no Brasil não se constituiu como um processo contínuo e coerente, mas como um percurso marcado por respostas pontuais a crises ambientais, interesses econômicos e pressões políticas internas e externas. Desde o período colonial até boa parte do século XX, as iniciativas estatais voltadas ao meio ambiente estiveram predominantemente associadas ao controle e à racionalização do uso de recursos naturais estratégicos, e não à preservação ambiental em sentido amplo, revelando um caráter instrumental e utilitarista da tutela ambiental.

Somente a partir da segunda metade do século XX, sobretudo com a influência da agenda ambiental internacional e das mobilizações científicas e sociais, observa-se um amadurecimento gradual da política ambiental brasileira, ainda que permeado por contradições e limitações institucionais. Esse processo culmina com a Constituição Federal de 1988, que inaugura um novo paradigma ao reconhecer o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental e dever coletivo, estabelecendo limites ao modelo desenvolvimentista predatório e consolidando bases jurídicas para uma proteção ambiental mais integrada, sistêmica e vinculante.

3.2 DIREITO DAS CIDADES: A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE COMO GARANTIA DA DIGNIDADE DA PESSOA

Por sua vez, no presente subtópico procederá com a importância de ser observada a sustentabilidade nos centros urbanos, na medida em que o direito à cidade foi albergado nas discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III –, realizada em outubro de 2016 na cidade de Quito, no Equador (Oliveira e Silva Neto, 2020).

Conforme exposto pelos autores, o documento oficial apresentou orientações programáticas para uma “nova agenda urbana”, com o objetivo de orientar a urbanização nos próximos 20 anos. Em relação à sustentabilidade dos meios urbanos, consta no parágrafo 9 (ONU, 2017, p. 4):

A Nova Agenda Urbana reafirma nosso compromisso global com a promoção do desenvolvimento urbano sustentável como um passo fundamental para a realização do desenvolvimento sustentável em bases integradas e coordenadas nos níveis global, regional, nacional, subnacional e local, com a participação de todos os atores relevantes. A implementação da Nova Agenda Urbana contribui para a implementação e localização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em bases integradas e para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de suas metas, inclusive do Objetivo 11 de tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Todavia, antes de adentrar ao tema do subtópico, importante ressaltar se faz a conceituação do termo urbano, pois, conforme ensina Pintor *et al.* (2020) urbano não pode ser entendido como mera e simples definição administrativa ou qualquer tipo de classificação territorial.

A urbanização corresponde ao processo pelo qual as sociedades passam a organizar-se em espaços urbanos, originando configurações territoriais próprias, como cidades e áreas metropolitanas. Este fenômeno está ligado à concentração de atividades econômicas e produtivas num território limitado, promovendo a centralização de serviços, comércio e indústria. Para além das mudanças no território, envolve também a criação de um modo de vida próprio, designado por cultura urbana, marcado por hábitos, valores e comportamentos característicos (Pintor *et al.*, 2020).

Nesse sentido, ao compreender o urbano como uma realidade que ultrapassa critérios meramente administrativos e que envolve dinâmicas econômicas, sociais e culturais próprias, torna-se possível analisar como esse processo se manifesta de forma

diferenciada em contextos históricos e regionais específicos. Portanto, a urbanização, enquanto fenômeno estrutural, assume particularidades conforme as condições de desenvolvimento econômico, político e social de cada região, influenciando diretamente a configuração das cidades e as formas de inserção das populações no espaço urbano.

Como apontado por Fernando Calderón e Manuel Castells (2021, p. 110), a temática urbana na América Latina, no século XX, esteve historicamente vinculada a diversas especificidades, como um desajuste entre urbanização acelerada e industrialização precária; rendas baixas e déficits crônicos nos níveis de consumo, o que acabam por gerar enormes massas marginalizadas.

Referidos autores (2021, p. 104-106) destacam também que apesar de nas duas primeiras décadas do século XXI, os indicadores tradicionais terem demonstrado melhora no desenvolvimento humano, havendo mais acesso às escolas, aumento do atendimento no sistema de saúde e de programas sociais, “a qualidade de vida em seu conjunto apresenta processos de deterioração ambiental ligados, geralmente, às condições em que se produziu a urbanização na América Latina”.

Montibeller-Filho (2007), ressalta que “o crescimento econômico pode acentuar as desigualdades sociais, ao invés de diminuí-las e então o crescimento econômico associa-se à insustentabilidade social”.

O mesmo autor destaca (2007):

No que diz respeito às questões ambientais, isto é, a degradação do meio devido a atividades econômicas e demais atividades humanas, a condição no Brasil, é igualmente reveladora. O indicador ambiental mais amplamente divulgado, a emissão de dióxido de carbono mostra que no período de 1990-96 esta passou de 1,5 toneladas métricas *per capita* para 1,7. Ainda, mais expressivo é constatar que enquanto na média mundial houve a redução pela metade da relação CO₂/PIB, isto é, entre a emissão de dióxido de carbono e o Produto Interno Bruto, no Brasil esta relação diminuiu apenas de 0,4 para 0,3. Portanto, embora não seja o único país a sofrer um processo deste tipo, o Brasil, em particular ilustra de maneira contundente a ocorrência apenas de crescimento econômico (Montibeller-Filho, 2007, p.83).

De tal forma, a sustentabilidade deve ser compreendida para além de um simples mecanismo de preservação ambiental, assumindo um papel central na promoção de uma melhor qualidade de vida para as pessoas. Nesse sentido, convém ressaltar os questionamentos trazidos por Amartya Sen (2004) acerca da suficiência da ideia que o conceito de sustentabilidade abarca, já que é certo que as pessoas têm necessidades, mas também possuem valores e capacidade de arrazoar, avaliar, agir e participar. Ainda, a

referida autora aponta.

O foco na idéia de "liberdades sustentáveis" pode ser não só conceitualmente importante (como parte de uma abordagem geral que trate do "desenvolvimento como liberdade"), mas também oferecer implicações tangíveis e imediatamente relevantes. O foco da discussão na política ambiental vem sendo sempre o desenvolvimento de instituições nacionais e internacionais apropriadas. A justificativa para isso não poderia ser mais clara. Como aponta, com argumentação muito coerente, o relatório "Ecossistemas e Bem-Estar Humano", produzido por uma equipe mundial para a Avaliação de Ecossistemas do Milênio, em 2003, "atingir o desenvolvimento sustentável requer instituições efetivas e eficientes que possam prover mecanismos por meio dos quais os conceitos de liberdade, justiça, equidade, capacitação básica e paridade governem o acesso e o uso dos serviços de ecossistemas". Mas, paralelamente, vem crescendo o interesse na exploração do papel da cidadania para promover o desenvolvimento sustentável. Assim como são necessárias instituições para estabelecer regulamentação passível de fiscalização e para oferecer incentivos financeiros, um compromisso mais forte para com as responsabilidades cívicas poderia ajudar a promover o cuidado com o ambiente (Sen, 2004, n.p).

No mesmo sentido, Veiga (2012), aduz que os indivíduos não devem ser vistos apenas como pacientes, cujas demandas exigem respostas imediatas, mas sobretudo como agentes ativos no processo de desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva reconhece a capacidade humana de exercer liberdade, refletir criticamente e decidir quais valores atribuir às coisas, bem como de que forma esses valores devem ser preservados.

Nessa toada e conforme apontados nos tópicos anteriores, tem-se que o atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é um caminho a ser seguido. Para tanto, o cumprimento dos ODS, tanto em nível global quanto local, exige a participação ativa do poder público, do setor privado e da sociedade como um todo. O desenvolvimento sustentável dos territórios depende diretamente da incorporação desses objetivos nas políticas públicas e no planejamento municipal. Para isso, é fundamental que os municípios incluam em seus instrumentos de gestão ações concretas voltadas à construção de cidades e comunidades sustentáveis (Oliveira *et al.*, 2023).

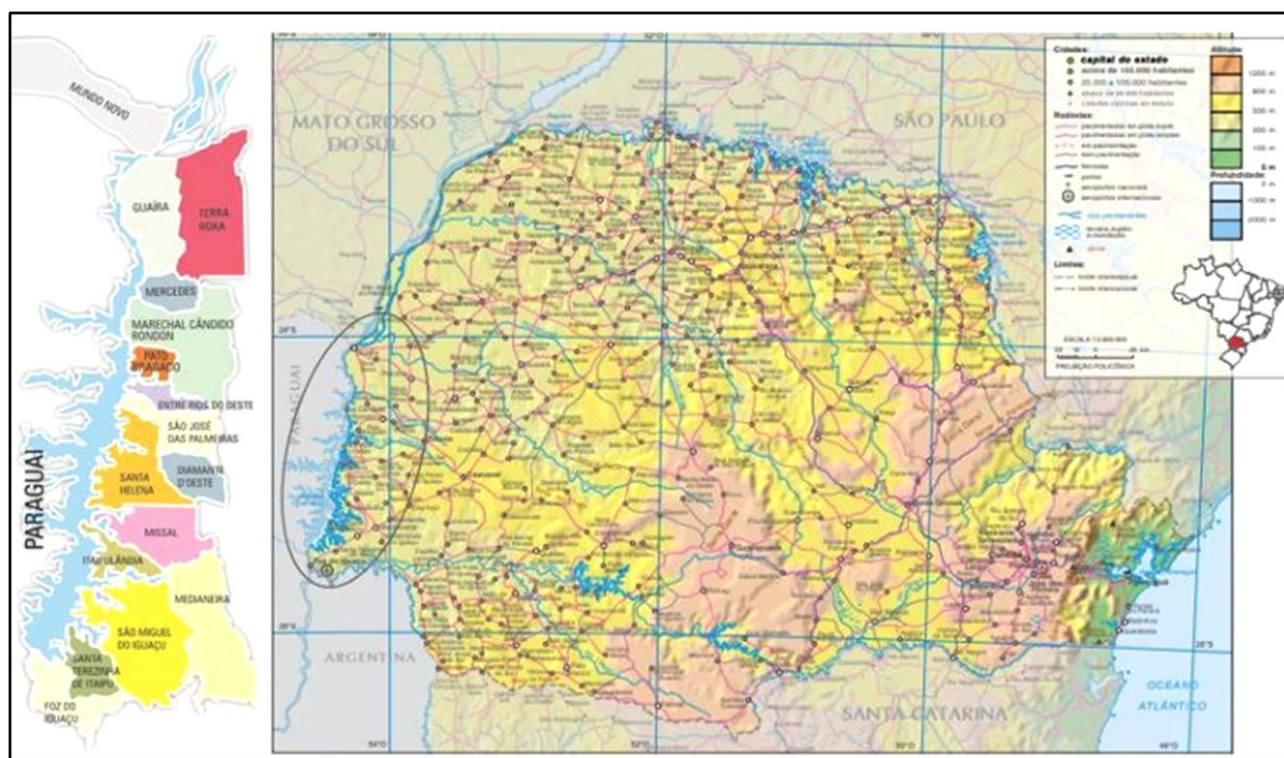
De tal forma, e antecedendo ao recorte local que se apresentará no próximo tópico, faz-se necessária trazer à luz a discussão sobre o tema, a fim de aprofundamento e justificativa da importância da pesquisa.

3.3 OS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU

No caso da presente pesquisa, far-se-á o recorte dos Municípios lindeiros ao lago de Itaipu, considerando as especificidades da região. Justifica-se que apesar de haver grande diferença de espaço geográfico, populacional e de Produto Interno Bruto, todos são beneficiados pelo repasse da compensação financeira em razão de inundação de área para a construção da usina de Itaipu (*royalty*), além de possuírem suas áreas banhadas pelo lago da hidrelétrica.

Para melhor visualização dos Municípios, abaixo apresenta-se imagem indicando a localização deles e como são banhados pelo lago.

Figura 01 – Localização geográfica dos Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu



Fonte: Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros, 2023.

Abre parêntesis para, nesse ponto, destacar que conforme dados fornecidos pela Itaipu (2024), foram distribuídos mais de US\$ 9,62 milhões, tendo o Município de Santa Helena o maior beneficiado com o recebimento de US\$ 925,2 mil, seguido por Foz do Iguaçu que recebeu US\$ 708 mil.

De tal forma, verifica-se que existem similaridades no que concerne ao recebimento

de valores pela Itaipu, especialmente no que diz respeito às compensações financeiras repassadas aos municípios localizados em sua área de influência. Esses repasses constituem uma importante fonte de receita para as administrações municipais, possibilitando a execução de obras, serviços e projetos que beneficiam diretamente a população local.

Outrossim, para que se tenha uma visão mais ampla e organizada do contexto, apresenta-se abaixo, unicamente para fins de caracterização e introdução dos Municípios que serão objeto de estudo, uma tabela contendo importantes informações acerca dessas localidades. Tal levantamento permite identificar aspectos demográficos, econômicos e territoriais relevantes, os quais servirão de base para análises futuras, possibilitando compreender melhor a realidade específica de cada cidade e, conseqüentemente, a sustentabilidade destes.

Tabela 01 – Municípios lindeiros ao lago de Itaipu

Cidade	Estado	Área Territorial (km²)	População	PIB (x1000) – 2021/2023	PIB <i>per capita</i> (R\$) – 2021/2023
Diamante D'Oeste	PR	309,11	4.557	134.492,64	29.513,42
Entre Rios do Oeste	PR	120,967	4.575	420.777,81	91.973,29
Foz do Iguaçu	PR	609,192	285.415	16.973.250,99	59.468,67
Guaíra	PR	563,742	32.097	1.438.846,33	44.828,06
Itaipulândia	PR	330,846	11.485	566.775,59	49.349,20
Marechal Cândido Rondon	PR	745,748	55.836	3.919.007,29	70.187,82
Medianeira	PR	328,732	54.369	3.007.596,29	55.318,22
Mercedes	PR	197,139	5.931	311.868,78	52.582,83
Missal	PR	324,397	11.064	496.708,39	44.894,11
Mundo Novo	MS	478,38	19.193	778.607,49*	41.910,19*
Pato Bragado	PR	135,6	5.733	269.743,77	47.051,07
Santa Helena	PR	754,701	25.492	1.641.044,23	64.374,87
Santa Terezinha de Itaipu	PR	268,258	24.262	765.144,14	31.536,73
São José das Palmeiras	PR	182,419	3.957	109.673,66	27.716,37
São Miguel do Iguaçu	PR	851,917	29.122	1.484.415,45	50.972,20
Terra Roxa	PR	800,807	18.119	921.399,94	50.852,69

Fonte: Elaboração própria do autor com dados do IPARDES, 2023; IBGE, 2021*¹; e IBGE, 2024.

¹ No caso do município de Mundo Novo/MS, os dados de Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita* foram retirados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para os demais municípios, tais dados foram obtidos do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

Conforme possível verificar da Tabela 01 apresentada, os Municípios que serão analisados apresentam diversas diferenças como no espaço territorial com cidades com mais de 745km² (Marechal Cândido Rondon) e outras inferiores a 200km² (Entre Rios do Oeste/PR, Mercedes/PR, Pato Bragado/PR e São José das Palmeiras/PR), diferença na população variando entre 3.957 pessoas (São José das Palmeiras) e 285.415 pessoas (Foz do Iguaçu/PR) e diferença no PIB.

A partir das informações apresentadas, constata-se que, embora os municípios lindeiros ao lago de Itaipu compartilhem a característica comum de serem beneficiários da compensação financeira decorrente da formação do reservatório, suas realidades demográficas, territoriais e econômicas revelam significativas heterogeneidades. Diante disso, o quarto capítulo analisa individualmente cada município, destacando suas características, potencialidades e fragilidades, para compreender melhor os fatores que influenciam seu caminho rumo à sustentabilidade.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Metodologia significa, na origem do termo, estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. Ao mesmo tempo que busca conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, indagando os limites da ciência, seja com referência à capacidade de conhecer, seja com referência à capacidade de intervir na realidade (Demo, 1995).

E, para trilhar estes caminhos, existem critérios e individualidades de cada método que se é utilizado. Segundo Gil (2002), toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério, não sendo diferente nas pesquisas, já que é usual a classificação com base em seus objetivos gerais. Assim, o referido autor entende ser possível classificar as pesquisas em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. Nesse sentido, o presente estudo enquadra-se como uma pesquisa de natureza descritiva, uma vez que tem como propósito central descrever e analisar as características de determinado fenômeno, sem a intenção de estabelecer relações de causalidade.

A pesquisa tem como objetivo analisar o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) aplicado aos municípios limítrofes ao Lago de Itaipu, buscando compreender o desempenho desses territórios à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Quanto ao delineamento metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que se fundamenta na análise de literatura científica relacionada ao meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável e às políticas públicas, bem como na utilização de dados secundários provenientes de bases oficiais. Em particular, utiliza-se o banco de dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), elaborado pela rede *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN).

Nesse ponto, destaca-se a relevância da escolha do referido índice como objeto de análise, uma vez que, conforme observa Veiga (2019), os indicadores tradicionalmente utilizados para mensurar desenvolvimento apresentam limitações significativas, especialmente diante das discussões contemporâneas acerca da sustentabilidade. O autor ressalta a obsolescência do Produto Interno Bruto (PIB) como medida suficiente de progresso e aponta a precariedade do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para captar de forma abrangente as múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável,

evidenciando, assim, a existência de lacunas na formulação de indicadores físicos voltados à sustentabilidade.

Esclarece-se que a SDSN é uma iniciativa vinculada à Organização das Nações Unidas, criada com o objetivo de mobilizar conhecimentos técnicos e científicos da academia, da sociedade civil e do setor privado, no apoio à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em escalas local, nacional e global. Os relatórios produzidos pela rede, incluindo o IDSC-BR, buscam monitorar o avanço dos ODS nos países membros da ONU, entre eles o Brasil (IDSC-BR, s.d.).

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) foi elaborado com o propósito de adaptar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao contexto dos municípios brasileiros, permitindo o monitoramento do desempenho local a partir de indicadores sociais, econômicos, ambientais e institucionais. A metodologia empregada busca transformar os ODS em uma ferramenta prática de gestão pública, possibilitando identificar os principais desafios enfrentados pelos municípios e subsidiar a formulação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento sustentável. Para isso, o índice utiliza um conjunto padronizado de aproximadamente 100 indicadores distribuídos entre os 17 ODS, construídos prioritariamente com base em dados públicos oficiais nacionais, garantindo maior abrangência, comparabilidade e confiabilidade estatística (IDSC-BR, s.d.).

A metodologia de cálculo do IDSC-BR ocorre em etapas sucessivas de tratamento, normalização e agregação dos dados. Inicialmente, são identificados e corrigidos valores extremos (outliers), reduzindo distorções estatísticas que possam comprometer a análise comparativa entre os municípios. Em seguida, os indicadores são reescalados para uma faixa de 0 a 100, por meio do método de normalização min-max, em que 0 representa o pior desempenho observado e 100 corresponde ao desempenho considerado ótimo ou à meta estabelecida para determinado indicador. Esse procedimento permite tornar comparáveis variáveis de naturezas distintas, assegurando uniformidade na interpretação dos resultados. Assim, quanto maior a pontuação obtida pelo município, mais próximo ele estará do cumprimento das metas associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IDSC-BR, s.d.).

Após a normalização, os indicadores são agregados conforme cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, utilizando-se a média aritmética simples das variáveis pertencentes a cada ODS. Posteriormente, as pontuações dos 17 objetivos são igualmente

ponderadas para a composição do índice final do município, refletindo o princípio da indivisibilidade e integração dos ODS proposto pela Agenda 2030. Além do índice geral, o IDSC-BR também apresenta um painel visual em formato de “semáforo”, no qual as cores verde, amarelo, laranja e vermelho representam diferentes níveis de proximidade em relação às metas estabelecidas, permitindo identificar de forma mais clara as áreas em que os municípios apresentam maiores avanços ou maiores fragilidades (IDSC-BR, s.d.).

De tal forma, o IDSC-BR é uma ferramenta para a gestão pública e a ação política, que instiga a atualização de dados das cidades, para melhorar o seu desempenho junto aos ODS, sendo atribuída pontuação no intervalo entre 0 e 100, após a verificação de mais de 100 indicadores de fontes públicas e oficiais, como por exemplo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo apenas duas exceções: o indicador de emissões baseou-se no Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG Municípios) e o percentual desflorestado do município foi calculado com base nas informações disponíveis do MapBiomas (IDSC-BR, s.d.).

Cumprе esclarecer que a pontuação atribuída pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), variando de 0 a 100, é apresentada em diferentes níveis de sustentabilidade, organizados em cinco categorias: de 0 a 39,99, considera-se desempenho muito baixo; de 40 a 49,99, baixo; de 50 a 59,99, médio; de 60 a 79,99, alto; e de 80 a 100, muito alto.

Os indicadores utilizados pelo IDSC-BR estão organizados conforme os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conforme apresentado no Quadro 01 abaixo:

Quadro 01 – Indicadores utilizados

ODS	INDICADORES
ODS 1	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais (%);
	Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família (%);
	Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família (%);
	Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo (%).
ODS 2	Obesidade infantil (%);
	Baixo peso ao nascer (%);
	Desnutrição infantil (%);
	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF (%);
	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica (%)
ODS 3	Cobertura vacinal (%);

	Mortalidade por suicídio (100 mil habitantes);
	Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) (mil nascidas vivas);
	Mortalidade materna (mil nascidos vivos);
	Mortalidade na infância (mil nascidas vivas);
	Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias) (mil nascidas vivas);
	Mortalidade por Aids (100 mil habitantes);
	Incidência de dengue (100 mil habitantes);
	Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis (100 mil habitantes);
	Orçamento municipal para a saúde (Reais per capita);
	População atendida por equipes de saúde da família (%);
	Deteção de hepatite (100 mil habitantes);
	Pré-natal insuficiente (%);
	Unidades Básicas de Saúde (mil habitantes);
	Idade média ao morrer (Anos);
	Gravidez na adolescência (%);
	Incidência de tuberculose (100 mil habitantes).
ODS 4	Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública (%);
	Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches (%);
	Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência (%);
	Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado (mil matrículas);
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais (IN);
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais (IN);
	Jovens com ensino médio concluído até os 19 anos de idade (%);
	Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública (%);
	Professores com formação em nível superior - Ensino Fundamental - rede pública (%);
	Razão entre o número de matrículas e professores na pré-escola (Taxa);
	Razão entre o número de matrículas e professores no ensino fundamental (Taxa);
	Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - rede pública (Taxa);
	Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (%);
	Centros culturais, casas e espaços de cultura (100 mil habitantes);
	Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola (%).
ODS 5	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%);
	Presença de vereadoras na Câmara Municipal (%);
	Desigualdade de salário por sexo (razão);
	Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham (Pontos percentuais);
	Taxa de feminicídio (100 mil mulheres).
ODS 6	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (100 mil habitantes);
	Perda de água tratada na distribuição (IN);
	População atendida com esgotamento sanitário (%);
	Índice de tratamento de esgoto (%);
ODS 7	População total atendida com abastecimento de água (%).
	Domicílios com acesso à energia elétrica (%);
ODS 8	Vulnerabilidade Energética (IN).
	População ocupada entre 10 e 17 anos (%);
	PIB per capita (R\$ per capita);
	Desemprego (Taxa);
	Desemprego de jovens (Taxa);
ODS 9	Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%);
	Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade (%).
	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante (R\$ per capita);

	Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia (%).
ODS 10	Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres (%);
	Coeficiente de Gini (IN);
	Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças de mães PPI e BA (Diferença entre taxas/por 1.000 nascidos vivos);
	Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA (Diferença entre taxas (%));
	Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e BA (Diferença em anos);
	Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e BA (Diferença em anos);
	Diferença na taxa de homicídios entre PPI e BA (Diferença entre taxas/por 100 mil indivíduos);
	Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA (Diferença entre taxas/por 100 mil indivíduos);
	Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA (Diferença entre taxas/por 100 mil indivíduos);
	Razão do rendimento médio real entre PP e BA (Razão (R\$));
	Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde (%);
	Violência contra a população LGBTQIA+ (100 mil habitantes);
	Percentual de vereadoras e vereadores PPI nas Câmaras Municipais (%).
ODS 11	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora (%);
	Mortes no trânsito (100 mil habitantes);
	População residente em aglomerados subnormais (%);
	Domicílios em favelas (%);
	Equipamentos esportivos municipais (100 mil habitantes);
	Percentual da população negra em assentamentos subnormais (%).
ODS 12	Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita (kg/dia/habitante);
	Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente (%);
	População atendida com coleta seletiva (%).
ODS 13	Emissões de CO ₂ e per capita (ton de CO ₂ e per capita);
	Concentração de focos de queimadas (mil focos);
	Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais (%);
	Proporção de domicílios em áreas de risco;
	Percentual do município desflorestado (%).
ODS 14	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos (%).
ODS 15	Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante (Ha/hab);
	Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável (%);
	Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental (%).
ODS 16	Homicídio juvenil masculino (100 mil habitantes);
	Taxa de homicídio (100 mil habitantes);
	Mortes por armas de fogo (100 mil habitantes);
	Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção (%);
	Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos (%);
	Grau de estruturação das políticas de transparência (%).
ODS 17	Investimento público (R\$ per capita);
	Total de receitas municipais arrecadadas (%).

Fonte: Elaboração própria com dados do IDSC-BR (2025).

A partir desses dados, são analisados os 16 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, os quais são caracterizados no subtópico 5.1, considerando informações como histórico,

área territorial, população, Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, recebimento de *royalties* e outros elementos relevantes para a pesquisa.

A análise dos dados levantados ocorre de forma quantitativa, entendida como um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros (Michel, 2005).

Necessário apontar que o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) adota metodologia própria para o cálculo de seus indicadores, esclarece-se que o presente estudo não se propõe a analisar ou discutir criticamente tal metodologia, limitando-se à utilização e interpretação dos resultados consolidados fornecidos pelo índice. Essa opção metodológica visa assegurar maior objetividade e clareza na análise dos dados apresentados, concentrando o enfoque nos desempenhos dos municípios avaliados. Para fins de transparência e melhor compreensão dos resultados expostos ao longo do trabalho, a metodologia completa de cálculo do IDSC-BR, conforme disponibilizada pelos seus elaboradores, será apresentada integralmente no Anexo I.

Por fim, a pesquisa desenvolve-se em três etapas realizadas de forma concomitante:

- a) apresentação do estudo, com delimitação do problema de pesquisa, definição dos objetivos geral e específicos e formulação das hipóteses;
- b) desenvolvimento do referencial teórico;
- c) coleta, tratamento e análise dos dados.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

A partir da apresentação do referencial teórico, que trata das bases da crise ambiental e da emergência de novos saberes voltados à sustentabilidade, a pesquisa dedica-se à análise dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. O foco da investigação recai sobre a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que se refere às metas e aos indicadores definidos pela Organização das Nações Unidas, operacionalizados, neste estudo, por meio do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR).

Nos tópicos subsequentes, apresenta-se um panorama descritivo do desempenho das administrações públicas municipais dessas localidades, a partir dos resultados consolidados do referido índice. A análise busca evidenciar padrões, fragilidades e potencialidades no cumprimento dos ODS, considerando as especificidades territoriais, socioeconômicas e institucionais dos dezesseis municípios lindeiros ao Lago de Itaipu.

Nesse sentido, o capítulo tem como propósito oferecer um referencial analítico que possa subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas e, eventualmente, de iniciativas legislativas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável em escala local. Ademais, ao sistematizar e interpretar os resultados do IDSC-BR, o estudo pretende contribuir para a formulação de estratégias replicáveis, capazes de orientar outros municípios e entes da administração pública no monitoramento e na implementação da Agenda 2030.

5.1 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme delineado nos tópicos anteriores, a apresentação dos dados será realizada de forma individualizada para cada município, sendo o conjunto completo das informações levantadas ao longo da pesquisa disponibilizado nos anexos. Nos subtópicos a seguir, são priorizados os indicadores que apresentam maiores desafios de alcance, conforme os critérios estabelecidos pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR).

5.1.1 Diamante D'Oeste/PR

Reconhecido como Distrito Administrativo em 16 de julho de 1979, a Lei nº 7.186 estava subordinado a Matelândia/PR. Posteriormente, em 21 de dezembro de 1987, a Lei Estadual nº 8.674 criou o município de Diamante D'Oeste, cuja instalação oficial ocorreu em 1º de janeiro de 1989, com a posse do primeiro prefeito, Sr. Alberi Hamerski Pinheiro, e do vice-prefeito, Sr. Wenceslau Pires (IBGE, s.d).

Conforme dados indicados na Tabela 01, hoje o Município conta com 4.557 habitantes distribuídos em uma área de 309,11 km². Com relação ao recebimento de receitas decorrentes dos *Royalties* de Itaipu, no ano de 2025, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (s.d), foram repassados apenas R\$ 4.025.480,88.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), o município apresenta desempenho classificado como baixo. Na classificação geral, que compara 5.570 municípios brasileiros, Diamante D'Oeste ocupa a posição 3.556, com pontuação geral de 48,13 em uma escala de 0 a 100.

No detalhamento por Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, verifica-se que seis ODS apresentam classificação “muito baixo”, quais sejam: ODS 1 – Erradicar a Pobreza; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 14 – Proteger a vida marinha; ODS 15 – Proteger a vida terrestre; ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes; ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos. Outros dois objetivos estão com a classificação “baixo”: ODS 2 – Erradicar a fome; ODS 8 – Trabalho e crescimento econômico. E, 02 com classificação “médio”: ODS 5 – Igualdade de Gênero; ODS 10 – Reduzir as Desigualdades.

Para melhor exemplificação, abaixo segue figura:

Figura 02 – Desempenho do município em cada ODS

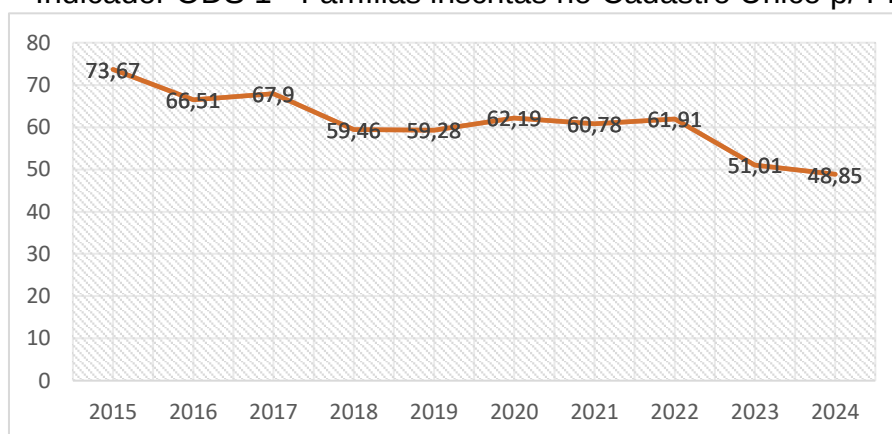


Fonte: IDSC-BR (2025).

A análise da série histórica compreendida entre 2015 e 2024² evidencia fragilidades persistentes em diversos indicadores, apontando áreas que têm sido insuficientemente enfrentadas pela gestão municipal, o que resulta em estagnação ou regressão do desempenho sustentável do município.

Nesse sentido, no âmbito dos indicadores do ODS 1, mais precisamente “Famílias inscritas no Cadastro Único” para programas sociais, para ser considerado atingido o objetivo a pontuação tem que ser 87. Contudo, observa-se que, desde 2015, o município apresenta tendência de queda nesse indicador, conforme demonstrado no Gráfico 01.

Gráfico 01 – Indicador ODS 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único p/ Prog. Sociais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Por sua vez, no que se refere a ODS 2, o indicador “baixo peso ao nascer” revela desempenho insatisfatório. No período entre 2015 e 2023, o município não alcançou o limiar de referência 6, atingindo seu valor mais elevado em 2019, com pontuação de 13,64.

Com relação ao ODS 3, quatro indicadores demandam maior atenção: incidência de dengue, cobertura vacinal, mortalidade infantil e mortalidade neonatal. Destaca-se a cobertura vacinal, cuja pontuação de referência para o atingimento do objetivo é 95. Apesar de oscilações nos anos anteriores, observa-se queda contínua a partir de 2020.

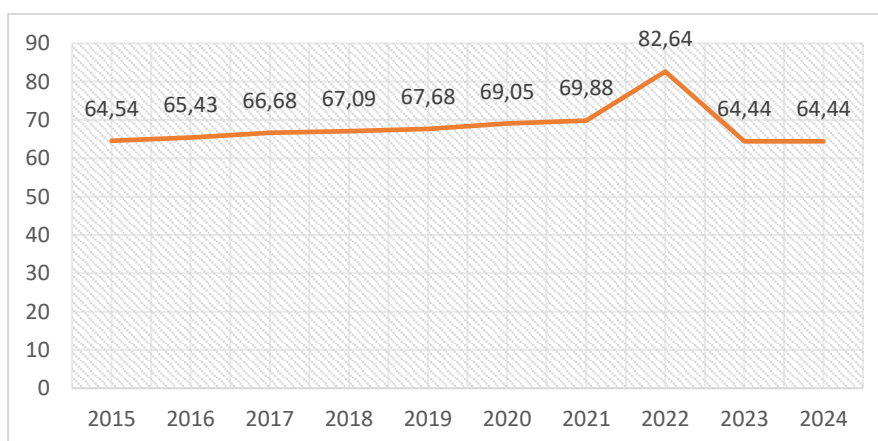
A análise do indicador “educação de qualidade” da ODS 4 também demonstra pontos que não estão sendo atendidos satisfatoriamente. A título exemplificativo, o indicador referente ao percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches, embora apresente crescimento no período analisado, permanece muito abaixo do valor de referência 84. A melhor pontuação foi registrada em 2024, com 35,44.

² Dados completos constantes no Anexo II.

No atendimento a igualdade de gênero (ODS 5), quando observado a presença de vereadoras no Poder Legislativo³, Diamante D'Oeste atingiu seu melhor índice em 2024, com 22,22, sendo que em 2020 não havia nenhuma mulher eleita como vereadora.

Ainda, atenção se deve ao indicador “População total atendida com abastecimento de água” (ODS 6 – Água limpa e Saneamento), considerando que para atender o objetivo, deveria o Município atingir a nota 85, porém, pelos dados coletados, apesar de haver uma aumento entre 2015 e 2022, no ano de 2023 e 2024, o indicador apresentou pontuação inferior daquela registrada em 2015, demonstrando uma grave regressão.

Gráfico 02 – Indicador ODS 6 - População total atendida com abastecimento de água



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

No âmbito da ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), a ocupação formal de pessoas acima de 16 anos constitui um dos principais desafios. O valor de referência para o atingimento do objetivo é 68,19; entretanto, a melhor pontuação registrada pelo município foi 15,71 em 2022, enquanto em 2024 observou-se o menor valor da série, com 8,09.

De forma semelhante, no que se refere ao investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura), o indicador de investimento público em infraestrutura urbana por habitante revela ausência de registros entre 2021 e 2023, após crescimento observado entre 2015 e 2019.

Por sua vez, na análise dos dados do ODS 10 (redução de desigualdades), são identificados indicadores que demonstram graves problemas, como a renda municipal

³ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 50.

apropriada pelos 20% mais pobres; diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães pretas e pardas em comparação às mães brancas; diferença na taxa de gravidez entre mães pretas e pardas em relação às mães brancas; diferença na taxa de homicídios entre pretos e pardos e brancos; diferença taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens pretos, pardos, indígenas e brancos.

No ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), destaca-se o indicador de mortes no trânsito. Embora Diamante D'Oeste seja um município de pequeno porte, com pouco mais de quatro mil habitantes, o valor de referência para o atingimento do objetivo é 6,8. Todavia, desde 2019, o município apresenta pontuações superiores a esse limite, atingindo, em 2022, o valor de 75,77.

Outro aspecto relevante diz respeito ao ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), especialmente ao indicador de emissões de CO₂ *e per capita*⁴, considerando que o menor valor registrado pelo município foi 11,43, no ano de 2021.

Em relação ao ODS 15 (proteger a vida terrestre), dois indicadores se mostram com grandes desafios: Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante; Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável. Para o primeiro, o valor de referência é 25,25, enquanto o melhor desempenho do município ocorreu em 2022, com pontuação de 2,06. Além disso, não há registro de unidades de conservação no território municipal.

Por fim, no ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) merecem destaque os indicadores relacionados ao homicídio juvenil masculino, à taxa de homicídios e às mortes por armas de fogo, que reforçam a fragilidade institucional e social do município.

Diante da análise apresentada, observa-se que o Município de Diamante D'Oeste enfrenta desafios significativos no que se refere ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, refletidos em baixos índices de desempenho em áreas essenciais como erradicação da pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero, saneamento, trabalho, infraestrutura, redução das desigualdades, meio ambiente e segurança. A evolução dos indicadores ao longo dos anos evidencia, em diversos casos, estagnação ou regressão, indicando a necessidade de maior atenção por parte da gestão pública municipal no planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas alinhadas à Agenda 2030.

⁴ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 2.

5.1.2 Entre Rios do Oeste/PR

O município de Entre Rios do Oeste foi criado no ano de 1990, por meio da Lei Estadual nº 9.301, sancionada pelo então Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, a partir do desmembramento de seu território do município de Marechal Cândido Rondon (Paraná, 1990).

De acordo com os dados do último censo (Tabela 01), o município conta atualmente com 4.575 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 120,967 km². No que se refere aos repasses provenientes dos *royalties* da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no ano de 2025, Entre Rios do Oeste recebeu o montante de R\$ 23.565.537,53 (ANEEL, s.d.), valor significativamente superior ao recebido pelo município de Diamante D'Oeste, considerando que ambos apresentam população semelhante.

No que diz respeito ao desempenho nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Entre Rios do Oeste apresenta classificação geral superior à observada em Diamante D'Oeste. Na avaliação global do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), entre 5.570 municípios, o município ocupa a posição 1.666, com pontuação geral de 52,89, enquadrando-se no nível “médio”.

Na avaliação atual, cinco objetivos com classificação “muito baixo”, a saber: ODS 6 – Água potável e saneamento; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 14 – Proteger a vida marinha; ODS 15 – Proteger a vida terrestre; ODS 17 – Parcerias para a implantação dos objetivos. Ainda, há um objetivo com a avaliação “baixo”: ODS 1 – Erradicar a pobreza. A Figura 04 ilustra a avaliação geral do município conforme os critérios do IDSC-BR.

Figura 03 – Desempenho do Município em cada ODS

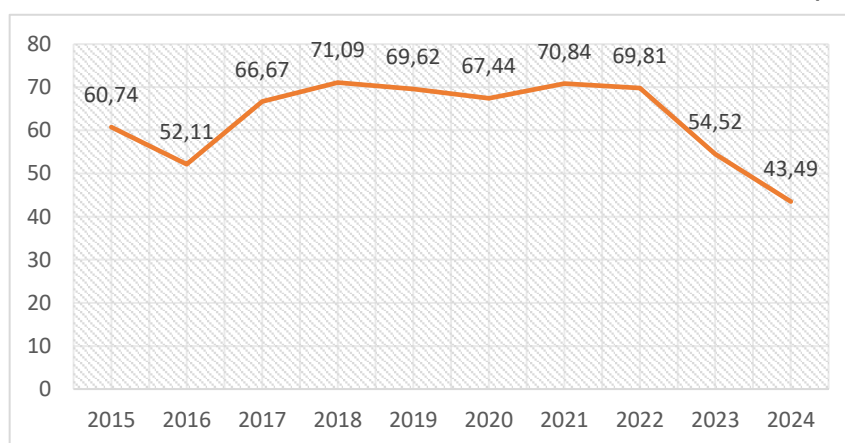


Fonte: IDSC-BR (2025).

Quando analisados os dados de 2015 a 2024⁵, observam-se pontos em que estão sendo deixados de ser observados pelos gestores da municipalidade, resultando em piora na avaliação da cidade e consequentemente no desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, no que tange aos indicadores do ODS 1, dois são os que apresentam avaliações particularmente baixas: Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais e Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família. Para o primeiro, o valor para considerar que o objetivo foi atingido é 87, porém, a avaliação atual é de 43,49, valor que não difere significativamente dos anos anteriores. Já com relação ao percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família, o valor para considerar que o objetivo foi atingido é 80,5, todavia, na avaliação atual está 25,69.

Gráfico 03 – Indicador ODS 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único p/ Prog. Sociais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

No que refere a saúde e bem-estar (ODS 3), três indicadores apresentam desafios relevantes: mortalidade por suicídio, incidência de dengue e detecção de hepatite, indicando fragilidades na área da saúde pública municipal.

Por sua vez, na educação de qualidade (ODS 4), observa-se queda expressiva no indicador referente ao acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio da rede pública, que, em 2024, passou de 100 para 50, representando um retrocesso significativo no período analisado.

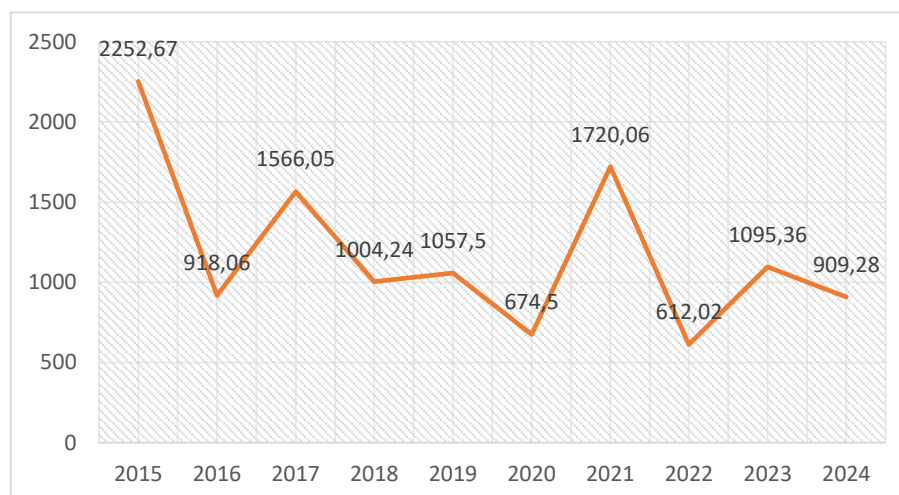
Grande desafio ainda está na igualdade de gênero (ODS 5) quando verificada a

⁵ Dados completos constantes no Anexo III.

baixa representatividade feminina no Poder Legislativo municipal. Nas duas últimas eleições, o indicador referente à presença de vereadoras manteve-se em 22,22, valor substancialmente inferior ao parâmetro de referência de 50.

Não diferente é o atendimento da ODS 6 (água limpa e saneamento), pois, identificam-se graves problemas relacionados às doenças associadas ao saneamento ambiental inadequado. O valor de referência para o atingimento do objetivo é 136,21; entretanto, ao longo de todo o período analisado, o indicador manteve-se significativamente acima desse limite, conforme demonstrado no Gráfico abaixo.

Gráfico 04 – Indicador ODS 6 - Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Ponto de atenção se deve a ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade⁶ (ODS 8), considerando que em 2024, a pontuação registrada foi de 33,39, sendo que o melhor desempenho ocorreu em 2023, com valor de 43,23.

Ainda, observa-se queda acentuada no investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9) a partir do ano de 2021.

Com relação a redução de desigualdades (ODS 10), evidencia agravamento das disparidades, especialmente no indicador referente à diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do ensino fundamental entre estudantes pretos e pardos em relação aos brancos. Desde 2022, observa-se aumento desse indicador, que atingiu, em 2024, o

⁶ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 68,19.

valor de 6,10, quando o valor de referência é 1. Ademais, o percentual de vereadores pretos, pardos e indígenas manteve-se em 11,11 ao longo do período analisado, valor significativamente inferior ao parâmetro de 50.

Mortes no trânsito e percentual da população preta e parda em favelas e comunidades urbanas são indicadores que mostram maiores desafios em relação ao ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). Com relação à população em favelas e comunidades urbanas, o município registrou, em 2022, que 98,6% das pessoas que moravam nessas aglomerações eram pretas ou pardas. Já as mortes no trânsito, quanto o valor ideal a ser atingido é de 6,8, no ano de 2016, foi registrado 68,85 e no ano de 2023, 65,57.

No que se refere às ações contra as mudanças globais do clima (ODS 13), também é observado grandes desafios, pois a emissão de CO₂ *per capita* está muito acima o objetivo⁷, tendo atingido o maior valor em 2017 com 20,30 e o menor em 2022 com 14,26.

Na análise da ODS 15 (Proteger a vida terrestre) dois aspectos merecem destaque: o baixo valor correspondente aos hectares de áreas florestadas e naturais por habitante e a inexistência de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável. O valor de referência para áreas florestadas é 25,25; entretanto, entre 2015 e 2023, o município atingiu o patamar de 0,50.

Em síntese, a análise evidencia que, embora Entre Rios do Oeste apresente desempenho geral classificado como “médio” no atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e disponha de expressiva capacidade financeira decorrente dos *royalties* da Itaipu, persistem fragilidades estruturais e sociais relevantes. Destacam-se desafios nas áreas de saneamento básico, redução da pobreza, saúde, igualdade de gênero, infraestrutura urbana, inclusão social, proteção ambiental e ação climática, muitos dos quais associados à queda de investimentos e à limitada efetividade das políticas públicas ao longo do período analisado.

5.1.3 Foz do Iguaçu/PR

Fundado em 10 de junho de 1914, o município de Foz do Iguaçu é o mais populoso

⁷ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 2.

dentre aqueles analisados nesta pesquisa. Conforme apresentado na Tabela 01, o município possui uma população de 285.415 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 609,192 km², estando localizado no extremo oeste do estado do Paraná.

De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, s.d.), no ano de 2025 o município recebeu o montante de R\$ 144.573.498,36 provenientes dos repasses de *royalties* da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Apesar do volume expressivo de recursos, Foz do Iguaçu apresenta pontuação geral de 53,59 em uma escala de 0 a 100 no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), ocupando a posição 1.415 entre 5.570 municípios brasileiros, com classificação geral no nível “médio”.

Entre os objetivos que possuem a menor classificação estão: ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 15 – Proteger a vida terrestre; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias para a implantação dos objetivos. Ainda, apresenta um nível “baixo” para a ODS 2 – Erradicar a fome, conforme ilustrado.

Figura 04 – Desempenho do município em cada ODS

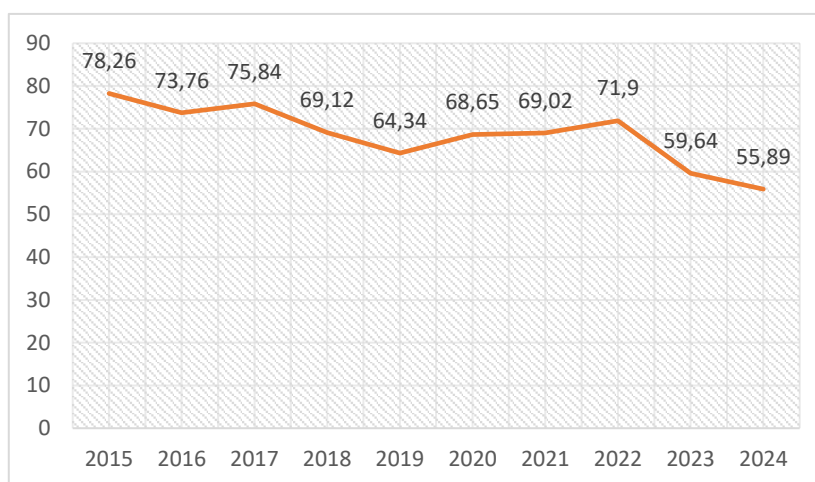


Fonte: IDSC-BR (2025).

Quando analisados os dados de 2015 a 2024⁸, é possível visualizar alguns indicadores que estão apresentando desafios significativos ao desenvolvimento sustentável do município. Nesse sentido, no que se refere a ODS 1 (Erradicar a pobreza), há um decréscimo no número de famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais⁹. Foz do Iguaçu nunca conseguiu atingir este objetivo. No ano de 2015, sua melhor referência, marcou um percentual de 78,26 e no ano de 2024 atingiu o menor valor (55,89).

⁸ Dados completos constantes no Anexo IV.

⁹ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 87.

Gráfico 05 – Indicador ODS 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único p/ Prog. Sociais

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

De forma semelhante, verifica-se redução no percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem o benefício do Bolsa Família. Embora o valor de referência seja 80,5, em 2015 o município apresentou pontuação de 57,43, reduzindo-se para 43,56 em 2024.

Com relação ao ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), o indicador “baixo peso ao nascer” constitui um ponto crítico, uma vez que, ao longo de todo o período analisado, o município não atingiu o valor de referência estabelecido, que é 6.

Já em análise o ODS 3 (saúde e bem-estar), quatro indicadores merecem destaque. Primeiro é a cobertura vacinal que apresentou queda acentuada a partir de 2020, passando de 99,49 em 2019 para 73,94 em 2020, mantendo-se em patamares semelhantes em 2021 (73,01) e 2022 (73,29). Segundo, é a mortalidade por suicídio, cujo valor de referência é 2,44; contudo, durante todo o período analisado, os índices permaneceram superiores, atingindo o pico de 13,75 em 2022. O terceiro indicador refere-se à incidência de dengue, que se mantém em níveis elevados. Por fim, destaca-se a idade média¹⁰ ao morrer que em Foz do Iguaçu registrou média de 63,33 no ano de 2023.

Na análise do ODS 4 (educação de qualidade) dois indicadores apresentam desafios relevantes. O primeiro é o acesso à internet nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, que, após atingir o valor máximo (100) em 2023, sofreu queda significativa em 2024, registrando 63,71. O segundo refere-se à existência de centros culturais, casas e espaços

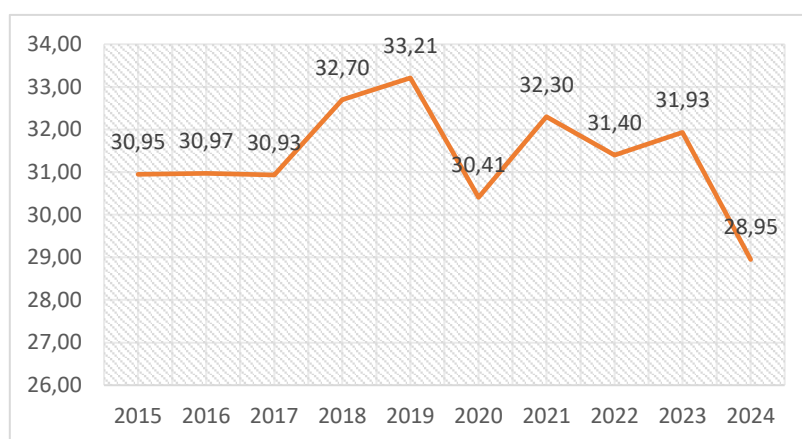
¹⁰ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 70.

de cultura, cujo valor de referência é 35,28, enquanto o município apresentou apenas 1,75.

Para o ODS 5 (Igualdade de gênero), observa-se situação preocupante no indicador de taxa de feminicídio. O valor de referência para o atingimento do objetivo é 1, entretanto, em 2016 o município registrou 32,67, e, embora tenha havido redução ao longo do tempo, em 2023 o valor ainda se mantinha elevado, em 9,29. Ademais, apesar de desempenho superior ao dos municípios anteriormente analisados, a presença de mulheres no Legislativo municipal permanece aquém do ideal, com pontuação de 26,67 frente ao valor de referência de 50.

No que se refere a trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), o indicador com pior avaliação é o de ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais¹¹, que no ano de 2024 atingiu o seu menor referencial.

Gráfico 06 – Indicador ODS 8 - Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Outro desafio relevante refere-se ao investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9). O valor de referência para o atingimento do objetivo é 3.382,49, contudo, o município permaneceu abaixo desse patamar em todo o período analisado. A melhor pontuação foi registrada em 2019, com 1.018,17, enquanto em 2023 o indicador caiu para 106,36.

No ODS 10 (redução de desigualdades), destaca-se o indicador de Violência contra a população LGBTQIA+. Embora não tenham sido registradas ocorrências em 2023, em 2024 observou-se aumento expressivo, com pontuação de 56,76. Além disso, o percentual

¹¹ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 68,19.

de vereadores pretos, pardos e indígenas eleitos apresentou queda significativa entre 2020 e 2024, passando de 40 para 13,33.

Quando da análise de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), o indicador de mortes no trânsito manteve-se acima do valor de referência¹², atingindo 18,57 em 2023. Observa-se também aumento da população residente em favelas e comunidades urbanas, sendo que, em 2022, 56,7% dessa população era composta por pessoas pretas ou pardas.

Finalmente, quando analisada o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes), se destacam negativamente: homicídio juvenil masculino, taxa geral de homicídios e mortes por armas de fogo, todos apresentando valores significativamente distantes dos parâmetros estabelecidos como referência.

Conclui-se que, apesar de Foz do Iguaçu dispor de elevada população, importância regional e expressivos recursos financeiros oriundos dos *royalties* da Itaipu, o município enfrenta desafios significativos para o avanço efetivo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Os dados revelam fragilidades persistentes nas áreas de combate à pobreza e à fome, saúde, educação, igualdade de gênero, segurança pública, infraestrutura urbana e redução das desigualdades, evidenciadas por indicadores que apresentam tendência de piora ao longo do período analisado.

5.1.4 Guaíra/PR

Advinda da reivindicação sobre as terras da Companhia Mate Laranjeiras, em 14 de novembro de 1951, pela Lei Estadual nº 790, Guaíra foi elevada oficialmente ao posto de Município (Guaíra, s.d).

Fazendo divisa com o Mato Grosso do Sul, o município possui área territorial de 563,742 km², sendo ligeiramente inferior à área do município de Foz do Iguaçu.

Conforme dados apresentados na Tabela 01, Guaíra possui população de 32.097 habitantes. No que se refere aos repasses provenientes dos *royalties* da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no ano de 2025 o município recebeu o montante de R\$ 62.194.707,30, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, s.d.).

Na avaliação geral do IDSC-BR, está na classificação 1.215, com uma pontuação de

¹² O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 6,8.

54,25 de 100 e nível de desenvolvimento sustentável classificado como “médio”. Os objetivos que possuem a menor classificação são: ODS 2 – Erradicar a fome; ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 15 – Proteger a vida terrestre; ODS 17 – Parcerias para a implantação dos objetivos. Ainda, apresenta um nível “baixo” para a ODS 1 – Erradicar a pobreza; ODS 8 – Trabalho digno e crescimento econômico; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes. Vejamos.

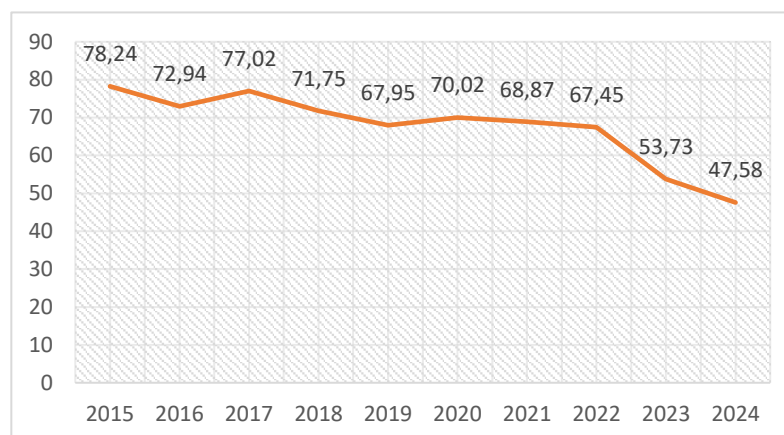
Figura 05 – Desempenho do município em cada ODS



Fonte: IDSC-BR (2025).

Quando analisadas os ODS¹³, são verificadas situações semelhantes as demais cidades já analisadas. Nesse sentido, no ODS 1 (Erradicação da pobreza) dois indicadores apresentam tendência de queda ao longo do período analisado. As famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais que deveriam atingir a nota 87, em Guaíra, da análise desde 2015 há queda, atingindo a menor nota em 2024 com 47,58. Não diferente é o indicador “percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família” que para considerar atingido o objetivo deve atingir a nota 80,5, todavia, igualmente atingiu a menor pontuação em 2024 com 24,75.

¹³ Dados completos constantes no Anexo V.

Gráfico 07 – Indicador ODS 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único p/ Prog. Sociais

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

No ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável) destaca-se o indicador de obesidade infantil como ponto crítico. Apenas no ano de 2018 o município apresentou desempenho compatível com o valor de referência, nos demais anos do recorte temporal, os valores mantiveram-se significativamente superiores.

Com relação a saúde e bem-estar (ODS 3), são dois indicadores que possuem uma pontuação muito baixa: incidência de dengue e incidência de tuberculose. Porém outros indicadores importantes também apresentam desafios significativos a serem enfrentados, como: a) cobertura vacinal: que desde o ano de 2020 vem sofrendo queda; b) mortalidade por suicídio: durante todo o recorte temporal se mostrou acima do valor de referência (2,44), tendo como maior pontuação o ano de 2018 com 27,34; c) mortalidade por aids: tendo um aumento significativo entre 2022 e 2023, passando de 6,23 para 12,16, sendo que o valor de referência é 6; d) mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis: permaneceu acima do valor esperado (236) durante todo o período analisado, registrando elevação de 306,52 em 2022 para 439,98 em 2023.

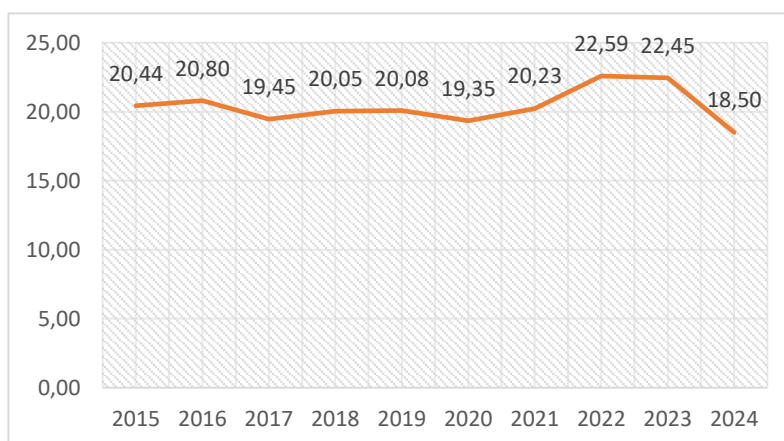
Na análise do ODS 4 (Educação de qualidade), também são dois indicadores que merecem destaque. O primeiro refere-se ao acesso à internet nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, que manteve cobertura de 100% entre 2015 e 2023, mas apresentou queda significativa em 2024, registrando 65,63. O segundo diz respeito ao percentual de jovens entre 18 e 19 anos com ensino médio concluído, que em 2022 apresentou pontuação de 35,48, valor bastante inferior ao parâmetro de referência¹⁴.

¹⁴ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 70.

No âmbito do ODS 5 (Igualdade de gênero), embora a presença de vereadoras na Câmara Municipal seja superior à observada nos municípios anteriormente analisados, o indicador ainda se apresenta aquém do valor de referência, configurando-se como desafio persistente.

No ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) o indicador de ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade mantém-se muito abaixo do valor de referência para o atingimento do objetivo, que é 68,19, conforme ilustrado.

Gráfico 08 – Indicador ODS 8 - Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Na redução das desigualdades (ODS 10) o percentual de vereadores eleitos pretos, pardos e indígenas permanece distante do valor de referência (50), tendo sido registrado, em 2020, o percentual de 18,18.

Assim como nos outros municípios analisados, as mortes no trânsito configuram-se como um problema relevante em Guaíra, com valores consistentemente superiores ao parâmetro de referência¹⁵. O maior valor foi registrado em 2021, com 41,79, mantendo-se elevado em 2022 e 2023, com 28,04.

A recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente (ODS 12 – Consumo e produção responsáveis) se mostra bem deficitário em Guaíra. O valor a considerar para o objetivo ser atingido é 25,48, porém a melhor pontuação foi em 2020 com 10,71, atingindo o menor valor em 2022, com 0,51.

De igual forma, a ação contra a mudança global do clima (ODS 13) apresenta

¹⁵ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 6,8.

dificuldades de ser atendida, sobretudo com as Emissões de CO₂e *per capita* que estão muito acima do valor ideal (2), apresentando aumento de 2022 para 2023, quando atingiu o maior valor (7,30).

Para o ODS 15 (Proteger a vida terrestre) de três indicadores que são analisados, dois apresentam desempenho deficitário. O indicador “hectares de áreas florestadas e naturais por habitante”, cujo valor de referência é 25,25, apresentou como melhor desempenho a pontuação de 0,31 em 2022, reduzindo-se para 0,29 em 2023. Ademais, o indicador referente às unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável registrou queda de 21,04 em 2024 para 13,02 em 2025, permanecendo abaixo do valor de referência de 28,69.

No ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), observam-se elevados índices de homicídio juvenil masculino, taxa de homicídio em geral e mortes por arma de fogo.

Diante do exposto, conclui-se que o município de Guaíra, embora apresente desempenho geral ligeiramente superior ao de outros municípios analisados e disponha de expressivos recursos financeiros provenientes dos *royalties* da Itaipu, enfrenta desafios estruturais recorrentes para o cumprimento efetivo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os dados evidenciam fragilidades persistentes nas áreas de erradicação da pobreza, saúde, educação, trabalho e crescimento econômico, redução das desigualdades, segurança pública e proteção ambiental, com diversos indicadores apresentando tendência de queda ao longo do período analisado.

5.1.5 Itaipulândia/PR

A primeira denominação foi "Aparecida do Oeste" ("Aparecidinha do Oeste"), um distrito de São Miguel do Iguaçu criado pela Lei Estadual nº 7.438, de 29 de dezembro de 1980. A emancipação ocorreu através de plebiscito pela Lei Estadual nº 9.908, de 19 de março de 1992, fundando, assim, o Município de Itaipulândia, que teve a instalação administrativa em 1 de janeiro de 1993 (Itaipulândia, 2024).

Conforme dados apresentados na Tabela 01, Itaipulândia possui área territorial de 330,846 km² e população de 11.485 habitantes. No que se refere aos repasses provenientes dos *royalties* da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o município recebeu, apenas no ano de 2025, o montante de R\$ 128.736.597,60, segundo dados da Agência Nacional de

Energia Elétrica (ANEEL, s.d.).

No que concerne à avaliação geral, Itaipulândia apresenta classificação de desenvolvimento sustentável “médio”, com pontuação geral de 56,01 em uma escala de 0 a 100, ocupando a posição 783 entre os 5.570 municípios brasileiros. Apesar do desempenho relativamente superior em comparação a outras cidades analisadas, quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam classificação “muito baixa”, a saber: ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 10 – Redução das Desigualdades; ODS 15 – Vida Terrestre; e ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação. Ademais, os ODS 1 – Erradicação da Pobreza e ODS 14 – Vida na Água apresentam classificação “baixa”.

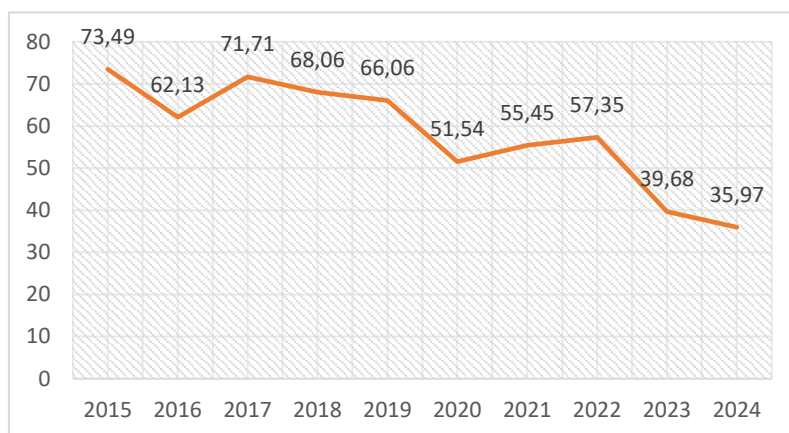
Figura 06 – Desempenho do município em cada ODS



Fonte: IDSC-BR (2025).

Quando na análise dos indicadores de cada ODS¹⁶, apesar de Itaipulândia apresentar classificação melhor que as cidades anteriormente analisadas, persistem fragilidades semelhantes em áreas estratégicas. O ODS 1 (Erradicação da pobreza), dois indicadores apresentam pontuações muito baixas e tendência de piora ao longo do período analisado. O indicador referente às famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais, cujo valor de referência é 87, registrou em 2024 a pontuação de 35,97. De modo semelhante, o indicador “percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família”, cujo valor de referência é 80,5, apresentou em 2024 a pontuação de 18,32, conforme demonstrado no Gráfico 09.

¹⁶ Dados completos constantes no Anexo VI.

Gráfico 09 – Indicador ODS 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único p/ Prog. Sociais

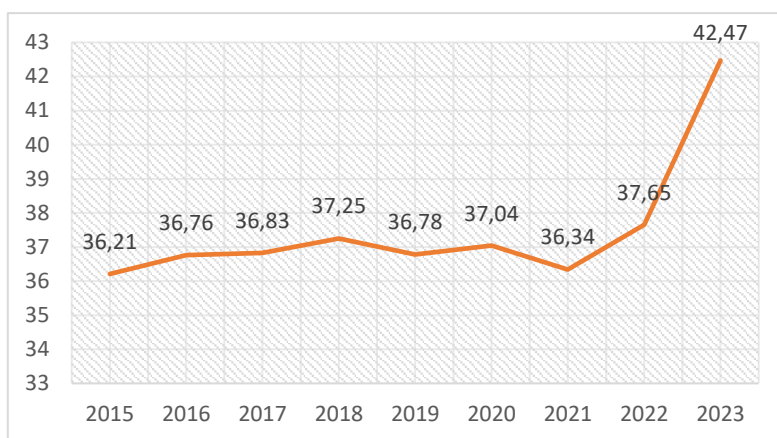
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Da análise do ODS 3 (Saúde e bem-estar) dois indicadores exigem atenção especial. O primeiro refere-se à mortalidade por suicídio, que, desde 2019, apresenta valores significativamente superior ao parâmetro de referência para o atingimento do objetivo. O segundo diz respeito à incidência de dengue, cujo valor de referência é 138,43, mas que, em 2024, atingiu a elevada marca de 9.746,33.

No que se refere ao ODS 4 (Educação de qualidade), observa-se comportamento semelhante ao identificado em outros municípios analisados. O indicador de acesso à internet nas escolas públicas de ensino fundamental e médio apresentou queda expressiva em 2024, passando de cobertura integral (100) para 61,54.

No ODS 5 (Igualdade de gênero) verifica-se grande desafio relacionado à representatividade feminina no Poder Legislativo municipal, uma vez que, nas eleições de 2020 e 2024, não foram eleitas mulheres para a Câmara Municipal.

Ainda, há deficiência no atendimento da população com esgoto sanitário (ODS 6), na medida em que o valor de referência para o atingimento do objetivo é 70, entretanto, ao longo de todo o período analisado, o município manteve-se muito abaixo desse patamar, conforme ilustrado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Indicador ODS 6 - População atendida com esgotamento sanitário

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Da análise do ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) o indicador de ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais apresenta a menor¹⁷ pontuação entre os avaliados, problema também recorrente nos demais municípios analisados. Nesse sentido, o melhor desempenho de Itaipulândia ocorreu em 2019, com pontuação de 44,95, enquanto em 2024 o indicador registrou 37,65.

Um aspecto particularmente relevante em Itaipulândia, considerando o elevado volume de recursos provenientes dos *royalties* da Itaipu, é o baixo investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9). O valor de referência para o atingimento do objetivo é 3.381,49; entretanto, em 2021, o município registrou apenas 37,71.

No ODS 10 (Redução de desigualdades) diversos indicadores apresentam pontuação muito baixa, destacando-se: a) diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens pretos, pardos e indígenas em comparação aos brancos; b) percentual de vereadores eleitos pretos, pardos e indígenas; e c) diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães pretas e pardas em relação às brancas.

As emissões de CO₂e *per capita* de Itaipulândia também é um desafio relevante (ODS 13), tendo dentro do recorte temporal da pesquisa se mantido acima do objetivo mostrando tendência de crescimento (2022 – 6,18; 2023 – 6,23).

Da análise do ODS 15 (proteger a vida terrestre) evidencia baixa disponibilidade de hectares de áreas florestadas e naturais por habitante, além da inexistência de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável no território municipal.

¹⁷ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 68,19.

Finalmente, com relação ao ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes), dois indicadores se destacam negativamente: homicídio juvenil masculino e taxa de homicídio. Embora este último tenha apresentado redução significativa entre 2019 (35,79) e 2023 (8,71), os valores permanecem distantes do parâmetro de referência estabelecido, que é 1,5.

De tal forma, verifica-se que Itaipulândia, embora apresente melhor desempenho relativo no índice geral de desenvolvimento sustentável e figure entre as cidades com melhores colocações no ranking nacional, enfrenta contradições significativas entre sua elevada capacidade financeira, decorrente dos expressivos *royalties* da Itaipu, e os resultados efetivos observados em diversos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Persistem fragilidades relevantes especialmente na erradicação da pobreza, saúde pública, igualdade de gênero, saneamento, emprego formal, redução das desigualdades, infraestrutura urbana e proteção ambiental, evidenciando que os recursos disponíveis não têm sido plenamente convertidos em melhorias estruturais e sociais.

5.1.6 Marechal Cândido Rondon/PR

A população começou a ser instalada na região por intermédio de empresas colonizadoras no meado dos anos cinquenta. Em 1953, a vila General Rondon passou a ser distrito de Toledo e, em 25 de julho de 1960, através de lei sancionada pelo então governador Moisés Lupion, passou à condição de município, recebendo o nome de Marechal Cândido Rondon. A emancipação política do município foi em 1960 (Marechal Cândido Rondon, s.d).

O município possui extensão territorial superior à de Foz do Iguaçu, totalizando 745,748 km². Conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, s.d.), no ano de 2025 Marechal Cândido Rondon recebeu R\$ 40.140.204,36 em repasses de *royalties* da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Sua população é de 55.836 habitantes.

Na avaliação geral, o município apresenta classificação de desenvolvimento sustentável “médio”, com pontuação geral de 52,63 em uma escala de 0 a 100, ocupando a posição 1.758 entre os 5.570 municípios brasileiros. Cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam classificação “muito baixa”, a saber: ODS 5 – Igualdade de Gênero; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 14 – Vida na Água; ODS 15 –

Vida Terrestre; e ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação. Ademais, três ODS apresentam classificação “baixa”: ODS 1 – Erradicação da Pobreza; ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; e ODS 10 – Redução das Desigualdades, conforme ilustrado na Figura 12.

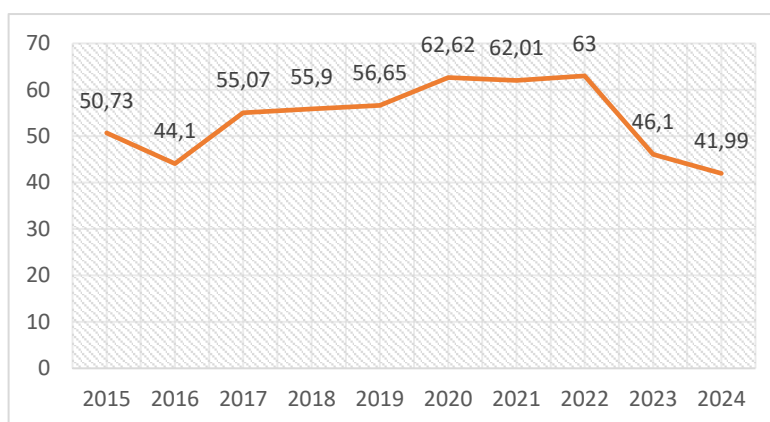
Figura 07 – Desempenho do município em cada ODS



Fonte: IDSC-BR (2025).

Quando na análise dos indicadores de cada ODS¹⁸, com ênfase naqueles que apresentam menor pontuação, verificam-se grandes desafios para o atingimento das metas do desenvolvimento sustentável. No âmbito do ODS 1 – Erradicação da Pobreza, dois indicadores apresentam desempenho bastante inferior ao valor de referência. O indicador referente às famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais, cujo valor de referência é 87, apresentou seu melhor desempenho em 2022, com pontuação de 63, mas desde então vem registrando queda, alcançando em 2024 o menor valor da série histórica, com 41,99. De forma semelhante, o indicador “percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família”, cujo valor de referência é 80,5, manteve-se consistentemente abaixo do ideal, atingindo seu maior valor em 2024, com apenas 27,53, conforme apresentado no Gráfico 11.

¹⁸ Dados completos constantes no Anexo VII.

Gráfico 11 – Indicador ODS 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único p/ Prog. Sociais

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Para o ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), destaca-se o indicador “baixo peso ao nascer”, que permaneceu acima do valor de referência (6) ao longo de todo o período analisado. Contudo, observa-se tendência de queda a partir de 2021, com o ano de 2023 encerrando com pontuação de 6,60.

Ainda avaliando aspectos da saúde (ODS 3 – Saúde em bem-estar), o indicador que apresenta os piores resultados é a incidência de dengue, que atingiu, em 2024, o valor mais elevado da série, com 10.832,47, frente ao valor de referência de 138,43. Além disso, observam-se queda na cobertura vacinal e índices de mortalidade por suicídio superiores ao valor de referência ao longo do período analisado.

Na análise do ODS 4 (Educação de qualidade), verifica-se comportamento semelhante ao identificado nos demais municípios analisados. O acesso à internet nas escolas públicas de ensino fundamental e médio apresentou queda em 2024, passando de cobertura integral (100) em 2023 para 78,38. Outro ponto crítico refere-se ao percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches, cujo valor de referência é 84, mas cujo melhor desempenho ocorreu em 2020, com 58,40.

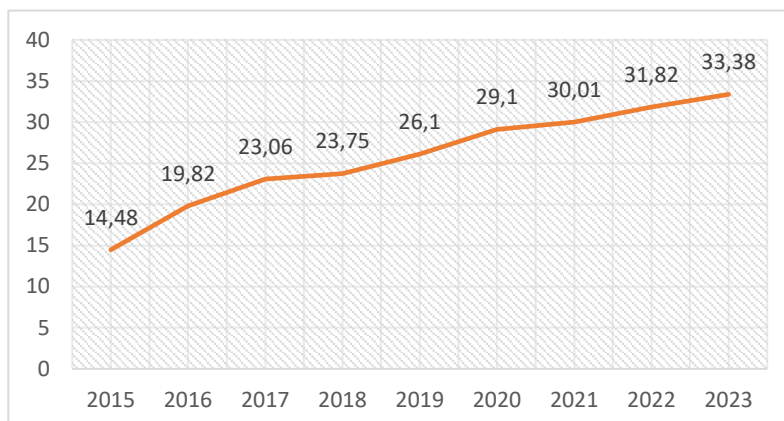
Em relação a igualdade de gênero (ODS 5) observa-se baixa representatividade feminina no Poder Legislativo municipal, uma vez que nos anos de 2016 e 2020 não foram eleitas mulheres para a Câmara Municipal. Ademais, a taxa de feminicídio¹⁹ apresentou valores elevados, atingindo 30,33 em 2016 e 37,02 em 2018.

O indicador referente à população atendida com esgotamento sanitário (ODS 6) configura-se como ponto de atenção. Embora se observe evolução entre 2015 e 2023, os

¹⁹ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 1.

valores permanecem significativamente abaixo do parâmetro considerado ideal²⁰, conforme demonstrado no Gráfico 21.

Gráfico 12 – Indicador ODS 6 - População atendida com esgotamento sanitário



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

A ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade (ODS 8), assim como nos outros Municípios acima destacados, apresenta desempenho inferior ao valor de referência (68,19), registrando em 2024 a pontuação de 38,85. O menor valor da série ocorreu em 2020, com 34,99.

Outro desafio relevante refere-se ao investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9), considerando que se mantém muito aquém do ideal (3382,49), sendo registrado 113,23 em 2021, 139,88 em 2022 e 145,88 em 2023.

Na redução de desigualdades (ODS 10), destaca-se o baixo percentual de vereadores eleitos pretos, pardos e indígenas, sendo que, em 2020, não houve qualquer registro de eleitos pertencentes a esses grupos.

As mortes no trânsito (ODS 11) apresentam tendência de crescimento a partir de 2020. Embora o valor de referência para o atingimento do objetivo seja 6,8, foram registrados valores de 28,66 em 2022 e 41,19 em 2023. Ademais, o indicador referente ao percentual da população preta e parda residente em favelas e comunidades urbanas revelou que, em 2022, essa população correspondia a 100% dos residentes nessas áreas.

Na análise do ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) é possível verificar a alta emissão de CO₂e *per capita*. A referência para o indicador é 2, porém o menor registro foi em 2021 com 6,21. Ainda sobre a preservação, na verificação da ODS 15 (Proteger a

²⁰ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 70.

vida terrestre) não há registro de unidades de conservação no território municipal. Além disso, o indicador “hectares de áreas florestadas e naturais por habitante”, cujo valor de referência é 25,25, não ultrapassou 0,26 em todo o período analisado.

Por fim, na ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes), observam-se elevados índices de homicídios e de mortes por armas de fogo, evidenciando fragilidades na segurança pública local.

De tal forma, verifica-se que o Município de Marechal Cândido Rondon, apesar de sua relevância territorial na região Oeste do Paraná, apresenta desempenho apenas mediano no atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A análise evidencia desafios persistentes e estruturais, sobretudo nas áreas de erradicação da pobreza e da fome, saúde, educação, igualdade de gênero, saneamento, emprego formal, infraestrutura urbana, redução das desigualdades, segurança pública e preservação ambiental, com diversos indicadores apresentando desempenho muito abaixo dos valores de referência.

5.1.7 Medianeira/PR

Desmembrado de Foz do Iguaçu e elevado à autonomia de Distrito pela Lei nº 99/52 de 31/07/52, tornou-se Município pela Lei Estadual nº 4.245 de 25 de julho de 1960, sendo instalado oficialmente em 28 de novembro de 1961 (Medianeira, s.d). Com uma população de 54.369 habitantes num território de 328,732 Km² (Tabela 01), recebeu de *royalties* da Itaipu, no ano de 2025, o valor de R\$ 830.882,17, demonstrando ser a cidade dentre as já analisadas, a que recebeu a menor quantidade.

Na avaliação geral do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), Medianeira apresenta classificação de desenvolvimento sustentável “médio”, com pontuação de 52,92 em uma escala de 0 a 100, ocupando a posição 1.656 entre os 5.570 municípios brasileiros. Quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apresentam classificação “muito baixa”, sendo eles: ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 14 – Vida na Água; ODS 15 – Vida Terrestre; e ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação. Ademais, outros quatro ODS apresentam classificação “baixa”: ODS 1 – Erradicação da Pobreza; ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 5 – Igualdade de Gênero; e ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, conforme ilustrado

na Figura 14.

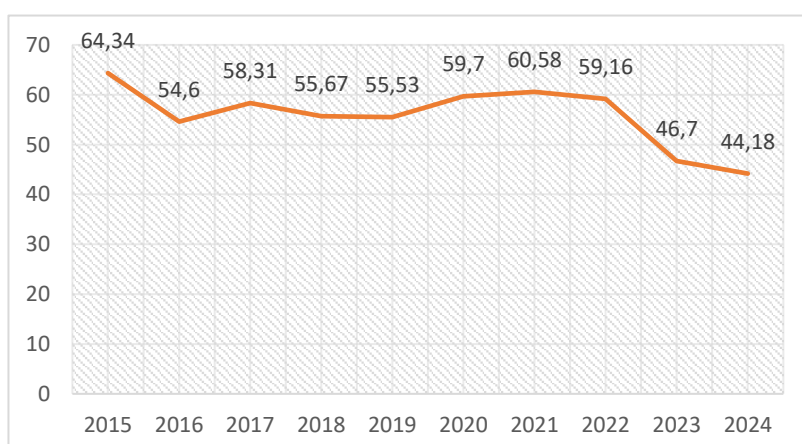
Figura 08 – Desempenho do município em cada ODS



Fonte: IDSC-BR (2025).

Na análise dos indicadores de cada ODS²¹ que possuem menor pontuação, verificam-se grandes desafios para o atingimento das metas do desenvolvimento sustentável. Não diferente dos municípios já analisados, as “famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais” e “percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família” (ODS 1 – Erradicação da pobreza) se mantém muito abaixo do valor considerado como ideal, sendo que no caso das famílias inscritas para programas sociais desde o ano de 2021 vem tendo queda.

Gráfico 13 – Indicador ODS 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Quando da observação do ODS 3 (Saúde e bem-estar), destaca-se negativamente

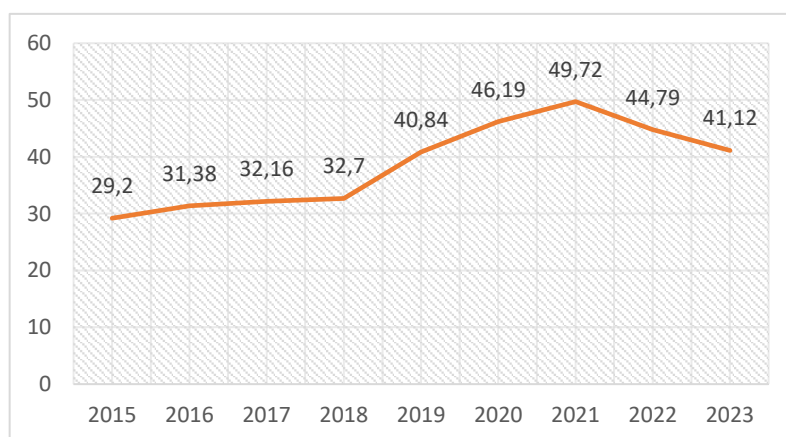
²¹ Dados completos constantes no Anexo VIII.

o indicador de cobertura vacinal. Embora o valor de referência para o atingimento da meta seja 95, o município registrou, em 2021, o menor valor observado entre todos os municípios analisados, com apenas 12,44, apresentando leve recuperação no ano seguinte, quando atingiu 57,81. Outro ponto crítico refere-se à mortalidade por suicídio²². Em 2023, o indicador atingiu 19,63, valor próximo ao pico registrado em 2016, quando alcançou 19,89. Ademais, assim como nos demais municípios, a incidência de dengue constitui um problema recorrente ao longo de todo o período analisado.

Com relação a educação de qualidade (ODS 4) verificou-se queda no acesso à internet nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, passando de cobertura integral (100) para 71,43 em 2024. Também foi registrada redução no percentual de crianças e jovens de 4 a 17 anos matriculados na escola, que passou de 100 em 2021 para 85,94 em 2022.

Verificado queda na população atendida com esgotamento sanitário (ODS 6) e consequentemente aumento nas doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado.

Gráfico 14 – Indicador ODS 6 - População atendida com esgotamento sanitário



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Da observação do ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais atingiu, em 2024, o menor índice desde 2015, encerrando o período com pontuação de 46,81, muito inferior ao valor de referência de 68,19.

²² O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 2,44.

O investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9) constitui um desafio recorrente em todos os municípios analisados. Em Medianeira, o menor valor foi registrado em 2021, com 302,50, seguido de leve aumento em 2022 e 2023, quando atingiu 474,85. Ainda assim, os valores permanecem muito distantes do parâmetro de referência, estabelecido em 3.382,49.

No ODS 10 (Redução de desigualdades) verifica-se que o percentual de vereadores eleitos pretos, pardos ou indígenas permanece significativamente inferior ao valor considerado ideal, repetindo padrão observado nos demais municípios da região.

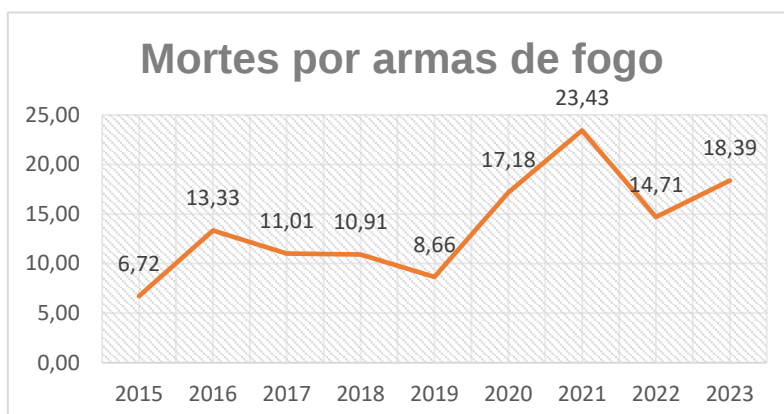
A emissão de CO₂e *per capita* (ODS 13) mantêm-se acima do valor de referência²³. Embora tenha ocorrido redução entre 2020 (4,67) e 2021 (3,74), o indicador voltou a apresentar crescimento em 2023, quando atingiu 4,02.

Para o ODS 15 (Proteger a vida terrestre), não há registro de unidades de conservação de proteção integral ou de uso sustentável no território municipal. Além disso, o indicador “hectares de áreas florestadas e naturais por habitante”²⁴, apresentou desempenho extremamente baixo, com melhor registro de 0,13 entre 2015 e 2021, reduzindo-se para 0,11 em 2022 e 2023.

A taxa de homicídio no Município também demonstra grandes desafios para o atingimento do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes). Observa-se aumento expressivo nas mortes por armas de fogo entre 2019 e 2021, seguido de redução em 2022 e novo crescimento em 2023. Ressalta-se que o valor de referência para esse indicador é 0,25.

²³ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 2.

²⁴ O valor para considerar que o objetivo foi atingido é 25,25.

Gráfico 15 – Indicador ODS 16 - Mortes por armas de fogo

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Dessa forma, a análise do município de Medianeira revela fragilidades persistentes nas áreas de combate à pobreza, saúde pública, educação, saneamento, emprego formal, infraestrutura urbana, redução das desigualdades, segurança pública e preservação ambiental, com diversos indicadores apresentando desempenho significativamente inferior aos valores de referência estabelecidos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

5.1.8 Mercedes/PR

O povoamento de Mercedes teve origem com a atuação da Colonizadora Rio Paraná S.A. (Maripá), sediada em Porto Alegre, que a partir de 1946 iniciou a ocupação da Fazenda Britânia no então município de Toledo. O crescimento da localidade intensificou-se em 1952, paralelamente à Vila General Rondon (atual Marechal Cândido Rondon). Com a criação do município de Marechal Cândido Rondon em 1960, Mercedes foi elevada à categoria de vila e, em 1962, tornou-se distrito pela Lei Estadual nº 4.668. A autonomia político-administrativa foi decidida em plebiscito em 1990, com a efetiva instalação do município em 1º de janeiro de 1993 (Mercedes, s.d).

Atualmente, o município conta com uma população de 5.931 habitantes, distribuída em um território de 197,139 km². Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, s.d.), no ano de 2025 Mercedes recebeu R\$ 13.838.485,87 referentes aos *royalties* da Itaipu.

Dentre os municípios analisados, Mercedes apresenta o melhor desempenho relativo no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). Embora classificado no nível de desenvolvimento sustentável “médio”, o município alcança pontuação geral de 57,66 e ocupa a 461ª posição entre os 5.570 municípios brasileiros. No critério geral, apresenta nove Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com classificação “alta” e dois com classificação “muito alta”, sendo eles: ODS 7 – Energia Acessível e Limpa; e ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, conforme ilustrado na Figura 16.

Figura 09 – Desempenho do município em cada ODS

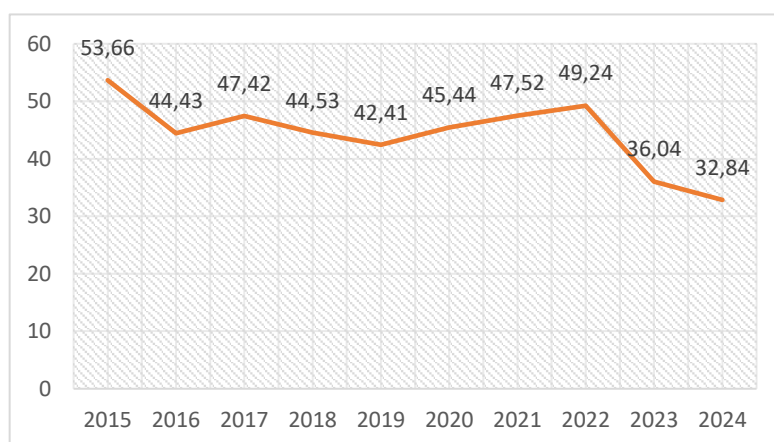


Fonte: IDSC-BR (2025).

Analisando os indicadores de cada ODS²⁵ que possuem menor pontuação, evidencia que, apesar do desempenho geral positivo, ainda persistem desafios relevantes para o pleno alcance das metas do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, no estudo do ODS 1 (Erradicar a pobreza), assim como nos outros Municípios, há queda nas famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais²⁶. De igual forma, há queda no percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família.

²⁵ Dados completos constantes no Anexo IX.

²⁶ O valor de referência para considerar atingido este objetivo é 87.

Gráfico 16 – Indicador ODS 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único p/ Prog. Sociais

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Com relação ao ODS 3 (saúde e bem-estar) alguns indicadores chama a atenção sendo eles: a) cobertura vacinal: apesar de não possuir uma pontuação muito baixa, desde o ano de 2020 vem ocorrendo queda; b) mortalidade por suicídio: os anos de 2022²⁷ e 2023²⁸ mostraram índices muito acima do valor de referência (2,44); c) incidência de dengue: em que pese no ano de 2023²⁹ o indicador ter se aproximado do valor de referência (138,43), em 2024 houve aumento expressivo, atingindo 5.247,72.

No âmbito da educação de qualidade (ODS 4) repete-se o padrão observado nos demais municípios analisados. O acesso à internet nas escolas públicas de ensino fundamental e médio apresentou queda acentuada, passando de 100 em 2023 para 57,14 em 2024. Ademais, o percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches também diminuiu no mesmo período, passando de 57,55 para 50,57.

Na igualdade de gênero (ODS 5) destaca-se positivamente a presença de mulheres na Câmara Municipal, que apresentou o melhor resultado entre os municípios analisados, com 44,44 no ano de 2020.

Na verificação do trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), a ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade se mostra um desafio para o Município, sendo que o referencial para o indicador é 68,19, porém a melhor pontuação foi de apenas 26,62 em 2021, tendo o município encerrado o ano de 2024 com 18,36.

O investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9) também está

²⁷ 19,21.

²⁸ 49,5.

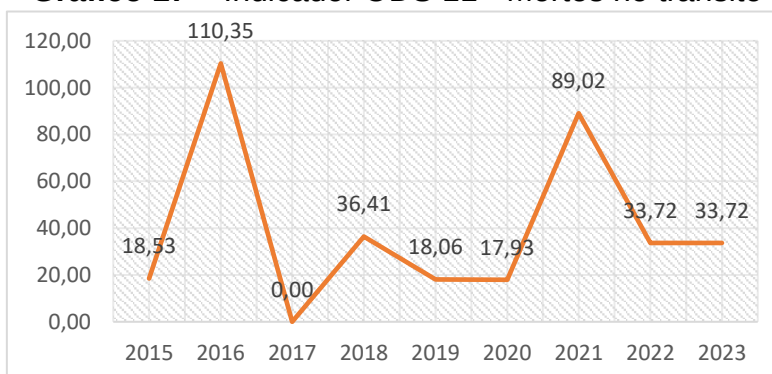
²⁹ 556,40.

muito aquém do valor referencial (3382,49). Desde o ano de 2019 observa-se queda contínua nos investimentos, sendo que em 2023 foi registrado o menor valor entre todos os municípios analisados, com apenas 86,78.

Mercedes também não possui vereadores pretos, pardos ou indígenas eleitos (ODS 10 – Redução das desigualdades). Dentro do recorte histórico do presente estudo, não se registrou a eleição de nenhum.

Com relação a ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), apesar de ser uma cidade pequena, as mortes no trânsito também vem se mostrando um problema considerando estar acima do referencial (6,8). Ademais, no ano de 2022 foi registrado que 100% da população residente em favelas e comunidades urbanas era composta por pessoas pretas e pardas, conforme apresentado no Gráfico 26.

Gráfico 17 – Indicador ODS 11 - Mortes no trânsito



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

As emissões de CO₂e *per capita* (ODS 14) também se apresentam como bem superiores aos valores de referência (2), sendo que o menor índice foi registrado em 2022 com 8,53, porém no último registro no ano de 2023, foi observado aumento para 9,19.

No ODS 15 (Proteger a vida terrestre), observa-se desempenho bastante limitado no indicador “hectares de áreas florestadas e naturais por habitante”, cuja melhor pontuação registrada foi de 0,68, muito distante do valor de referência de 25,25. Ademais, não há registro de unidades de conservação de proteção integral ou de uso sustentável no território municipal.

De tal forma, o Município de Mercedes apresenta um desempenho geral positivo no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contudo, apesar da boa classificação relativa, persistem desafios relevantes em áreas sociais, econômicas e

ambientais, como saúde pública, educação, trabalho formal, infraestrutura urbana, redução das desigualdades, sustentabilidade ambiental e preservação da vida terrestre.

5.1.9 Missal/PR

A cidade de Missal teve a sua formação conduzida pela Sipal Colonizadora, fundada pelo Padre José Backes, responsável pela venda dos lotes. À época, apenas famílias católicas podiam instalar-se na localidade, seguindo a orientação de Dom Geraldo Sigaud. O Padre Backes organizou o loteamento de cerca de três mil alqueires, área que deu origem ao município. Missal foi desmembrado de Medianeira e criado oficialmente em 30 de dezembro de 1981, pela Lei Estadual nº 7.566, com a posse do primeiro prefeito e da Câmara de Vereadores ocorrendo em 1º de fevereiro de 1983 (Missal, 2016).

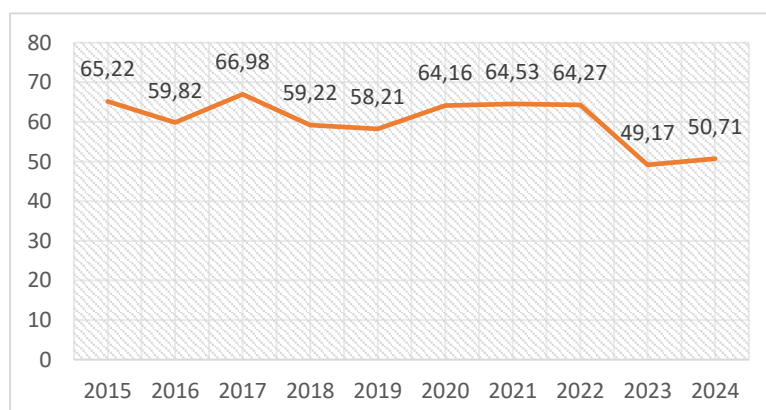
Conforme Tabela 01, possui extensão de 324,397 Km² e uma população de 11.064 habitantes, recebendo de *royalties* de Itaipu, apenas no ano de 2025, R\$ 28.701.248,91 (ANEEL, s.d).

Na avaliação geral do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), Missal apresenta classificação de desenvolvimento sustentável “médio”, com pontuação de 55,48 em uma escala de 0 a 100, ocupando a 906ª posição entre os 5.570 municípios avaliados. Embora apresente pontuação geral inferior à do município de Mercedes/PR, Missal destaca-se por possuir quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável classificados como “muito altos”, sendo eles: ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis; ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis; e ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Em contrapartida, persistem desafios relevantes nos seguintes objetivos: ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 14 – Vida na Água; ODS 15 – Vida Terrestre; e ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos, conforme apresentado na Figura 18.

Figura 10 – Desempenho do município em cada ODS

Fonte: IDSC-BR (2025).

Quando na análise dos indicadores de cada ODS³⁰, sobretudo os indicadores que possuem menor pontuação, alguns apresentam pontos de atenção. No âmbito do ODS 1 – Erradicação da Pobreza, o indicador “Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais” apresentou estabilidade entre os anos de 2020 e 2022, seguida de forte queda em 2023, mantendo-se, entretanto, abaixo do valor de referência durante todo o período analisado. Outro indicador dessa mesma ODS, que até então não havia apresentado desempenho crítico, refere-se ao “Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família”. Apesar de contar com registros apenas para os anos de 2023 e 2024, observa-se aumento de 5,23 para 5,63, representando crescimento de 0,40, valor significativamente superior ao parâmetro de referência estabelecido em 1, conforme demonstrado no Gráfico 27.

Gráfico 18 – Indicador ODS 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único p/ Prog. Sociais

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

³⁰ Dados completos constantes no Anexo X.

Na análise do ODS 3 (saúde e bem-estar), indicadores que apresentam grandes desafios é a mortalidade por suicídio, a incidência de dengue e detecção de hepatite. Ainda, outros dois indicadores que merecem atenção é a “cobertura vacinal”, já que o município desde o ano de 2015 se mantém abaixo do objetivo, atingindo a menor pontuação em 2016, quando registrou 56,82, sendo o valor de referência 95, e a “mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis”, uma vez que o referência é 236, mas sempre permaneceu acima do objetivo, registrando em 2023 o referencial de 425,39.

Para a educação de qualidade (ODS 4), observa-se queda no acesso à internet nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, passando de 100 em 2023 para 80 em 2024. Além disso, o indicador “crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola”, que manteve pontuação máxima desde 2015, apresentou redução significativa em 2022, registrando o valor de 84,68.

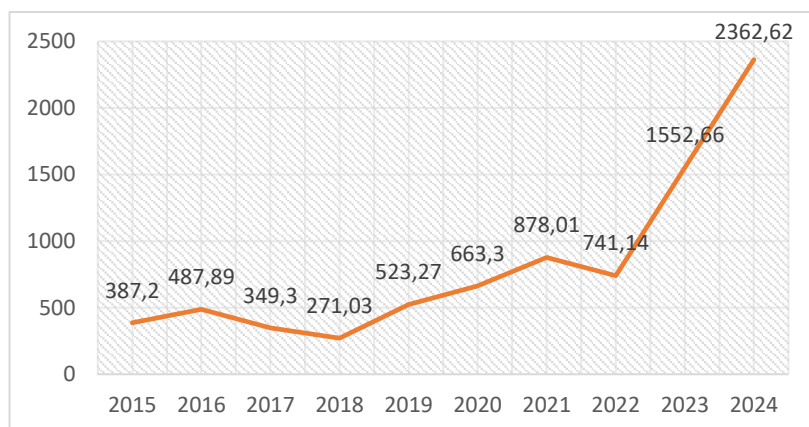
No âmbito do ODS 5 (igualdade de Gênero), a participação feminina no Poder Legislativo municipal apresenta desempenho limitado, uma vez que, desde 2016, o percentual de vereadoras permanece em 11,11.

Situação que se repetiu em outras cidades se refere ao ODS 6 (Água limpa e saneamento), uma vez que foi observada queda na quantidade da população atendida com abastecimento de água e consequentemente aumento das doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. Com relação a diminuição de atendimento das pessoas com o abastecimento de água apresentou aumento de 2015 a 2021, tendo atingido a melhor valor com 68,73³¹, ocorre que a partir começou a haver queda passando para 56,89 em 2024. Em relação ao aumento nas doenças³², segue gráfico abaixo.

³¹ O valor de referência para atingir este objetivo é 85.

³² O valor de referência para atingir este objetivo é 136,21.

Gráfico 19 – Indicador ODS 6 - Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Em atenção ao ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico), Missal apresenta a menor pontuação entre os municípios analisados no indicador de ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade. Considerando que o valor de referência é 68,19, o município registrou apenas 15,47 em 2024.

O investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9), em que pese tenha atingido o objetivo³³ no ano de 2019 (3485,37), em 2021 o indicador sofreu queda abrupta, atingindo apenas 38,40. Apesar de uma leve recuperação, o ano de 2023 foi encerrado com o valor de 200,51, ainda muito distante do parâmetro ideal.

O percentual de vereadores eleitos pretos, pardos e indígenas (ODS 10) manteve-se estável entre 2020 e 2024, com 33,33, permanecendo abaixo do valor de referência estabelecido em 50.

Ainda, assim como observado em outros municípios, as mortes no trânsito configuram um sério obstáculo ao cumprimento do ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis). O valor de referência é 6,8, porém em 2022 o município registrou 45,19, reduzindo para 36,15 em 2023, ainda significativamente acima do parâmetro desejável.

Em relação a emissão de CO₂e *per capita* (ODS 13) cujo valor de referência é 2, atingiram o maior patamar em 2018, com 16,50. A partir desse ano, observa-se tendência de redução, alcançando 10,99 em 2023.

Na observação do ODS 15 (Proteger a vida terrestre), mantendo-se o padrão

³³ O valor de referência para atingir este objetivo é 3382,49.

identificado nos demais municípios analisados, o indicador “hectares de áreas florestadas e naturais por habitante” apresentou desempenho extremamente baixo, não ultrapassando 0,56 em todo o período analisado, muito distante do valor de referência de 25,25. Ademais, não há registro de unidades de conservação de proteção integral ou de uso sustentável no território municipal.

De tal forma, os principais desafios concentram-se na redução da pobreza, na saúde pública (com destaque para suicídio, doenças transmissíveis e baixa cobertura vacinal), na educação, no saneamento básico e na geração de emprego formal. Além disso, observa-se baixa representatividade de mulheres e grupos étnico-raciais no legislativo, instabilidade nos investimentos em infraestrutura urbana e sérias limitações na proteção ambiental, especialmente quanto à preservação da vida terrestre.

5.1.10 Mundo Novo/MS

O povoado de Mundo Novo teve origem na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, criada em 1960 por Valentim Lourenço. As primeiras edificações com características urbanas começaram a surgir a partir de 1970. Posteriormente, o então distrito de Iguatemi foi elevado à condição de município, passando a denominar-se Mundo Novo, por meio da Lei Estadual nº 3.693, de 13 de junho de 1976. A instalação oficial do município ocorreu em 1º de fevereiro de 1977 (Novo Mundo, s.d.).

Sendo o único município pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul incluído nesta pesquisa, Mundo Novo possui, conforme a Tabela 01, uma população de 19.193 habitantes distribuídos em um território de 478,38 km². No ano de 2025, o município recebeu R\$ 10.536.445,51 em repasses de *royalties* da Itaipu, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, s.d.).

Na avaliação geral do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), Mundo Novo ocupa a 2.886ª posição entre os 5.570 municípios avaliados, com pontuação de 49,81 em uma escala de 0 a 100, sendo classificado no nível “baixo” de desenvolvimento sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que apresentam as piores classificações são: ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 14 – Vida na Água; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos. Em contrapartida, o município apresenta apenas

quatro ODS com pontuação considerada alta e apenas um classificado como muito alto, conforme ilustrado na Figura 11.

Figura 11 – Desempenho do município em cada ODS



Fonte: IDSC-BR (2025).

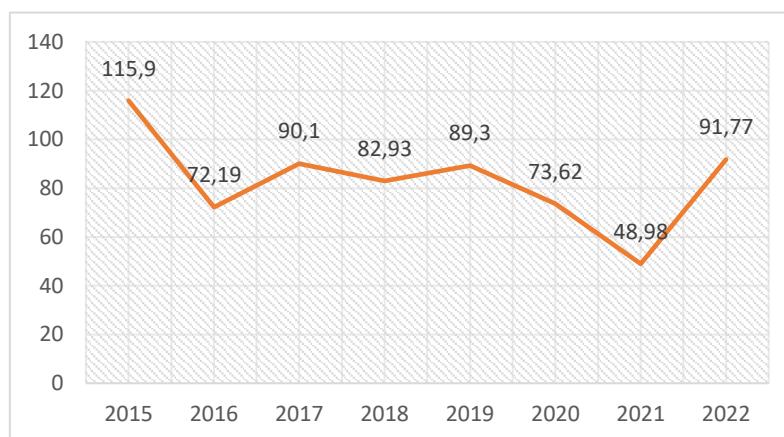
Passando para a análise dos dados dos ODS³⁴, em razão do baixo desempenho geral do município, fica evidente que há diversos indicadores com notas baixas e muito baixas. No ODS 1 (erradicação da pobreza), verifica-se queda tanto no número de famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais quanto no percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família. Para o ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável) destacam-se como pontos de atenção os indicadores de obesidade infantil e de baixo peso ao nascer.

Em atenção ao ODS 3 (saúde e bem-estar) embora o município tenha apresentado recuperação parcial da queda na cobertura vacinal entre os anos de 2019 e 2021, ainda permanece abaixo do valor de referência (95). Observa-se ainda elevado desafio relacionado à mortalidade por aids, que em 2023 encerrou com pontuação de 15,16, frente ao valor de referência de 6. Também há problemas com a incidência de dengue³⁵ que no ano de 2024 atingiu o valor de 4268,45. O orçamento para a saúde está abaixo do valor esperado para atingir o objetivo (1300), sendo que o melhor registro foi em 2022 com 1036,05. Finalmente, a incidência de tuberculose no Município também se mostra um problema tendo atingido o pico em 2024 com 60,19³⁶.

³⁴ Dados completos constantes no Anexo XI.

³⁵ O valor de referência para atingir este objetivo é 138,43.

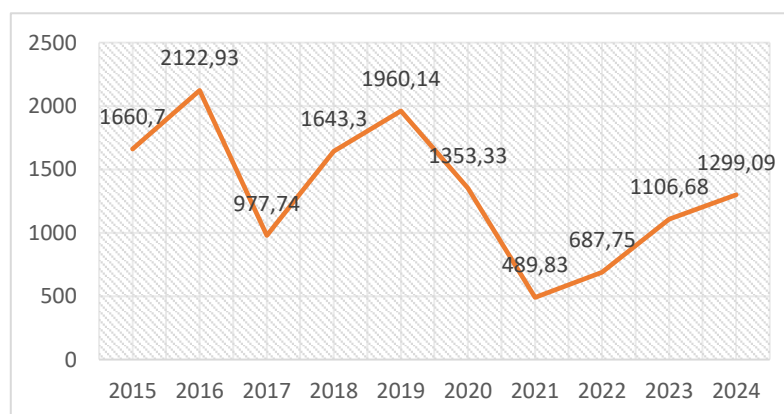
³⁶ O valor de referência para atingir este objetivo é 6.

Gráfico 20 – Indicador ODS 3 - Cobertura vacinal

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Na verificação da qualidade na educação (ODS 4), observa-se acentuada queda no indicador de “acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública”, passando de 100 em 2023 para 50 em 2024. A nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos finais ficou em 4.1 no ano de 2017³⁷.

Em relação ao ODS 6 (Água limpa e saneamento) não foram identificados dados para o índice de tratamento de esgoto e população atendida com esgotamento sanitário, todavia, foi observado um alto índice de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado³⁸.

Gráfico 21 – Indicador ODS 6 - Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

³⁷ O valor de referência para atingir este objetivo é 5,25.

³⁸ O valor de referência para atingir este objetivo é 136,21.

Ainda, observado a baixa ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade (ODS 8). A melhor pontuação foi registrada em 2023, com 22,51, valor muito inferior ao referencial de 68,19.

Quanto ao investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9) cujo valor de referência é 3.382,49, a melhor pontuação ocorreu em 2016, com 2.354,21. Entretanto, nos anos de 2021 e 2022, não foram registrados investimentos, com pontuação igual a 0,00.

As mortes no trânsito (ODS 11), também representam significativo desafio para a gestão municipal. Considerando o valor de referência de 6,8, a melhor pontuação registrada foi de 16,43 em 2018, enquanto no último ano analisado, 2023, o indicador alcançou 36,47.

Na ação contra a mudança global do clima (ODS 13), quando observado o indicador de emissão de CO₂e *per capita* verifica-se que sempre esteve acima do objetivo (2), apresentando um aumento contínuo nos anos de 2021 a 2023, passando de 6,04 para 6,34 e posteriormente para 6,64.

Adicionalmente, identifica-se perda contínua de florestas quando analisado o indicador “hectare de áreas florestadas e naturais por habitante”³⁹ (ODS 15), tendo a melhor pontuação 0,80 no ano de 2015, enquanto em 2023 o indicador apresentou redução para 0,71.

Para a análise do ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes), observam-se elevados índices de homicídio juvenil masculino, taxa geral de homicídios e mortes por armas de fogo.

Assim, pode-se concluir que os principais desafios se concentram na pobreza, segurança alimentar, saúde pública e educação, com destaque para a baixa cobertura vacinal, alta incidência de dengue, aids e tuberculose, orçamento insuficiente para a saúde e queda acentuada no acesso à internet nas escolas. No campo econômico, a ocupação formal é extremamente baixa e os investimentos em infraestrutura urbana são instáveis, chegando a não ser registrado valores em alguns anos. Somam-se a isso problemas persistentes de saneamento, altas taxas de mortes no trânsito, aumento contínuo das emissões de CO₂e, perda de áreas florestadas e elevados índices de violência, especialmente homicídios juvenis.

³⁹ O valor de referência para atingir este objetivo é 25,25.

5.1.11 Pato Bragado/PR

Em 1962, Pato Bragado passou a constituir distrito do município de Marechal Cândido Rondon, conforme a Lei nº 52/62. Posteriormente, em 12 de abril de 1965, foi elevado à categoria de distrito administrativo e judiciário por meio da Lei Estadual nº 5.079/65. Já o processo de emancipação político-administrativa teve início nos anos de 1989 e 1990, impulsionado pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário. A elevação à condição de município, garantindo autonomia político-administrativa, ocorreu em 18 de junho de 1990, através da Lei Estadual nº 9.299, publicada no Diário Oficial do Estado em 19 de junho de 1990 (Pato Bragado, s.d.).

Conforme apresentado na Tabela 01, Pato Bragado possui população de 5.733 habitantes distribuídos em um território de 135,6 km². No ano de 2025, o município recebeu R\$ 33.715.193,06 em repasses de *royalties* da Itaipu, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, s.d.).

Na avaliação geral do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), Pato Bragado ocupa a 3.080ª posição entre os 5.570 municípios avaliados, com pontuação de 49,29 em uma escala de 0 a 100, sendo classificado no nível “baixo” de desenvolvimento sustentável. Esse desempenho aproxima-se daquele observado no município de Mundo Novo/MS. Na avaliação atual, os maiores problemas concentram-se nos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 10 – Redução das Desigualdades; ODS 14 – Vida na Água; ODS 15 – Vida Terrestre; e ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos, conforme ilustrado na Figura 22.

Figura 12 – Desempenho do município em cada ODS



Fonte: IDSC-BR (2025).

Na análise dos indicadores de cada ODS⁴⁰, sobretudo os indicadores que possuem menor pontuação, identificam-se pontos de atenção. Com relação ao ODS 1 (Erradicação da pobreza) mantendo o padrão dos outros municípios, o percentual de famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais sempre se manteve abaixo do valor de referência (87), vindo a atingir a melhor pontuação em 2022 com 61,07, mas com queda acentuada nos anos seguintes, chegando no ano de 2024 com 41,60. O percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família, apesar de estar muito aquém do valor de referência (80,5), desde 2017 vem apresentando aumento.

Em atenção o ODS 3 (saúde e bem-estar), são quatro os indicadores que estão apresentando grandes desafios, são eles: a) mortalidade por suicídio apresenta trajetória de crescimento desde 2020; b) Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano), passou a registrar valores muito acima do parâmetro de referência a partir de 2021; c) mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias) também apresentou crescimento contínuo desde 2019, encerrando o ano de 2024 com o valor de 20,41, enquanto o referencial é 12; d) mortalidade por aids, cujo valor de referência é 6, atingiu 17,10 em 2024; e) incidência de dengue⁴¹, apesar de um possível controle nos anos de 2022 e 2023, em 2024 voltou a crescer, registrando 4967,17.

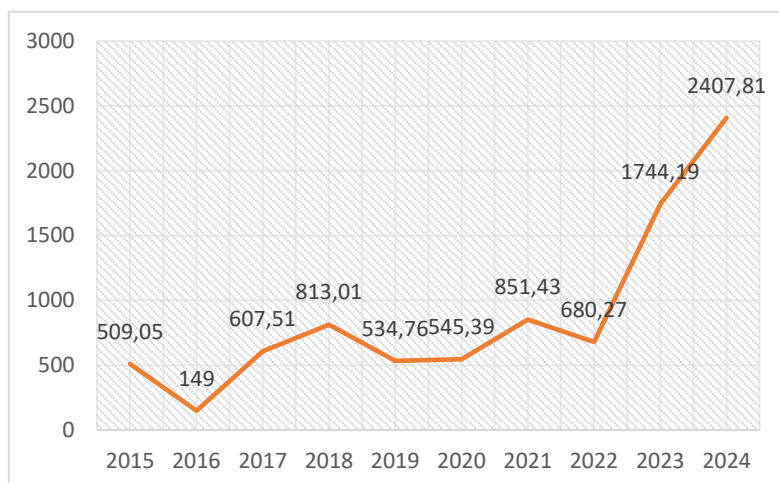
O acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública (ODS 4) também registrou queda no ano de 2024, passando de 100 para 66,67.

Foi observado, ainda, um aumento nas doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (ODS 6). Para este indicador o valor para considerar o objetivo atingido é 136,21, todavia, o município manteve-se acima desse patamar em todo o período analisado, atingindo o pico em 2024 com 2407,81.

⁴⁰ Dados completos constantes no Anexo XII.

⁴¹ O valor de referência para atingir este objetivo é 138,43.

Gráfico 22 – Indicador ODS 6 - Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Ainda, sobre o ODS 6, é importante a ressalva de que não constam dados registrados para a população atendida com esgotamento sanitário e índice de tratamento de esgoto.

A baixa ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade (ODS 8) vem sendo um problema enfrentado em todas as cidades analisadas e, não diferente é o caso deste. Em todo o recorte temporal, o indicador permaneceu abaixo do valor de referência (68,19), atingindo seu menor índice em 2024, com 27,95.

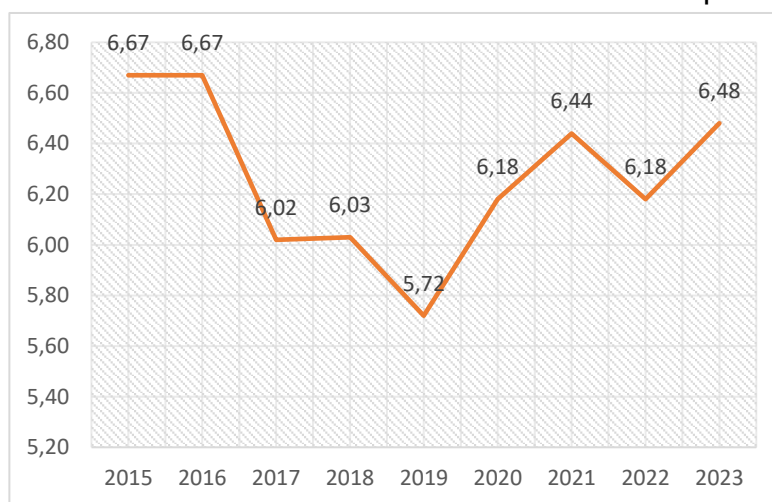
Semelhante é o caso do investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9), que apesar de Pato Bragado ter mantido pontuação acima do referencial (3382,49) entre 2015 e 2019, ocorreu queda acentuada a partir de 2021, quando o indicador passou a registrar apenas 46,02. Em 2022 houve leve recuperação para 263,97, seguida de nova queda em 2023, com 261,20.

No ODS 10 (redução de desigualdades) diversos indicadores evidenciam desafios significativos, destacando-se: a diferença entre as taxas de homicídio por 100 mil habitantes entre pretos e pardos e brancos; a diferença nas taxas de feminicídio entre mulheres pretas, pardas e indígenas em comparação às mulheres brancas; e o percentual de vereadores pretos, pardos e indígenas, cuja eleição foi registrada apenas no ano de 2024. Ainda nesse contexto, destaca-se que, em 2022, o percentual da população preta e parda residente em favelas e comunidades urbanas foi de 99,15.

Em relação a ação contra a mudança global do clima (ODS 13), apesar do pequeno

porte populacional do município, as emissões de CO₂e *per capita* apresentam tendência de crescimento desde 2019, mantendo-se muito acima do valor de referência⁴², conforme ilustrado no Gráfico 31.

Gráfico 23 – Indicador ODS 13 - Emissões de CO₂e per capita



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Mantendo-se a análise ambiental, no ODS 15 (proteger a vida terrestre) o indicador “hectare de áreas florestadas e naturais por habitante” que possui o referencial 25,25, a melhor pontuação do Município foi 2015 com 0,45, não havendo, ademais, qualquer registro de unidades de conservação de proteção integral ou de uso sustentável no município.

Finalmente, resta observado que no cumprimento da ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) observam-se elevados desafios relacionados à taxa de homicídios e às mortes por armas de fogo, indicadores que permanecem distantes dos valores de referência, mesmo considerando o pequeno porte do município.

Dessa forma, a análise dos indicadores evidencia que Pato Bragado, apesar de contar com elevada arrecadação de *royalties* da Itaipu e possuir pequena extensão territorial e populacional, enfrenta fragilidades estruturais e sociais relevantes. O baixo desempenho no IDSC-BR reflete problemas persistentes nas áreas de saneamento, saúde pública, emprego formal e infraestrutura urbana, além de desigualdades sociais e raciais ainda pouco enfrentadas. Soma-se a isso o aumento das emissões de gases de efeito estufa e a quase inexistência de áreas protegidas, o que compromete o avanço ambiental

⁴² O valor de referência para atingir este objetivo é 2.

do município.

5.1.12 Santa Helena/PR

O distrito de Santa Helena foi oficialmente criado pela Lei Municipal nº 26, de 20 de junho de 1962, passando a integrar administrativamente o município de Medianeira. Posteriormente, em reconhecimento à sua evolução social, econômica e administrativa, Santa Helena foi elevada à categoria de Município por meio da Lei Estadual nº 5.497, de 3 de fevereiro de 1967. Esse ato legal resultou no seu desmembramento dos municípios de Medianeira e Marechal Cândido Rondon, conferindo-lhe autonomia política e administrativa (IBGE, s.d).

Atualmente, Santa Helena possui população de 25.492 habitantes e extensão territorial de 754,701 km², conforme apresentado na Tabela 01. No ano de 2025, recebeu o montante de R\$ 188.925.415,81 em *royalties* da Itaipu, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, s.d.). Na avaliação geral do IDSC-BR, o município obteve pontuação de 56,20, posicionando-se na 738ª colocação entre os 5.570 municípios avaliados, com nível de desenvolvimento sustentável classificado como “médio”. Os objetivos que demandam maior atenção são: ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 15 – Vida Terrestre; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

Figura 13 – Desempenho do município em cada ODS



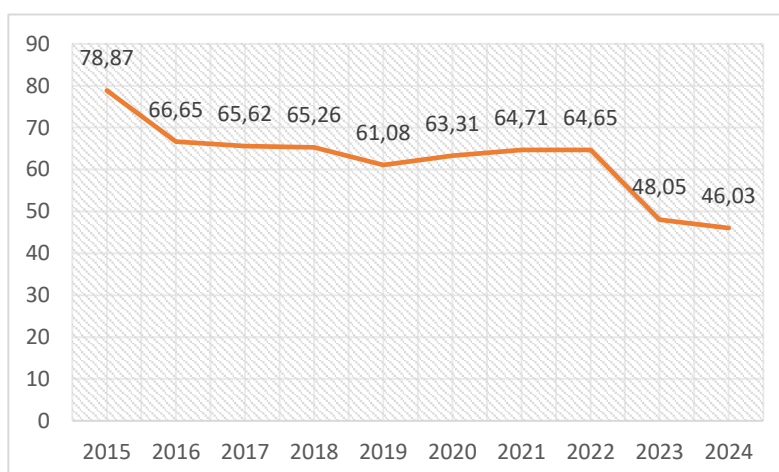
Fonte: IDSC-BR (2025).

Analisando os indicadores de cada ODS⁴³ que possuem menor pontuação, ainda

⁴³ Dados completos constantes no Anexo XIII.

são identificados alguns pontos grandes desafios para o atingimento das metas do desenvolvimento sustentável. Note-se que no ODS 1, o indicador de “famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais” vem apresentando queda contínua, mantendo-se sempre abaixo do valor de referência (87), padrão observado nos demais municípios.

Gráfico 24 – Indicador ODS 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único p/ Prog. Sociais



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Quando da análise do ODS 3 (saúde em bem-estar), destacam-se os elevados índices de mortalidade por suicídio, que desde 2018 permanecem muito acima do valor de referência (2,44), atingindo seu maior registro em 2022, com 27,15. Outro indicador crítico é a incidência de dengue, que se mantém muito acima do objetivo estabelecido (138,43), alcançando, em 2024, o valor de 9.225,16.

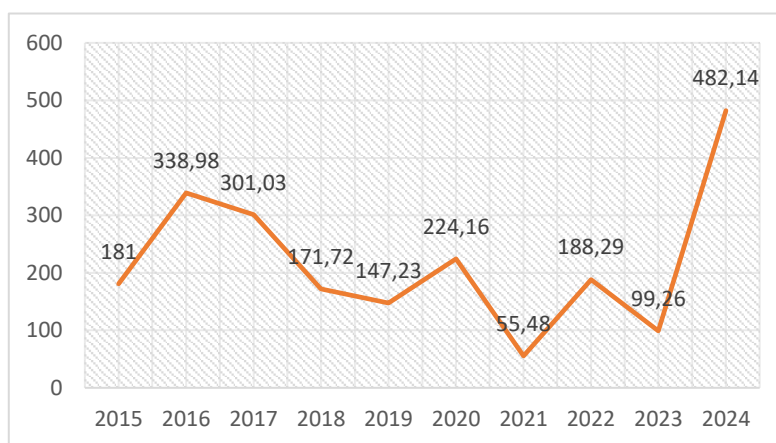
O acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública (ODS 4) também demonstrou queda para o ano de 2024, passando de 100 nos anos anteriores para 70,83.

Na igualdade de gênero (ODS 5) dois indicadores apresentam desempenho preocupante. A presença de vereadoras na Câmara Municipal⁴⁴ que passou de 44,44 em 2020 para 15 em 2024. Além disso, a taxa de feminicídio apresentou aumento expressivo: após três anos sem registros, em 2023 o indicador alcançou o valor de 15,05, muito acima do referencial estabelecido em 1. Desse mesmo indicador, há que ressaltar que no recorte histórico, em 2015 atingiu o maior valor de 30,88.

⁴⁴ O valor de referência para atingir este objetivo é 50.

A água limpa e saneamento (ODS 6) se mostra um dos objetivo com maiores desafios no município, pois, de cinco indicadores, três possuem nota muito baixa, um com nota baixa e apenas um com nota alta. Entre os indicadores mais críticos destacam-se a baixa proporção da população atendida com esgotamento sanitário, a baixa cobertura de abastecimento de água e, como consequência, a elevada incidência de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado.

Gráfico 25 – Indicador ODS 5 - Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

A ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade (ODS 8) manteve-se, em todo o período analisado, abaixo do valor de referência (68,19), seguindo o padrão observado nos demais municípios. O melhor desempenho foi registrado em 2022, com 29,20, seguido de quedas consecutivas em 2023 (27,81) e 2024 (23,76).

Na análise do ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) é possível verificar baixo investimento público em infraestrutura urbana por habitante atingindo a objetivo apenas nos anos de 2019 e 2019. No ano de 2021 atingiu o menor valor (229,24).

O percentual de vereadores eleitos pretos, pardos e indígenas (ODS 10) também se mostra aquém do objetivo estabelecido, tendo como último registro disponível no ano de 2020, com apenas 11,11, enquanto o valor de referência é 50.

As mortes no trânsito (ODS 11) configuram-se como um problema recorrente. Apesar do porte populacional do município, os registros permanecem sistematicamente acima do valor de referência (6,8). Em Santa Helena, o maior valor foi registrado em 2021, com 44,39, mantendo-se elevado nos anos seguintes, com 35,31 em 2022 e 2023.

Quando da observação dos indicadores do ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), constata-se que as emissões de CO₂e *per capita* sempre se mantiveram acima do valor de referência (2), apresentando tendência crescente desde 2020, quando passaram de 6,51 para 8,62 em 2024.

Ainda, sobre o assunto de meio ambiente, quando estudado o ODS 15 (Proteger a vida terrestre), verifica-se a ausência de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável. Ademais, o indicador “hectares de áreas florestadas e naturais por habitante” apresentou desempenho extremamente baixo, atingindo sua melhor pontuação em 2022, com 0,59, muito distante do valor de referência de 25,25.

As mortes violentas no município (ODS 16) também estão acima dos referenciais para o objetivo. A taxa de homicídio juvenil masculino⁴⁵ atingiu o seu maior valor em 428,11, encerrando 2023 com 117,14. A taxa de homicídio⁴⁶ também se mostra crescente com o passar do tempo, atingindo seu maior valor em 2023, com 51. De igual forma, as mortes por armas de fogo⁴⁷ vem aumentando com o tempo, com o maior valor registrado em 2021, com 40,69.

Dessa forma, a análise evidencia problemas persistentes nas áreas de saúde pública, com destaque para as altas taxas de suicídio e incidência de dengue, fragilidades no saneamento básico, baixa ocupação formal da população economicamente ativa e redução do acesso à internet nas escolas públicas. Somam-se a esse cenário desigualdades de gênero e raça, aumento contínuo das emissões de CO₂e, ausência de áreas de conservação ambiental e elevados índices de violência e mortes no trânsito, comprometendo o avanço do município rumo a um desenvolvimento sustentável mais equilibrado.

5.1.13 Santa Terezinha de Itaipu/PR

Na década de 1950, grupos econômicos adquiriram do Governo do Estado do Paraná extensas glebas de terra na região com a finalidade de promover a colonização, destacando-se a atuação da Colonizadora Criciúma Ltda., proprietária de áreas próximas

⁴⁵ O valor de referência para atingir este objetivo é 0,5.

⁴⁶ O valor de referência para atingir este objetivo é 1,5.

⁴⁷ O valor de referência para atingir este objetivo é 0,25.

a Foz do Iguaçu, que exerceu papel relevante no processo de ocupação de Santa Terezinha de Itaipu. Em meados de 1981, o distrito apresentava uma população de 11.137 habitantes, distribuída entre as zonas urbana (7.792) e rural (3.745), evidenciando autonomia socioeconômica e condições territoriais favoráveis à emancipação político-administrativa (Santa Terezinha de Itaipu, s.d)

Ainda, segundo referência (s.d), foram organizadas comissões responsáveis pela recolha de assinaturas e pela preparação da documentação necessária para o processo emancipatório, culminando na realização de um plebiscito em 20 de dezembro de 1981, no qual 95% dos votantes manifestaram-se favoráveis. A emancipação foi oficializada em 3 de maio de 1982, com a sanção da Lei n.º 7.572 pelo então governador Ney Braga, que instituiu o Município de Santa Terezinha. A Santa Terezinha acrescida de “Itaipu”, pois já existiam na Bahia e no Ceará outros dois municípios com o nome de Santa Terezinha.

Conforme apresentado na Tabela 01, o município possui atualmente população de 24.262 habitantes e extensão territorial de 268,258 km². No ano de 2025, recebeu o montante de R\$ 30.012.037,16 em *royalties* da Itaipu (ANEEL, s.d.). Na avaliação geral do IDSC-BR, Santa Terezinha de Itaipu obteve pontuação de 53,23, posicionando-se na 1.547ª colocação entre os 5.570 municípios avaliados, com nível de desenvolvimento sustentável classificado como médio. Os objetivos que demandam maior atenção são: ODS 2 – Erradicação da Fome; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 14 – Vida na Água; ODS 15 – Vida Terrestre; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

Figura 14 – Desempenho do município em cada ODS



Fonte: IDSC-BR (2025).

Passando para a análise⁴⁸ individualizada de alguns indicadores, podemos observar no que se refere a ODS 1, as famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais e o percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família seguem o padrão observado nos demais municípios analisados, mantendo-se muito aquém do objetivo estabelecido. Destaca-se, ainda, o indicador referente ao percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família. Embora em 2023 o valor registrado (0,35) estivesse dentro do objetivo de referência (1), em 2024 houve piora significativa, com aumento para 1,44.

No ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), verificam-se dificuldades relacionadas aos indicadores de desnutrição infantil, que permaneceram acima do valor de referência (1) nos anos de 2023 e 2024, com registros de 1,67 e 1,58, respectivamente. Situação semelhante ocorre com o indicador de baixo peso ao nascer, que desde 2018 mantém-se acima do valor de referência estabelecido em 6.

Gráfico 26 – Indicador ODS 2 – Peso baixo ao nascer



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Com relação a saúde e bem-estar (ODS 3), os indicadores que mais estão distantes do objetivo são: a) cobertura vacinal⁴⁹, que desde 2019 vem demonstrando queda consecutiva, chegando em 2022 com 45,47; b) mortalidade por suicídio⁵⁰, de 2018 a 2019 havia permanecido acima do referencial, mantendo-se com zero nos anos de 2020 a 2022, atingindo o maior valor em 2023 com 16,11; c) mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano)⁵¹, sendo que desde 2020 se mantém acima do valor de referência, atingindo o maior

⁴⁸ Dados completos constantes no Anexo XIV.

⁴⁹ O valor de referência para atingir este objetivo é 95.

⁵⁰ O valor de referência para atingir este objetivo é 2,44.

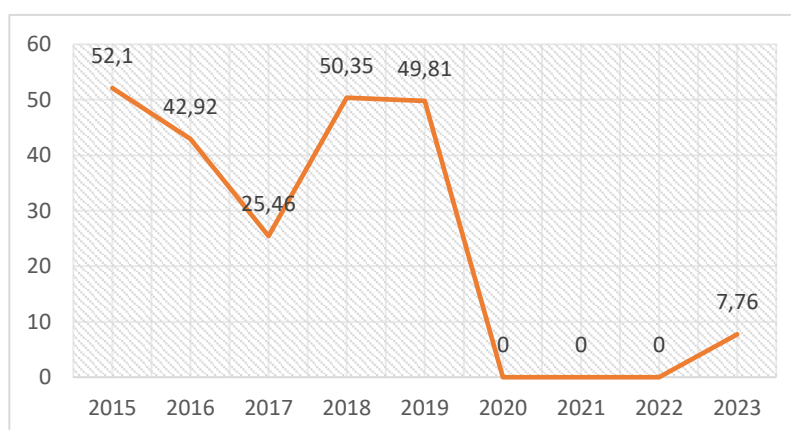
⁵¹ O valor de referência para atingir este objetivo é 12.

valor em 2022, com 25,27; d) incidência de dengue⁵² que atingiu 11318,11 no ano de 2023.

Na análise da educação de qualidade (ODS 4), observa-se queda significativa no acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública, que passou de 100 para 64,29 no ano de 2024.

Para o ODS 5 (Igualdade de gênero), a taxa de feminicídio manteve-se muito acima do valor de referência (1) entre os anos de 2015 e 2019. Entre 2020 e 2022, os registros indicaram valor zero, contudo, em 2023 houve novo aumento, com registro de 7,76.

Gráfico 27 – Indicador ODS 5 – Taxa de feminicídio



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

No que se refere ao trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), a ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade permanece abaixo do objetivo estabelecido (68,19), seguindo o padrão observado nos demais municípios analisados. Destaca-se, entretanto, que Santa Terezinha de Itaipu apresentou um dos menores índices, encerrando o ano de 2024 com apenas 15,97.

O investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9) apresentou forte instabilidade. Embora o município tenha registrado em 2019 o maior valor do período (5.897,00), significativamente acima do referencial (3.382,49), esse patamar não se sustentou nos anos seguintes, com queda acentuada em 2021 (55,20), leve recuperação em 2022 (105,47) e nova redução em 2023 (56,01).

Com relação ao ODS 10 (redução das desigualdades), verifica-se queda contínua

⁵² O valor de referência para atingir este objetivo é 138,43.

no percentual de vereadores eleitos pretos, pardos e indígenas. Em 2016, o indicador registrava 33,33, reduzindo-se para 22,22 em 2020 e atingindo zero em 2024.

Ressalta-se que dois indicadores que, em outros municípios, apresentaram desempenho muito acima dos valores de referência mostraram-se relativamente mais favoráveis em Santa Terezinha de Itaipu: a) Mortes no trânsito (ODS 11); b) Emissões de CO₂e *per capita* (ODS 13).

Todavia, quando observada a proteção da vida terrestre (ODS 15), o município apresentou um dos piores desempenhos. O indicador “hectare de áreas florestadas e naturais por habitante”⁵³, registrou seu melhor valor em apenas 0,17. Além disso, são baixos os registros de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável.

Finalmente, no estudo da ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), verifica-se que o homicídio juvenil masculino demonstrou queda desde 2018 (331,86), com leve aumento em 2022 (201,29) e nova queda em 2023 (96,02), porém ainda muito acima da referência (0,5). A taxa de homicídio⁵⁴ vem apresentando aumento desde 2019, encerrando 2023 com 28,85. Padrão semelhante é observado nos registros de mortes por armas de fogo.

Dessa forma, observam-se fragilidades no combate à pobreza e à fome, agravadas pela piora recente dos indicadores de renda e pelos níveis elevados de desnutrição infantil e baixo peso ao nascer. Na área da saúde, destacam-se a queda contínua da cobertura vacinal, o aumento expressivo da incidência de dengue, a elevação da mortalidade infantil e o recrudescimento de mortes por suicídio e por armas de fogo, revelando vulnerabilidades no sistema de proteção social e de saúde pública. A educação e a igualdade de gênero também apresentam retrocessos, com redução do acesso à internet nas escolas públicas e aumento de casos de feminicídio após um período de estabilidade. No campo econômico, o baixo índice de ocupação formal e a instabilidade nos investimentos em infraestrutura urbana comprometem o crescimento sustentável, enquanto a redução da representatividade política de grupos étnico-raciais evidencia desafios na promoção da equidade. Apesar de desempenhos relativamente positivos em indicadores como mortes no trânsito e emissões de CO₂e, o município apresenta limitações relevantes na proteção ambiental, bem como elevados índices de violência, especialmente entre

⁵³ O valor de referência para atingir este objetivo é 25,25.

⁵⁴ O valor de referência para atingir este objetivo é 1,5.

jovens.

5.1.14 São José das Palmeiras/PR

O processo de ocupação teve início no final da década de 1960, quando os primeiros colonizadores chegaram à região, oriundos principalmente do norte do estado e de outras unidades da federação. Esses grupos foram atraídos pela disponibilidade de terras a baixo custo e pela elevada fertilidade do solo, favorável ao cultivo do café. O Distrito foi criado com a denominação de São José por meio da Lei Estadual nº 7.159, de 17 de junho de 1979, a partir do desmembramento de terras pertencentes ao distrito de São Clemente, então subordinado ao município de Santa Helena. Posteriormente, o distrito foi elevado à categoria de município, com a denominação de São José das Palmeiras, conforme a Lei Estadual nº 8.075, de 17 de agosto de 1980, sendo desmembrado definitivamente do município de Santa Helena (IBGE, s.d).

São José das Palmeiras é o município com menor população analisado neste estudo, contando com apenas 3.957 habitantes e uma área territorial de 182,419 km², conforme apresentado na Tabela 01. Segundo dados da ANEEL (s.d.), recebeu, no ano de 2025, o montante de R\$ 1.389.578,81 em *royalties* da Itaipu. Na avaliação geral do IDSC-BR, o município obteve pontuação de 43,92, posicionando-se na 4.852^a colocação entre os 5.570 municípios avaliados, com nível de desenvolvimento sustentável classificado como **baixo**. Os objetivos que demandam maior atenção são: ODS 5 – Igualdade de Gênero; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 14 – Vida na Água; ODS 15 – Vida Terrestre; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

Figura 15 – Desempenho do município em cada ODS

Fonte: IDSC-BR (2025).

Na análise⁵⁵ individualizada de alguns indicadores, observa-se que no âmbito do ODS 1, as famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais⁵⁶ e o percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família⁵⁷, reproduzem o padrão observado nos demais municípios. No caso do primeiro, encerrou 2024 com o menor valor, atingindo 48,53. Já com relação ao segundo, finalizou 2024 com o valor de 37,59.

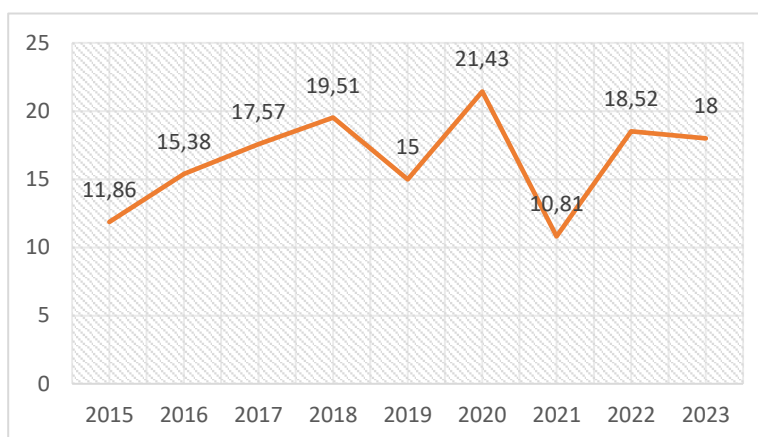
Para o ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável), o indicador que mostrou expressivo aumento a partir de 2022 foi o da obesidade infantil. Considerando que o valor de referência para o indicador é 5, o município já registrava 5,88 em 2022, encerrando 2024 com 15,15, evidenciando agravamento significativo do quadro nutricional infantil.

A saúde e bem-estar (ODS 3) apresenta desafios relevantes, sobretudo no que se refere à incidência de dengue, que desde 2021 vem apresentando crescimento contínuo, passando de 27,77 em 2021 para 7.369,73 em 2024, valor muito superior ao referencial estabelecido (138,43). Ainda no âmbito da saúde, observa-se que a cobertura vacinal apresentou recuperação após 2019, embora permaneça abaixo da meta. Além disso, a gravidez na adolescência configura-se como um problema persistente, uma vez que, em todo o período analisado, os valores se mantiveram acima do objetivo de referência (9,98)..

⁵⁵ Dados completos constantes no Anexo XV.

⁵⁶ O valor de referência para atingir este objetivo é 87.

⁵⁷ O valor de referência para atingir este objetivo é 80,5.

Gráfico 28 – Indicador ODS 3 - Gravidez na adolescência

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Em atenção à educação de qualidade (ODS 4), dois indicadores apresentam maior fragilidade. O primeiro diz respeito ao acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio da rede pública, que, assim como nos demais municípios, apresentou queda, passando de 100 para 66,67 em 2024. O segundo relaciona-se à existência de escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado, indicador que, após atingir a meta em 2023 (1,32), passou a registrar valor zero em 2024.

Na análise da igualdade de gênero (ODS 5) verifica-se baixo percentual de presença de vereadoras na Câmara Municipal e um valor expressivo para na taxa de feminicídio. Nesse último indicador de 2015 a 2021 contava com zero, mas em 2022 registrou o valor de 100,86 e 2023 o valor de 50,10, ou seja, um aumento expressivo considerando que o referencial é 1.

As doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (ODS 6) também sofreram um forte aumento de 2023 para 2024. Entre 2015 e 2023 o município atendia ao objetivo⁵⁸, porém em 2024 houve aumento abrupto, passando de 75,04 para 868,49.

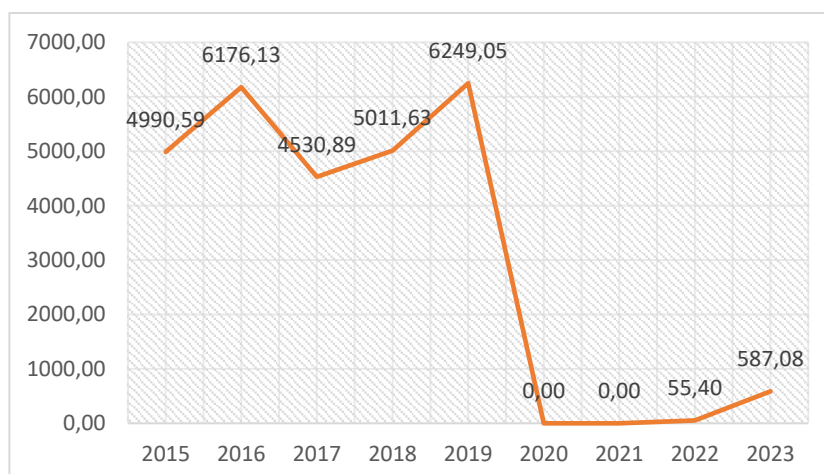
Observando o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) a ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade apresentou o pior desempenho entre todos os municípios analisados, encerrando 2024 com apenas 9,55, frente ao valor de referência de 68,19.

O investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9) também demonstra grande desafio para atingir o objetivo, considerando que após 2020, os valores

⁵⁸ O valor de referência para atingir este objetivo é 136,21.

estão muito aquém do referencial (3382,49).

Gráfico 29 – Indicador ODS 9 - Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Com relação ao ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), apesar de ser o município com menor população entre os analisados, registra-se elevada ocorrência de mortes no trânsito. Desde 2020, os valores permanecem acima do referencial de 6,8, tendo o ano de 2023 encerrado com o maior registro da série, de 75,82.

A emissão de CO₂e⁵⁹ (ODS 13) também se mostra elevada quando comparada a municípios de maior porte populacional. O maior valor foi registrado em 2016, com 20,34, e em 2023 o indicador encerrou em 16,43.

Na proteção da vida terrestre (ODS 15) não há registros de unidades de conservação no município. Contudo, apesar de permanecer abaixo do objetivo, o indicador “hectares de áreas florestadas e naturais por habitante”⁶⁰, apresentou desempenho relativamente melhor em comparação a outros municípios analisados, registrando 1,08 em 2023.

Por fim, no que diz respeito ao ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes), observa-se que, mesmo sendo um município com menos de quatro mil habitantes, São José das Palmeiras apresentou valores expressivos nos indicadores de homicídio juvenil, taxa de homicídio e mortes por armas de fogo.

Dessa forma, verifica-se que pelo dados analisados o Município apresenta

⁵⁹ O valor de referência para atingir este objetivo é 2.

⁶⁰ O valor de referência para atingir este objetivo é 25,25.

desempenho insatisfatório em diversos ODS, especialmente nos eixos social, sanitário, econômico e institucional. Destacam-se os baixos resultados nos indicadores de combate à pobreza, o avanço expressivo da obesidade infantil e o agravamento de problemas de saúde pública, evidenciado pelo crescimento acentuado da incidência de dengue, pela cobertura vacinal abaixo da meta e pelas elevadas taxas de gravidez na adolescência. Na educação, observam-se retrocessos no acesso à internet escolar e na oferta de atendimento educacional especializado. Adicionalmente, há baixa ocupação formal, insuficiente investimento em infraestrutura urbana e altos índices de mortalidade no trânsito e os indicadores elevados de violência

5.1.15 São Miguel do Iguaçu/PR

Em 1948, a empresa Colonizadora Gaúcha Ltda. deu início à implementação de projetos voltados à fundação de um novo núcleo urbano na região do extremo oeste do estado do Paraná. O povoado foi oficialmente estabelecido em 1951, recebendo inicialmente a denominação de Gaúcha, sendo que posteriormente, pela Lei nº 3.550, de 6 de fevereiro de 1952, foi instituído o Distrito Administrativo de Gaúcha. Já em 25 de janeiro de 1961, a Lei Estadual nº 4.338 promoveu a emancipação político-administrativa da localidade, com a criação do município, cujo território foi desmembrado dos municípios de Foz do Iguaçu e Medianeira, passando então a denominar-se São Miguel do Iguaçu (IBGE, s.d).

Atualmente, o município possui uma população de 29.122 habitantes e uma extensão territorial de 851,917 km², conforme apresentado na Tabela 01. Segundo dados da ANEEL (s.d.), recebeu, no ano de 2025, o montante de R\$ 65.116.809,04 em *royalties* da Itaipu. Na avaliação geral do IDSC-BR, São Miguel do Iguaçu obteve pontuação de 56,08, posicionando-se na 767^a colocação entre os 5.570 municípios avaliados, com nível de desenvolvimento sustentável classificado como “médio”. Os objetivos que demandam maior atenção são: ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 15 – Vida Terrestre; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

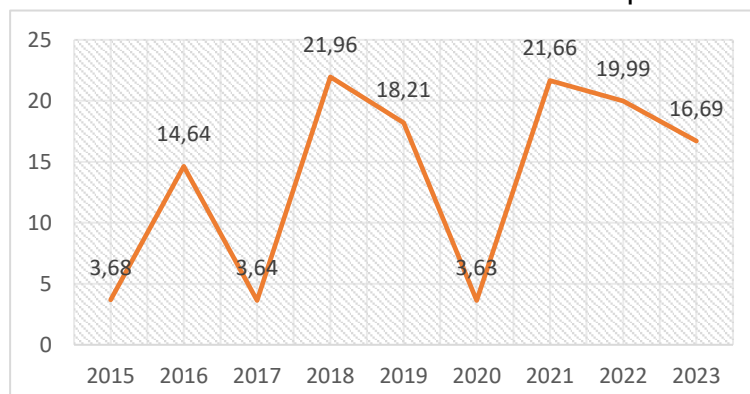
Figura 16 – Desempenho do município em cada ODS

Fonte: IDSC-BR (2025).

Analisando os indicadores de cada ODS⁶¹ que possuem menor pontuação, ainda são verificados em alguns pontos grandes desafios para o atingimento das metas do desenvolvimento sustentável. No âmbito da ODS 1 (erradicação da Pobreza), verifica-se que o indicador referente às famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais apresenta queda contínua ao longo do período analisado, mantendo-se sempre abaixo do valor de referência (87). De forma semelhante, o percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família também registra baixa pontuação.

Em relação a saúde e bem-estar (ODS 3), destacam-se dois indicadores com desempenho crítico. O primeiro diz respeito à incidência de dengue, que desde 2021 apresenta crescimento acentuado, passando de 324,96 para 7.586,60 em 2024, valor significativamente superior ao referencial estabelecido (138,43). O segundo refere-se à mortalidade por suicídio, que, durante todo o recorte temporal analisado, manteve-se acima do valor de referência (2,44).

⁶¹ Dados completos constantes no Anexo XVI.

Gráfico 30 – Indicador ODS 3 - Mortalidade por suicídio

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Com base nos dados coletados para a verificação do ODS 4 (educação de qualidade), observa-se que o acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública não se mostrou tanto defasado quanto aos demais municípios⁶², mas mesmo assim abaixo do valor de referência. Por sua vez, o percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches apesar de também estar abaixo do objetivo⁶³, vem apresentando aumento desde 2015 quando registrava 30,05 e 2024 encerrou com 51,97.

A presença de vereadoras na Câmara Municipal é um desafio para o atingimento da ODS 5 (igualdade de gênero) considerando que sempre manteve o valor de 11,11, quando o valor alvo é 50.

De modo geral, São Miguel do Iguaçu apresentou bons dados com relação a água limpa e saneamento (ODS 6) quando comparado a outros municípios da região. Contudo, observa-se piora no ano de 2024, evidenciada pelo aumento das doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, bem como pela redução da população atendida com abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade (ODS 8) repete o padrão observado nos demais municípios analisados, mantendo-se sempre abaixo do valor de referência (68,19). Após apresentar melhora entre os anos de 2020 e 2022, quando atingiu 33,17, o indicador voltou a registrar queda nos anos seguintes, encerrando 2024 com 28,55.

Outro ponto de atenção é o baixo investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9), pois, diferente de outras cidades analisadas, em São Miguel do

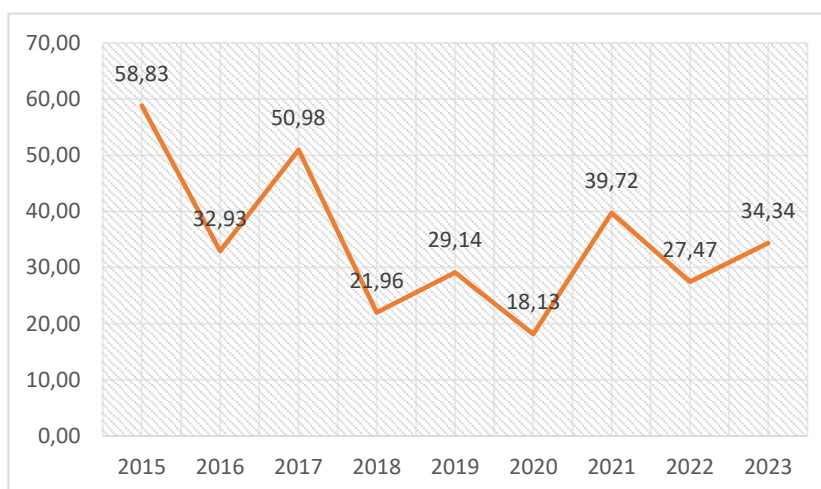
⁶² Passou de 100 no ano de 2023 para 76,92 no ano de 2024.

⁶³ O valor de referência para atingir este objetivo é 84.

Iguaçu desde 2015 se manteve abaixo do referencial⁶⁴, sendo o melhor registro no ano de 2019 com 1180,58.

As mortes no trânsito (ODS 11) também se configuram como um desafio para o município, uma vez que, ao longo de todo o período analisado, os valores permaneceram acima do patamar considerado ideal (6,8).

Gráfico 31 – Indicador ODS 11 - Mortes no trânsito



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Na verificação da ação contra a mudança global do clima (ODS 13), as emissões de CO₂e *per capita* mantiveram-se acima da referência⁶⁵ desde o ano de 2015. O melhor desempenho foi registrado em 2022, com 7,14, contudo, em 2023 o indicador voltou a apresentar aumento, alcançando 8,15.

Ainda sobre o meio ambiente, quando analisado o ODS 15 (proteger a vida terrestre) observa-se baixo o indicador “hectare de áreas florestadas e naturais por habitante”⁶⁶, sendo o melhor valor registrado em 2019 com 0,70. Por outro lado, diferentemente de outros municípios analisados, São Miguel do Iguaçu apresentou resultados relativamente melhores no indicador referente às unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável⁶⁷, registrando 11,95 em 2024 e, embora fora do recorte temporal desta pesquisa, 12,04 em 2025

Por fim, quando do estudo do ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes),

⁶⁴ O valor de referência para atingir este objetivo é 3382,49.

⁶⁵ O valor de referência para atingir este objetivo é 2.

⁶⁶ O valor de referência para atingir este objetivo é 25,25.

⁶⁷ O valor de referência para atingir este objetivo é 28,69.

verificam-se desafios relacionados aos elevados índices de homicídio juvenil masculino, taxa geral de homicídios e mortes por armas de fogo. Apesar de apresentarem tendência de queda nos anos mais recentes, os valores ainda permanecem muito acima dos referenciais estabelecidos para o atingimento das metas.

De modo geral, é possível observar crescimento expressivo da incidência de dengue, manutenção de taxas elevadas de mortalidade por suicídio e homicídios, baixa participação feminina no legislativo municipal, redução do emprego formal e níveis insuficientes de investimento em infraestrutura urbana. Ainda que alguns indicadores apresentam evolução positiva, como o aumento da matrícula em creches e a ampliação das unidades de conservação, o conjunto dos dados evidencia que, no período analisado, o Município manteve dificuldades consistentes para alcançar os patamares considerados adequados nos principais indicadores avaliados.

5.1.16 Terra Roxa/PR

Em 3 de outubro de 1956, por meio da Lei Estadual n.º 45/56, foi criado um novo distrito no âmbito do Município de Guairá, com a denominação de Terra Roxa d'Oeste, tendo sido nomeado como seu primeiro subprefeito o senhor Benjamim José Coelho. Posteriormente, em 14 de dezembro de 1961, a Lei n.º 220/61 instituiu o Município de Terra Roxa, cuja instalação oficial ocorreu em 27 de outubro de 1962, com a posse do prefeito eleito em 3 de outubro do mesmo ano, senhor Leônidas dos Santos Dias, e de seu vice-prefeito, João Jorge (Terra Roxa, s.d).

Conforme dados apresentados na Tabela 01, o município possui uma população de 18.119 habitantes e uma extensão territorial de 800,807 km². Segundo informações da ANEEL (s.d.), recebeu, no ano de 2025, o montante de R\$ 1.131.718,82 em *royalties* da Itaipu. Na avaliação geral do IDSC-BR, Terra Roxa apresenta classificação de desenvolvimento sustentável “média”, com pontuação de 51,66 em 100, ocupando a posição 2.123 entre os 5.570 municípios avaliados. Os objetivos que demandam maior atenção são: ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 14 – Vida na Água; ODS 15 – Vida Terrestre; e ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

Figura 17 – Desempenho do município em cada ODS

Fonte: IDSC-BR (2025).

Quando analisados os dados de 2015 a 2024⁶⁸, evidencia-se indicadores que apresentam grandes desafios para o município. No âmbito da ODS 1 (Erradicação da Pobreza), observa-se queda contínua no número de famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais. O valor de referência para esse indicador é 87, patamar que não foi atingido em nenhum dos anos analisados. Em 2015, o município registrou sua melhor pontuação (73,72), enquanto em 2024 apresentou o menor valor (47,89). Situação semelhante é observada no percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família, indicador que se manteve abaixo do valor de referência e apresentou queda nos últimos anos.

Em atenção o ODS 3 (Saúde e bem-estar) a grande maioria dos indicadores não apresentam boa pontuação, dentre estes estão: a) cobertura vacinal⁶⁹ que permanece abaixo do valor de referência desde o ano de 2020, quando atingiu a menor cobertura (54,97); b) mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano)⁷⁰, tendo no ano de 2022 registrado 17,62 e no ano de 2023 o valor de 20,66; c) mortalidade materna⁷¹ que em 2023 apresentou o valor de 8,26; d) mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias)⁷² com registros de 13,22 em 2022 e 16,53 em 2023; e) incidência de dengue⁷³ que vem aumentando desde 2022, alcançando 8.351,31 em 2024.

⁶⁸ Dados completos constantes no Anexo XVII.

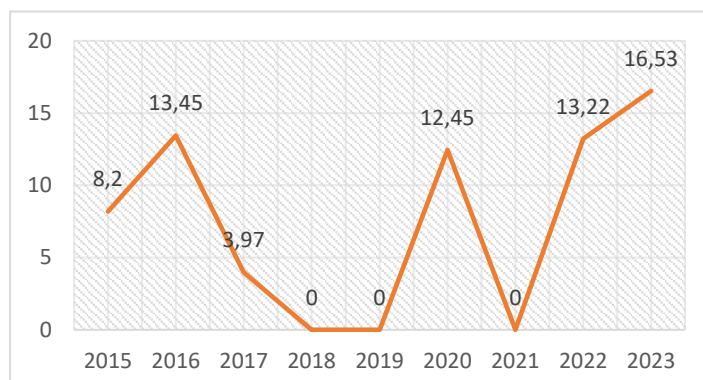
⁶⁹ O valor de referência para atingir este objetivo é 95.

⁷⁰ O valor de referência para atingir este objetivo é 12.

⁷¹ O valor de referência para atingir este objetivo é 0,61.

⁷² O valor de referência para atingir este objetivo é 12.

⁷³ O valor de referência para atingir este objetivo é 138,43.

Gráfico 32 – Indicador ODS 3 - Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Para o atingimento da educação de qualidade (ODS 4), o acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública⁷⁴ deve ser melhorado, considerando que no ano de 2024 caiu de 100 para 81,25. Ainda, é necessária atenção ao percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches, considerando que todo o período permaneceu abaixo do valor de referência (84).

Na igualdade de gênero (ODS 5), evidencia-se a baixa representatividade feminina no Poder Legislativo municipal. Embora o percentual de vereadoras tenha se mantido em 22,22 nas eleições de 2016 e 2020, em 2024 houve queda significativa, atingindo apenas 5,56, valor bastante inferior à meta estabelecida (50).

Verifica-se, também, problemas relacionados ao atendimento da população com esgotamento sanitário (ODS 6). Apesar de ter apresentado evolução entre 2015 e 2021, o indicador passou a registrar queda em 2022 e 2023. Paralelamente, os anos de 2023 e 2024 concentraram os maiores valores no indicador de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado⁷⁵, com registros de 585,46 e 1.417,94, respectivamente.

Assim como nos demais municípios analisados, a ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade (ODS 8) sempre se mostrou abaixo do valor de referência (68,19), atingindo seu menor valor em 2024, com 19,45.

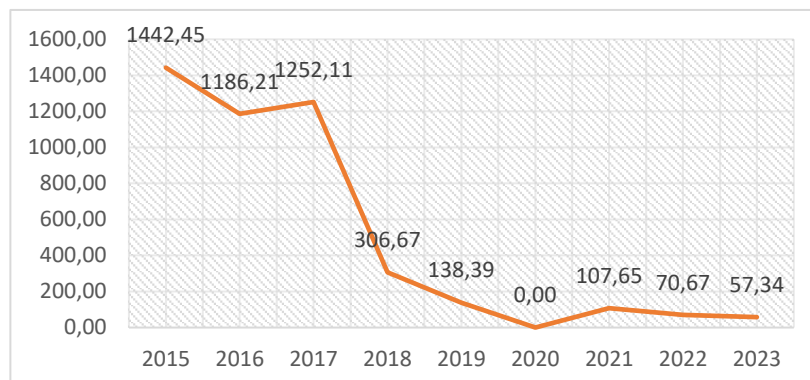
O investimento público em infraestrutura urbana por habitante (ODS 9) constitui outro desafio relevante para Terra Roxa, uma vez que permaneceu abaixo do valor de referência durante todo o período analisado, apresentando tendência de queda contínua

⁷⁴ O valor de referência para atingir este objetivo é 95.

⁷⁵ O valor de referência para atingir este objetivo é 136,21.

desde 2018.

Gráfico 33 – Indicador ODS 9 - Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

No ODS 13 (ações contra a mudança global do clima), apesar de se tratar de um município de pequeno porte, Terra Roxa apresentou elevados valores de emissão de CO₂e *per capita*. Considerando que o valor de referência é 2, o menor registro ocorreu em 2022, com 9,76, aumentando para 10,55 em 2023.

Verifica-se diminuição de hectare de áreas florestadas e naturais por habitante⁷⁶ (ODS 15), passando de 0,50 em 2021 para 0,43 em 2023. Com relação às unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, apesar de registrar 3,24 no ano de 2024, ainda está muito abaixo do valor objetivo (28,69).

Em contrapartida, o desempenho no ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) constitui ponto positivo para Terra Roxa. Observa-se diminuição na taxa de homicídio⁷⁷, registrando o menor valor em 2023 (5,52). Apresentou boa pontuação, ainda, em mortes por armas de fogo e homicídio juvenil masculino, divergindo das outras cidades analisadas.

De forma geral, os dados de 2015 a 2024 demonstram que Terra Roxa apresenta dificuldades relevantes no cumprimento de diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Observam-se quedas nos indicadores relacionados à erradicação da pobreza, fragilidades persistentes na saúde e bem-estar, limitações no acesso à educação infantil e à infraestrutura digital nas escolas, baixa representatividade feminina no poder legislativo municipal e problemas no saneamento básico. Soma-se a isso o baixo nível de ocupação formal, insuficiência de investimentos em infraestrutura urbana, elevadas emissões de CO₂e

⁷⁶ O valor de referência para atingir este objetivo é 25,25.

⁷⁷ O valor de referência para atingir este objetivo é 1,5.

per capita e redução de áreas naturais protegidas. Em contrapartida, destaca-se positivamente em relação a redução das taxas de homicídio e de outros indicadores de violência, diferenciando o município no conjunto analisado.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

A presente seção tem como objetivo proceder à análise comparativa dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu a partir dos resultados obtidos por meio do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). A análise busca dialogar diretamente com a hipótese central desta dissertação, segundo a qual seria possível identificar melhores níveis de sustentabilidade nos municípios com maior Produto Interno Bruto (PIB) e naqueles com população superior a trinta mil habitantes, permitindo, assim, observar eventuais correlações entre porte econômico, dimensão populacional e desempenho sustentável.

Para tanto, esta seção está estruturada em dois momentos analíticos complementares. Inicialmente, apresenta-se uma síntese comparativa do desempenho geral dos municípios, considerando sua classificação, pontuação e nível de desenvolvimento sustentável. Em seguida, procede-se à análise transversal dos principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase nos indicadores que apresentaram desempenho crítico ou recorrente entre os municípios analisados, buscando identificar padrões, fragilidades estruturais e implicações para a formulação e implementação de políticas públicas locais.

5.2.1 Síntese comparativa dos Municípios

A análise comparativa dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu evidencia uma heterogeneidade significativa nos níveis de desenvolvimento sustentável, ainda que a maioria das localidades apresente classificação geral situada entre os níveis “baixo” e “médio” no IDSC-BR. Municípios como Mercedes, Itaipulândia e Missal figuram entre aqueles com melhor desempenho relativo, alcançando classificações mais favoráveis no ranking nacional. Por outro lado, localidades de pequeno porte populacional, como Mundo Novo, Pato Bragado e Diamante D'Oeste, apresentam desempenhos mais críticos, com

pontuações inferiores a 50 pontos e posicionamentos mais distantes no ranking.

Para melhor visualização dos dados e antes de adentrar nas hipóteses, abaixo será apresentada a Tabela 02 contendo a classificação de forma decrescente dos municípios estudados.

Tabela 02 – Síntese geral dos Municípios analisados

Cidade	Pontuação IDSC-BR	Classificação Nacional	Nível Geral
Mercedes	57,66	461	Médio
Itaipulândia	56,01	783	Médio
Missal	55,48	906	Médio
Guaíra	54,25	1.215	Médio
Foz do Iguaçu	53,59	1.415	Médio
Santa Helena	53,33	1.467	Médio
Medianeira	52,92	1.656	Médio
Entre Rios do Oeste	52,89	1.666	Médio
Marechal Cândido Rondon	52,63	1.758	Médio
São Miguel do Iguaçu	52,21	1.812	Médio
Santa Terezinha de Itaipu	51,47	2.031	Médio
Terra Roxa	51,03	2.203	Médio
São José das Palmeiras	50,12	2.681	Baixo
Mundo Novo (MS)	49,81	2.886	Baixo
Pato Bragado	49,29	3.080	Médio
Diamante D'Oeste	48,13	3.556	Baixo

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025).

Pois bem, à luz da hipótese central desta pesquisa, observa-se que os municípios com maior porte populacional tendem, de modo geral, a apresentar desempenho menos crítico no IDSC-BR, o que sugere que a dimensão populacional pode contribuir para maior capacidade administrativa, institucional e de provisão de serviços públicos. Todavia, essa relação não se manifesta de forma linear ou automática. Municípios com população superior aos outros analisados continuam a apresentar fragilidades relevantes em ODS estruturantes, como erradicação da pobreza, trabalho decente, infraestrutura urbana, proteção ambiental e fortalecimento institucional.

No âmbito do presente estudo, apenas três municípios apresentam população superior a trinta mil habitantes: Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Medianeira. De modo geral, esses municípios não registraram pontuações inferiores a cinquenta no Índice

de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), o que sugere uma relação positiva entre maior porte populacional e melhores condições estruturais para o atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Contudo, essa associação não é determinante, uma vez que o município de Mercedes, embora possua população inferior a seis mil habitantes, apresentou desempenho significativamente superior aos demais, alcançando a maior pontuação geral entre os municípios analisados. Esse resultado evidencia que o tamanho populacional, isoladamente, não é condição suficiente para explicar níveis mais elevados de desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, quando passamos para a hipótese da dimensão econômica, especialmente à análise do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita* dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu, conforme apresentado na Tabela 01, observa-se uma relação parcialmente convergente com a hipótese central desta pesquisa. Os municípios que apresentam os maiores valores de PIB *per capita* como Foz do Iguaçu, Entre Rios do Oeste e Santa Helena, tendem a alcançar desempenhos relativamente superiores no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), situando-se, em geral, em faixas de classificação mais favoráveis quando comparados aos municípios com menor capacidade econômica. Em contrapartida, localidades com os menores PIB *per capita*, como Diamante d'Oeste, São José das Palmeiras e Santa Terezinha de Itaipu, com os piores desempenhos no índice em comparação aos com PIB maior, apresentando níveis de desenvolvimento sustentável inferiores, tendo Diamante D'Oeste e São José das Palmeiras sendo classificados como “baixo”.

Esses resultados sugerem que um maior dinamismo econômico e uma maior geração de riqueza por habitante podem contribuir para melhores condições estruturais, institucionais e de oferta de políticas públicas, refletindo-se positivamente nos indicadores de sustentabilidade. Todavia, a análise também evidencia que o maior PIB, por si só, não garante elevado desempenho sustentável, indicando que a relação entre capacidade econômica e desenvolvimento sustentável é mediada por fatores como qualidade da gestão pública, planejamento estratégico, capacidade institucional e efetividade das políticas implementadas, pois, como é possível ver, Marechal Cândido Rondon que possui um PIB *per capita* superior ao de Guaíra e também foi classificado como “baixo”. Guaíra, por sua vez, dentre as cidades analisadas ficou na quarta posição, perdendo apenas para Mercedes, Itaipulândia e Missal.

Além do PIB, a pesquisa também tomou o cuidado de fazer o levantamento de

outra disponibilidade de recursos que são aqueles oriundos dos *royalties* da Itaipu Binacional. Os dados indicam que a elevada arrecadação *per capita*, mesmo somado ao PIB, não se traduz, necessariamente, em melhores níveis de sustentabilidade. Municípios com altos valores de *royalties* por habitante, como São José das Palmeiras e Pato Bragado, não figuram entre aqueles com melhor desempenho no IDSC-BR. Tal constatação evidencia que a disponibilidade de recursos financeiros constitui condição necessária, porém não suficiente, para a promoção do desenvolvimento sustentável em nível local, reforçando a centralidade da capacidade institucional, do planejamento estratégico e da efetividade das políticas públicas.

Nesse contexto, a síntese comparativa evidencia que o desenvolvimento sustentável nos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu não pode ser explicado por um único fator isolado, mas resulta da interação entre variáveis econômicas, demográficas e, sobretudo, institucionais. Assim, a análise comparativa permite não apenas identificar padrões regionais e fragilidades comuns, mas também compreender os limites e potencialidades de cada município no cumprimento da Agenda 2030. A Tabela 3, apresentada a seguir, sintetiza de forma decrescente a arrecadação de cada município.

Tabela 03 – Royalties de Itaipu per capita

Cidade	População	Royalties Total (R\$)	Royalties per capita (R\$)
Itaipulândia	11.485	128.736.597,60	11.209,11
Pato Bragado	5.733	33.715.193,06	5.880,90
Entre Rios do Oeste	4.575	23.565.537,53	5.150,94
Santa Helena	25.492	84.690.644,41	3.322,24
São José das Palmeiras	3.957	12.109.776,92	3.060,34
Missal	11.064	28.701.248,91	2.594,11
Mercedes	5.931	13.838.485,87	2.333,25
Guaíra	32.097	62.194.707,30	1.937,71
São Miguel do Iguaçu	29.122	52.398.614,27	1.799,28
Terra Roxa	18.119	18.447.905,63	1.018,15
Santa Terezinha de Itaipu	24.262	21.874.312,44	901,59
Diamante D'Oeste	4.557	4.025.480,88	883,36
Marechal Cândido Rondon	55.836	40.140.204,36	718,89
Mundo Novo (MS)	19.193	10.536.445,51	548,97
Foz do Iguaçu	285.415	144.573.498,36	506,54
Medianeira	54.369	830.822,17	15,28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2021) e ANEEL (s.d).

De tal forma, as hipóteses da dissertação são parcialmente confirmadas. Embora municípios com maior porte populacional e maior porte econômico apresentem, em média, melhores resultados relativos, o desempenho sustentável depende, sobretudo, de fatores que não são objetos de estudo, mas que possivelmente podem ser citados, como a forma em que os recursos são alocados, das prioridades estabelecidas pelo poder público e da capacidade de articulação intersetorial e interinstitucional das políticas implementadas.

Conclui-se, portanto, que o estágio de desenvolvimento sustentável da região não é determinado por um fator isolado, mas resulta de uma complexa interação entre variáveis demográficas, econômicas e, primordialmente, institucionais, as quais mantêm fragilidades estruturais persistentes mesmo em localidades com maior aporte financeiro.

5.2.2 Discussão analítica dos objetivos e indicadores com maiores fragilidades

A análise comparativa dos municípios a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permite aprofundar a compreensão das fragilidades estruturais identificadas, evidenciando que os baixos desempenhos observados não se distribuem de forma aleatória, mas concentram-se em objetivos específicos e recorrentes entre as diferentes localidades lindeiras ao Lago de Itaipu. Ainda que os Municípios apresentem diferenças significativas quanto ao porte populacional, capacidade financeira e posicionamento no ranking nacional, verifica-se a repetição de padrões de insuficiência em determinados ODS.

Tal situação evidencia que mesmo após lapso temporal de discussões e evolução sobre o tema da preservação social, ainda há grandes desafios a serem superados. Conforme exposto no tópico 2.1, a sustentabilidade emerge inicialmente como um princípio ecológico autônomo, voltado à preservação dos recursos naturais e à manutenção do equilíbrio dos ecossistemas, sendo posteriormente incorporada ao discurso do desenvolvimento sustentável a partir do Relatório *Brundtland*. Todavia a recorrência de fragilidades em vários ODS revela que a aplicação prática do desenvolvimento sustentável, pelo menos no recorte geográfico da pesquisa, não ocorre de forma efetiva.

Entre os objetivos com maior incidência, destaca-se o ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura), presente como fragilidade em todos os municípios analisados. Esse resultado demonstra que, independentemente das diferenças econômicas, populacionais

ou territoriais, a região apresenta limitações relacionadas à infraestrutura, à inovação tecnológica e à capacidade de promover um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. A recorrência desse objetivo sugere dificuldades na consolidação de estruturas capazes de impulsionar competitividade, modernização produtiva e fortalecimento institucional nos municípios.

Também se destacam os ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), ODS 14 (Vida na água), ODS 15 (Vida terrestre) e ODS 17 (Parcerias e meios de implementação), que aparecem repetidamente entre as principais fragilidades da maioria dos municípios. O ODS 1 está presente em praticamente todos os municípios, indicando que, mesmo em uma região economicamente favorecida pelo recebimento de *royalties* da Itaipu Binacional, persistem desigualdades sociais e dificuldades relacionadas à redução da pobreza. De forma semelhante, a recorrência do ODS 2 evidencia desafios ligados à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável das atividades agrícolas, especialmente relevantes em municípios cuja economia possui forte dependência do setor agropecuário.

As fragilidades relacionadas aos ODS 14 e 15 demonstram a relevância da dimensão ambiental na região lindeira ao lago de Itaipu. A repetição desses objetivos indica dificuldades na preservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres, aspecto particularmente sensível em razão da presença do lago artificial e da intensa utilização dos recursos naturais para atividades econômicas, como agricultura, turismo e geração de energia. Nesse contexto, observa-se que os desafios ambientais ultrapassam limites municipais, assumindo caráter regional e demandando políticas públicas integradas e ações cooperativas entre os entes locais.

Outro aspecto relevante refere-se à elevada incidência do ODS 17, relacionado às parcerias e aos meios de implementação. A recorrência desse objetivo evidencia limitações institucionais e dificuldades na articulação entre os municípios, governos e demais atores sociais para implementação efetiva das metas da Agenda 2030. Tal resultado sugere que, embora existam recursos financeiros relevantes em parte da região, especialmente decorrentes dos *royalties* da Itaipu, ainda persistem obstáculos relacionados à capacidade administrativa, ao planejamento e à governança pública.

Além dos objetivos mais recorrentes, alguns ODS apresentaram incidência mais localizada, revelando desigualdades específicas entre os municípios analisados. O ODS 5 (Igualdade de gênero), o ODS 6 (Água potável e saneamento), o ODS 8 (Trabalho decente

e crescimento econômico), o ODS 10 (Redução das desigualdades), o ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) e o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) apareceram em determinados municípios, indicando fragilidades particulares relacionadas às condições socioeconômicas, institucionais e de acesso a serviços públicos. O município de São José das Palmeiras destacou-se por apresentar o maior número de fragilidades simultaneamente, abrangendo 12 ODS, o que evidencia um cenário de maior vulnerabilidade em diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, municípios como Entre Rios do Oeste, Missal e Mercedes apresentaram menor incidência relativa de fragilidades, embora ainda compartilhem desafios comuns relacionados aos ODS mais recorrentes.

A Tabela 4 a seguir, resume os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que concentram maior incidência de avaliações baixas ou muito baixas em cada Município analisado.

Tabela 04 – ODS com maior incidência de baixo e muito baixo

Cidade	ODS com maiores fragilidades
Diamante D'Oeste	1, 2, 8, 9, 14, 15, 16, 17
Entre Rios do Oeste	1, 6, 9, 14, 15, 17
Foz do Iguaçu	2, 5, 9, 10, 11, 15, 16, 17
Guáira	1, 2, 8, 9, 15, 16, 17
Itaipulândia	1, 9, 10, 14, 15, 17
Marechal Cândido Rondon	1, 2, 5, 9, 10, 14, 15, 17
Medianeira	1, 2, 5, 9, 14, 15, 16, 17
Mercedes	1, 2, 9, 14, 15, 17
Missal	1, 6, 9, 14, 15, 17
Mundo Novo (MS)	2, 5, 8, 9, 14, 16, 17
Pato Bragado	1, 2, 5, 9, 10, 14, 15, 17
Santa Helena	1, 2, 5, 9, 10, 15, 16, 17
Santa Terezinha de Itaipu	1, 2, 8, 9, 14, 15, 16, 17
São José das Palmeiras	1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17
São Miguel do Iguaçu	1, 2, 9, 15, 16, 17
Terra Roxa	1, 2, 9, 14, 15, 17

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2026).

A partir da recorrência dos ODS identificados na Tabela 4, foi possível verificar, ainda, os indicadores com maiores fragilidades e a reincidência nos municípios, conforme

é possível verificar na Tabela 5 abaixo.

Tabela 05 – Indicadores com maiores fragilidades e ocorrência nos Municípios

ODS	Indicadores	Municípios
ODS 1	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais;	Todos os municípios analisados
	Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	Todos os municípios analisados
ODS 2	Desnutrição infantil; ;	Diamante D'Oeste; Foz do Iguaçu; Marechal Cândido Rondon; Mundo Novo; Santa Terezinha de Itaipu
	Baixo peso ao nascer	Guaíra; Mundo Novo; São José das Palmeiras
ODS 3	Cobertura vacinal; ;	Todos os municípios analisados
	Mortalidade por suicídio	Guaíra; Santa Helena; Medianeira; Itaipulândia; Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu
	Incidência de dengue	Todos os municípios analisados
ODS 4	Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública	Todos os municípios analisados
ODS 5	Presença de vereadoras na Câmara Municipal	Todos os municípios analisados
ODS 6	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado;	Pato Bragado; Terra Roxa; São José das Palmeiras; Entre Rios do Oeste; Medianeira; Missal; Mundo Novo; São Miguel do Iguaçu; Santa Helena
	População atendida com esgotamento sanitário	Itaipulândia; Terra Roxa; Marechal Cândido Rondon; Medianeira; Santa Helena. São Miguel do Iguaçu
ODS 8	Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade	Todos os municípios analisados
ODS 9	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante	Todos os municípios analisados
ODS 10	Percentual de vereadores eleitos pretos, pardos e indígenas	Todos os municípios analisados
ODS 11	Mortes no trânsito;	São José das Palmeiras; Diamante D'Oeste; Entre Rios do Oeste; Marechal Cândido Rondon; Guaíra; Mundo Novo; Missal; Santa Helena; Foz do Iguaçu; Santa Terezinha de Itaipu; Mercedes; São Miguel do Iguaçu
	População residente em favelas e comunidades urbanas	Foz do Iguaçu; Marechal Cândido Rondon; Mercedes; Pato Bragado; Entre Rios do Oeste
ODS 13	Emissões de CO ₂ e per capita	Todos os municípios analisados
ODS 15	Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante;	Todos os municípios analisados

	Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	Todos os municípios analisados
ODS 16	Homicídio juvenil masculino	Santa Helena; Santa Terezinha de Itaipu; São José das Palmeiras; Foz do Iguaçu; Guaíra; Mundo Novo; Itaipulândia; São Miguel do Iguaçu; Diamante D'Oeste;
	Taxa de homicídio	Santa Helena; Santa Terezinha de Itaipu; Medianeira; São José das Palmeiras; Foz do Iguaçu; Guaíra; Marechal Cândido Rondon; Itaipulândia; São Miguel do Iguaçu; Diamante D'Oeste; Pato Bragado e Itaipulândia
	Mortes por armas de fogo	Santa Helena; Medianeira; Santa Terezinha de Itaipu; Foz do Iguaçu; Marechal Cândido Rondon; São José das Palmeiras; Pato Bragado; Guaíra; Mundo Novo; Diamante D'Oeste; São Miguel do Iguaçu
ODS 17	Parcerias e meios de implementação	Todos os municípios analisados

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2026).

De forma geral, a análise comparativa dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu evidencia que as fragilidades no desempenho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não se distribuem de maneira aleatória, mas concentram-se em um conjunto recorrente de ODS e indicadores, independentemente do porte populacional ou do porte econômico. Os resultados demonstram que desafios associados à erradicação da pobreza, à infraestrutura urbana, à sustentabilidade ambiental, à qualidade dos serviços públicos essenciais, à redução das desigualdades e à capacidade institucional persistem de forma transversal, revelando limitações estruturais na implementação da Agenda 2030 em nível local.

A recorrência de indicadores críticos, especialmente nos ODS 1, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 13, 15, 17, indica que a disponibilidade de recursos financeiros, maior população ou a posição no *ranking* nacional, por si só, não garantem melhores resultados em desenvolvimento sustentável, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas, planejamento de longo prazo e fortalecimento da governança local para a efetiva internalização dos ODS nos municípios analisados.

Portanto, conforme discutido no Capítulo 2, a sustentabilidade constitui o princípio orientador capaz de conferir sentido integrativo ao desenvolvimento, os dados demonstram que tal integração ainda enfrenta obstáculos estruturais nos municípios analisados. Assim, a análise evidencia que a evolução normativa e conceitual da proteção ambiental, da gestão racional dos recursos à constitucionalização do direito ao meio ambiente ecologicamente

equilibrado, ainda demanda efetiva concretização no âmbito municipal, especialmente por meio de políticas públicas integradas que articulem dimensões sociais, econômicas e ambientais de forma indissociável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar o nível de sustentabilidade dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu, a partir da análise do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), buscando verificar o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e identificar as principais fragilidades no cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030. Nesse sentido, a pesquisa partiu da seguinte questão central: qual é o nível de sustentabilidade dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu e quais são as principais fragilidades no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? A partir dos procedimentos metodológicos adotados e da análise dos dados disponíveis, é possível afirmar que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que o estudo permitiu avaliar comparativamente o desempenho dos municípios analisados, evidenciando diferenças significativas quanto ao atendimento dos objetivos e metas.

O presente estudo possibilitou a realização de uma análise descritiva dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR), permitindo compreender a estrutura das variáveis associadas ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ademais, tornou-se possível analisar a sustentabilidade dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu no período compreendido entre 2015 e 2024, a partir dos indicadores vinculados aos ODS, evidenciando padrões de desempenho e recorrências entre as diferentes localidades. Outrossim, a pesquisa permitiu identificar os indicadores com maiores fragilidades que impactam na consolidação do desenvolvimento sustentável no contexto municipal analisado.

Os resultados obtidos demonstram a existência de desigualdades relevantes no desempenho sustentável entre os municípios lindeiros ao lago de Itaipu. A análise dos indicadores que compõem o IDSC-BR evidenciou variações expressivas entre as cidades, tanto no índice geral quanto nos diferentes eixos avaliados, indicando que, embora alguns municípios apresentem melhores níveis de desempenho, outros enfrentam fragilidades persistentes no cumprimento dos ODS. O *ranking* elaborado a partir dos dados analisados possibilitou visualizar essas assimetrias de forma sistematizada, reforçando a compreensão de que o desenvolvimento sustentável na região ocorre de maneira heterogênea, mesmo entre municípios que compartilham características territoriais, populacionais e institucionais

semelhantes.

Nesse sentido, foi possível constatar que a existência de maior Produto Interno Bruto (PIB), maior contingente populacional e maior volume de repasses de *royalties* provenientes da Usina Hidrelétrica de Itaipu não se converte, de forma automática ou proporcional, em melhores resultados no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. A análise evidenciou que as fragilidades identificadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável revelam-se persistentes e amplamente disseminadas entre os municípios analisados, manifestando-se tanto em localidades de pequeno porte quanto naquelas com maior população e capacidade econômica. Conforme demonstrado na Tabela 04, observa-se a repetição de insuficiências em determinados ODS, independentemente das diferenças estruturais entre as localidades, o que revela que a disponibilidade de recursos financeiros ou a dimensão territorial e demográfica, por si sós, não asseguram a efetiva internalização da Agenda 2030, o que reforça a necessidade de uma gestão voltada às políticas públicas, a fim de consolidação do desenvolvimento sustentável no âmbito municipal.

No que se refere às contribuições da pesquisa, no âmbito acadêmico, o estudo contribui para o debate sobre desenvolvimento sustentável em nível municipal, ao aplicar um índice consolidado e alinhado à Agenda 2030 em um recorte regional específico, ainda pouco explorado. Do ponto de vista prático, os resultados oferecem subsídios relevantes para gestores públicos, ao indicar áreas que demandam maior atenção na formulação e no aprimoramento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Sob a perspectiva social, a pesquisa favorece o fortalecimento do controle social e dá transparência, ao tornar mais acessível uma análise sistematizada sobre o desempenho dos municípios em relação aos ODS, contribuindo para o debate público qualificado acerca do desenvolvimento sustentável local.

Todavia, como toda pesquisa, este estudo apresenta limitações que devem ser reconhecidas. Entre elas, destaca-se a dependência de dados secundários provenientes de bases públicas, oficiais e não oficiais, o que pode implicar restrições quanto à atualização, à disponibilidade e à padronização das informações utilizadas. Além disso, a análise concentrou-se nos indicadores que compõem o IDSC-BR, não contemplando outras dimensões qualitativas que poderiam aprofundar a compreensão dos processos locais de implementação das políticas públicas. Tais limitações, contudo, não invalidam os resultados alcançados, mas indicam a necessidade de cautela na interpretação e generalização das

conclusões.

Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras possam aprofundar a análise do desenvolvimento sustentável nos municípios lindeiros ao lago de Itaipu a partir de abordagens complementares, como estudos qualitativos, entrevistas com gestores públicos ou análises setoriais específicas, especialmente nas áreas que apresentaram maiores fragilidades. Também se recomenda a ampliação do recorte temporal e a comparação com outras regiões, de modo a verificar se padrões semelhantes de desempenho sustentável se reproduzem em diferentes contextos territoriais.

Por fim, conclui-se que a presente dissertação reafirma a importância dos indicadores como instrumentos fundamentais para a avaliação das políticas públicas e para o acompanhamento do desenvolvimento sustentável em nível local. Ao analisar de forma integrada os municípios lindeiros ao lago de Itaipu, o estudo contribui para o fortalecimento do debate acadêmico e institucional sobre sustentabilidade, evidenciando que a efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável depende não apenas da disponibilidade de recursos, mas também da capacidade de planejamento, gestão e articulação entre os entes municipais, reforçando o papel estratégico das políticas públicas na promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

REFERÊNCIAS

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Painel de Dados Integrados das distribuições de CPMF e Royalties das usinas**. Disponível em: <<https://portalrelatorios.aneel.gov.br/Integrado>>. Acesso em: 29 dez. 2025.

BARRETTO FILHO, Henryo Trindade. **Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil**. p. 53-63 In: RICARDO, F. (org.) Terras Indígenas e Unidades de Conservação. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2004.

BIDARRA, Zelimar Soares; ROCHA, Flávio de Matos. Um estudo sobre o desenho institucional do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD). **Informe Gepec (Impresso)**, v. 16, p. 98-114, 2012.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é : o que não é**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

BOSELTMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade: Transformando direito e governança**. Tradução Philio Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº. 73.030 de 30/10/1973. Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0289.htm#:~:text=Cria%20o%20Instituto%20Brasileiro%20do%20Desenvolvimento%20Florestal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.285/1939 – Criação do CNAEE**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1285-18-maio-1939-349181-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 289 de 28/02/1967. Criação do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº. 12.651 de 25/05/1912. Código Florestal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº. 4.771 de 15/09/1965. Código Florestal**. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº. 5.197 de 03/01/1967. Lei de Proteção à Fauna.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5197.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.
CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU. **Relatório das atividades, avanços e conquistas do conselho de desenvolvimento dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu binacional.** Santa Helena, 2023. Disponível em: < <https://www.lindeiros.org.br/arquivos/17/relatorio-programa-de-governanca-regional>>. Acesso em: 11 mai. 2026.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro.** 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FREITAS, Juarez; GARCIA, Júlio César. Evolução conceitual do princípio da sustentabilidade. **Rivista Quadrimestrale Di Diritto Dell’ambiente.** n. 3, p. 99-118, mar. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/TI/Downloads/RQDA-n3-2016-3_J-Freitas-J-C-Garcia_Evolucao-conceitual-do-principio-sustentabilidade.pdf>. Acesso em 20 mai. 2025.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloise Siqueira. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável pela Organização das Nações Unidas. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS,** Porto Alegre, n. 35, vol. esp., p. 192-206, dez. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/TI/Downloads/alfredo,+10+Alcances+dos+objetivos+de+desenvolvimento+[CAPA].pdf>. Acesso em: 04 jun. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca IBGE – Diamante D’Oeste.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34076&view=detalhes>>. Acesso em 28 dez. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca IBGE – Santa Helena.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34287&view=detalhes>>. Acesso em 08 jan. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca IBGE – São José das Palmeiras.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34287&view=detalhes>>. Acesso em 08 jan. 2026.

catalogo.html?id=34313&view=detalhes>. Acesso em 12 jan. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca IBGE – São Miguel do Iguaçu**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34316&view=detalhes>>. Acesso em 13 jan. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasileiro de 2022**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em 22 abr. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>>. Acesso em 11 jun. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno dos Municípios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>>. Acesso em 11 jun. 2025.

IDSC-BR. **O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>>. Acesso em 23 de abr. 2025.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **PIB dos Municípios**. Disponível em: <<https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipios>>. Acesso em 31 jan. 2026.

ITAIPU. **Itaipu faz repasse de royalties**. 10/12/2024. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/noticias/energia/itaipu-faz-repasse-de-royalties>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

KLABIN, Israel. **Desenvolvimento Sustentável: um conceito vital e contraditório**. In: ZYLLBERSZTAJN, David. LINS, Clarissa (Org.). *Sustentabilidade e geração de valor: a transição para o século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KONCHINSKI, Vinicius. **Êxodo rural no Brasil é quase o dobro da média mundial e desafia sustentabilidade do campo e cidade**. Curitiba, 18 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/exodo-rural-no-brasil-e-quase-o-dobro-da-media-mundial-e-desafia-sustentabilidade-do-campo-e-cidade/>>. Acesso em 22 abr. 2025.

MEDEIROS, Rodrigo. *Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. Ambiente e Sociedade*. Vol. IX nº 1 jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/C4CWbLFTKrTPGzcN68d6N5v/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *Crescimento econômico e sustentabilidade. Sociedade & Natureza*. Uberlândia, 19(1): 81-89, jun. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sn/a/vmH7ZTXFppRP9p9htJqD9rn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em:

09 jun. 2025.

MORENO, Derliz Hong Hung; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Do Estado Novo ao governo de João Goulart: incidência do nacional-desenvolvimentismo sobre o meio ambiente.

Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento (RBDP), v. 11, n.04, p. 872-891, dez. 2022. ISSN: 2317-2363.

OLIVEIRA, F. M. G., & SILVA NETO, M. L. (2020). Do direito à cidade ao direito dos lugares. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 12, e20190180. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190180>>. Acesso em 22 abr. 2025.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.

Revista da FAE. Curitiba. v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de. *et al.* Plano Diretor Participativo do Município de Petrolina e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): um diálogo necessário para o desenvolvimento territorial sustentável. **Redes**. Santa Cruz do Sul. v. 28, n. 1, 31 out. 2023. Disponível em:

<<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/18421>>. Acesso em: 04 jun. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **A ONU e o Meio Ambiente**. 16 set. 2020.

Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20Segunda%20Guerra%20Mundial,agr%C3%ADcola%20de%20pesticidas%20qu%C3%ADmicos%20sint%C3%A9ticos>>. Acesso em 18 abr. 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 15 set. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em 03 jun. 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano – Estocolmo, 5-16 de junho de 1972**. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/33/2016/09/Declaracao-de-Estocolmo-5-16-de-junho-de-1972-Declaracao-da-Conferencia-da-ONU-no-Ambiente-Humano.pdf>>. Acesso em 27 mai. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Nova Agenda Urbana**. Habitat III. Quito, Equador. 17-20 out. 2016. Disponível em: < <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 22 set. 2010. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-mil%C3%AAnio>>. Acesso em 06 jun. 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. **PNUD explica transição dos Objetivos do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 08 dez. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/71657-pnud-explica-transi%C3%A7%C3%A3o-dos-objetivos-do-mil%C3%AAnio-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em 04 jun. 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em 18 abr. 2025.

ONU-HABITAT: **População mundial será de 68% urbana até 2050.** 01 jul. 2022. Organização das Nações Unidas, 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-ser%C3%A1-68-urbana-at%C3%A9-2050>>. Acesso em 22 abr. 2025.

PARANÁ. **Lei nº 9.301/1990 – Criação do Município de Entre Rios do Oeste.** Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-9301-1990-parana-cria-o-municipio-de-entre-rios-do-oeste-com-territorio-desmembrado-do-municipio-de-marechal-candido-rondon>>. Acesso em: 29 dez. 2025.

PINTOR, Eduardo de; PINTOR, Geisiane Michelle Zanquetta de; OLIVEIRA, Gilson Batista de; STADUTO, Jefferson Andronio R. Repensando a classificação do espaço rural do Centro-Oeste brasileiro. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, p. 208-223, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA. **História da CMG.** Disponível em: <<https://www.guaira.pr.leg.br/institucional/historia>>. Acesso em 30 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA. **História Município de Itaipulândia.** 27/04/2024. Disponível em: <<https://www.itaipulandia.pr.gov.br/pagina-site-submenu/33>>. Acesso em 30 dez. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Um pouco da história.** Disponível em: <<https://marechalcandidorondon.atende.net/cidadao/pagina/um-pouco-da-historia>>. Acesso em 04 jan. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA. **Histórico.** Disponível em: <<https://www.medianeira.pr.gov.br/?historico>>. Acesso em: 05 jan. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES. **História do Município de Mercedes.** Disponível em: <<https://www.camarademercedes.pr.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&idmenu=214>>. Acesso em 06 jan. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL. **O município.** 02/08/2016. Disponível em: <<https://www.missal.pr.gov.br/municipio/historia>>. Acesso em 06 jan. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO. **História de Novo Mundo.** Disponível em: <<https://www.camaramundonovo.ms.gov.br/portal/servicos/1019/historia-de-mundo-novo/>>. Acesso em: 07 jan. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO. **História de Pato Bragado.** Disponível em: <<https://patobragado.atende.net/cidadao/pagina/historia-de-pato-bragado>>. Acesso em 07 jan. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU. **História**. Disponível em: <<https://www.stitaipu.pr.gov.br/cidade/historia.html>>. Acesso em 11 jan. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.terraroxa.pr.gov.br/cidadao/pagina/historia-de-terra-roxa>>. Acesso em: 14 jan. 2026.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública - Análise e Avaliações; Governança e Redes de Políticas; Administração Judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Clarice Carneiro da Silva. **Reparo Socioambiental a partir de Políticas Públicas Ecológicas**. In: LIMA, Raphael Leal R. Direito Ambiental: pesquisas, reflexões e proposições / Raphael Leal R. Lima (organizador) – Salvador: Mente Aberta, 2022.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. Getúlio Vargas e o Código de Águas na “reconstrução” do Brasil, 1930-1945: para além da energia e aquém da salubridade. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 32, e2025001, 2025. eISSN 1678-4758.

SARLET, Ingo Wolfgang; FERNSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ecológico: Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção da Natureza**. 7. ed. rev., atul. e ampl. - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

SEN. Amartya K. **Por que é necessário preservar a cojura-pintada**. Folha de São Paulo. 14 mar. 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1403200401.htm#:~:text=Danificar%20a%20camada%20de%20oz%C3%B4nio,devasta%C3%A7%C3%B5es%20se%20tornaram%20processos%20rotineiros.>> Acesso em 16 jan. 2026.

SOUZA, Bernardino José. **O pau-brasil na história nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SOUZA, Maria Cláudia s. Antunes de; GARCIA, Rafaela Schmitt. **Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Desdobramentos e desafios pós relatório Brundtland**. In: Sustentabilidade, meio ambiente e sociedade: reflexões e perspectivas, volume II. 1 ed. Florianópolis/SC: Empório do Direito, 2016.

VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente & desenvolvimento / José Eli da Veiga**. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

VEIGA. José Eli da. **A insustentável utopia do desenvolvimento**. In: LAVINAS, Lena, Liana M.F. Carleial, Maria Regina Nabuco (orgs) Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil, São Paulo: ANPUR-HUCITEC, 1993, pp.149-169.

VEIGA. José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: alternativas e impasses**. In:

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo, Org. Organizações sustentáveis: utopias e inovações. / Organização de Tânia Margarete Mezzomo Keinert. – São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

VEIGA. José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. 3 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

ZONATTO, D.; BUENO, R. E.; JOUCOSKI, E. Objetivos de desenvolvimento sustentável ligados ao saneamento básico e a mortalidade infantil no litoral paranaense e na mesorregião metropolitana de Curitiba. **Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 59–83, 2025. DOI: 10.5380/guaju.v11i.96691. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/96691>. Acesso em: 27 fev. 2026.

ANEXO I

Metodologia do IDSC-BR

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR) faz parte de uma série de relatórios produzidos pela Sustainable Development Solutions Network (SDSN) para acompanhar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos países membros da ONU, como o Brasil.

O índice tem como objetivo estabelecer os ODS como ferramenta útil e efetiva para a gestão pública e a ação política nos municípios brasileiros. O monitoramento de indicadores permite guiar as prioridades dos governos locais de acordo com os desafios identificados a partir da análise de dados.

O presente trabalho também tem o objetivo de comunicar e apresentar um conjunto de informações técnicas de maneira simples e compreensível, de modo que os gestores públicos possam se apropriar da metodologia utilizada para a criação do índice, bem como da concepção e aplicação desta ferramenta. Os resultados estão apresentados de maneira em que são destacados os maiores desafios enfrentados pelos municípios brasileiros, o que permite avaliar o desempenho de serviços e políticas públicas implementados pela gestão municipal – além de atribuir maior responsabilidade aos governos locais.

Esta ferramenta também procura consolidar o conjunto de dados e estatísticas relacionados aos ODS. A metodologia aponta os dados faltantes para incitar os órgãos técnicos e gestores públicos a preencher as lacunas e a produzir e integrar novas bases de dados.

Finalmente, outro princípio que motiva este projeto é a necessidade de adaptar o painel de monitoramento dos objetivos e metas estipulados pela ONU ao contexto local. Os ODS são um quadro global para transformar sociedades, mas os desafios diferem segundo a região. Ademais, a ação e a incidência política do poder público municipal são diferentes daquelas adotadas nos governos estaduais e federais. Para melhor atender o contexto local, o IDSC-BR utiliza um conjunto de indicadores especialmente adaptado para as prioridades das cidades brasileiras. Esta avaliação tem a vantagem de aproveitar dados locais, produzidos no país, que normalmente não podem ser utilizados em avaliações internacionais.

A metodologia desenvolvida pela SDSN é aplicada sistematicamente nos seus relatórios, inclusive neste trabalho. Depois de passar pela revisão dos pares, também foi auditada pelo corpo científico da Comissão Europeia, o Centro Comum de Pesquisa (JRC, na sigla em inglês).

CrITÉRIOS de seleção das cidades e das bases de dados

O IDSC-BR apresenta uma avaliação abrangente da distância para se atingir as metas dos objetivos ODS nos 5.570 municípios brasileiros, usando os dados mais atualizados (tipicamente entre 2010 e 2020) disponíveis em nível nacional. Esta avaliação faz uso de 100 indicadores de fontes públicas e oficiais nacionais, com duas exceções (veja no item *Seleção de Indicadores*).

A pontuação do IDSC-BR é atribuída no intervalo entre 0 e 100 e pode ser interpretada como a porcentagem do desempenho ótimo. A diferença entre a pontuação obtida e 100 é, portanto, a distância em pontos percentuais que uma cidade precisa superar para atingir o desempenho ótimo. O mesmo conjunto de indicadores foi aplicado a todos os municípios para gerar pontuações e classificações comparáveis. Diferenças entre a posição de cidades na classificação final podem ocorrer por causa de pequenas distâncias na pontuação do IDSC (leia mais no item *Método para construir o IDSC-BR*).

Os Painéis ODS fornecem uma representação visual do desempenho de cada cidade nos 17 ODS. O sistema de classificação por cores adotado (verde, amarelo, laranja e vermelho) indica em que medida um município está longe de atingir o objetivo. Quanto mais próximo do vermelho, mais distante de atingir o objetivo estará o município.

Limitações e lacunas de dados

Esta avaliação faz uso de 100 indicadores para acompanhar o desempenho municipal nos 17 ODS. Contudo, não foi possível cobrir todas as dimensões dos objetivos desejadas por causa da falta de dados nas fontes públicas oficiais. As principais lacunas se encontram listadas na tabela abaixo. Será essencial que se invista mais nos sistemas de estatística administrativos para garantir a disponibilidade de dados-chave para monitorar os ODS. Outra limitação no índice é o ano de referência para alguns indicadores. Por falta de atualização, alguns dados apresentados são relativamente antigos. Isso realça a necessidade de investir em dados recentes e regularmente atualizados.

Tabela 1 | Lacunas de dados

ODS	Medida
2	Pesticidas perigosas
2	Eficiência na utilização dos recursos (Nitrogênio, Água)
3	Acessibilidade de serviços de saúde
4	Desenvolvimento na primeira infância
6	Qualidade da água potável
7	Consumo de energia renovável
8	Proteção de direitos trabalhistas
9	Qualidade das infraestruturas
9	Produção de investigação
9	Empregados no setor de pesquisa
9	Patentes e outras medidas de inovação
10	Desigualdade da riqueza
10	Mobilidade social
11	Poluição atmosférica
12	Taxas de reciclagem
12	Emissões de poluentes
13	Emissões de gases de efeito estufa
14	Sustentabilidade do setor da pesca

ODS	Medida
14	Medidas da biodiversidade oceânica
15	Medidas da biodiversidade terrestre
16	Acesso à justiça
16	Prevalência da corrupção
16	População que se sente em segurança no seu bairro
17	Transparência financeira

Seleção de indicadores

Quando possível, utilizam-se os dados oficiais, identificados pelo Grupo Interinstitucional e de Especialistas sobre os Indicadores dos ODS (IAEG-SDG). Os indicadores são provenientes de diversas fontes nacionais, como por exemplo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Dados não-oficiais foram utilizados em apenas duas situações: o indicador de emissões baseou-se no Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG Municípios); e o percentual desflorestado do município foi calculado com base nas informações disponíveis do MapBiomas, ambas iniciativas da organização não-governamental Observatório do Clima, em conjunto com uma rede colaborativa que envolve outras instituições.

Os seguintes critérios guiaram a seleção de indicadores.

- Seleção limitada a cem indicadores: Para medir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é preciso considerar um amplo conjunto de indicadores. Cada objetivo cobre várias dimensões, portanto um indicador por ODS não é suficiente para se fazer uma avaliação apropriada da situação da cidade naquele aspecto específico. Ao mesmo tempo, cobrir cada uma das 169 metas dos ODS exigiria muitos indicadores, o que poderia gerar variações excessivas e ruídos extrínsecos nos dados. Esse excesso de informação torna inviáveis as conclusões dos dados e dificulta a comunicação dos resultados. Portanto, nas suas ferramentas de monitoramento ODS, a SDSN limita o número de indicadores a aproximadamente 100.
- Dados atualizados que permitam um monitoramento constante: É essencial que os dados sejam recentes e atualizados para serem úteis. O monitoramento ODS deve avaliar o desempenho com uma periodicidade anual para se alinhar com os processos de planejamento e orçamento municipais.
- Validade estatística: Os indicadores têm que ser alinhados com as normas internacionais e melhores práticas para facilitar a análise comparativa. Sempre que possível, indicadores devem ser consistentes com os sistemas de contas nacionais, sistemas de contabilidade ambiental e outras formas de informações baseadas em sistemas públicos oficiais e acessíveis ao cidadão.
- Cobertura de dados: Um indicador deve dispor de dados para a maioria das observações. A SDSN mantém um limiar mínimo de 80% das observações para considerar um indicador, ou seja, cada indicador deve conter dados em 80% das cidades. Uma cobertura ampla evita o viés de dados ausentes.

- Indicadores simples com implicações para políticas públicas: Os indicadores devem ser simples e fáceis de interpretar e comunicar, e devem ter implicações claras para as políticas públicas. Evitam-se os indicadores que não têm relação com os processos de política pública.
- Indicadores normativos: Os indicadores precisam ter uma direção determinada, ou seja, estabelecerem parâmetros que permitam interpretar o resultado como “bom” ou “ruim”, como ascendente ou descendente. Desse modo, possibilitam identificar a distância do município para atingir as metas ODS. Portanto, é importante evitar indicadores descritivos (qualitativos) para os quais não é possível estabelecer um valor-alvo. É preferível acompanhar os resultados e não os meios (por exemplo, a presença ou não de políticas públicas).

Tabela 2 | Indicadores incluídos no IDSC-BR

ODS	Indicador
1	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais (%)
1	Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família (%)
1	Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família (%)
1	Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo (%)
2	Obesidade infantil (%)
2	Baixo peso ao nascer (%)
2	Desnutrição infantil (%)
2	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF (%)
2	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica (%)
3	Cobertura vacinal (%)
3	Mortalidade por suicídio (100 mil habitantes)
3	Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) (mil nascidas vivas)
3	Mortalidade materna (mil nascidos vivos)
3	Mortalidade na infância (mil nascidas vivas)
3	Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias) (mil nascidas vivas)
3	Mortalidade por Aids (100 mil habitantes)
3	Incidência de dengue (100 mil habitantes)
3	Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis (100 mil habitantes)

ODS	Indicador
3	Orçamento municipal para a saúde (Reais per capita)
3	População atendida por equipes de saúde da família (%)
3	Detecção de hepatite (100 mil habitantes)
3	Pré-natal insuficiente (%)
3	Unidades Básicas de Saúde (mil habitantes)
3	Idade média ao morrer (Anos)
3	Gravidez na adolescência (%)
3	Incidência de tuberculose (100 mil habitantes)
4	Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública (%)
4	Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches (%)
4	Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência (%)
4	Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado (mil matrículas)
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais (IN)
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais (IN)
4	Jovens entre 18 e 19 anos de idade com ensino médio concluído (%)
4	Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública (%)
4	Professores com formação em nível superior - Ensino Fundamental - rede pública (%)
4	Razão entre o número de matrículas e professores na pré-escola (Taxa)
4	Razão entre o número de matrículas e professores no ensino fundamental (Taxa)
4	Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - rede pública (Taxa)
4	Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (%)

ODS	Indicador
4	Centros culturais, casas e espaços de cultura (100 mil habitantes)
4	Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola (%)
5	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)
5	Presença de vereadoras na Câmara Municipal (%)
5	Desigualdade de salário por sexo (Razão)
5	Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham (Pontos percentuais)
5	Taxa de feminicídio (100 mil mulheres)
6	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (100 mil habitantes)
6	Perda de água tratada na distribuição (IN)
6	População atendida com esgotamento sanitário (%)
6	Índice de tratamento de esgoto (%)
6	População total atendida com abastecimento de água (%)
7	Domicílios com acesso à energia elétrica (%)
7	Vulnerabilidade Energética (IN)
8	População ocupada entre 10 e 17 anos (%)
8	PIB per capita (R\$ per capita)
8	Desemprego (Taxa)
8	Desemprego de jovens (Taxa)
8	Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)
8	Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade (%)
9	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante (R\$ per capita)
9	Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia (%)
10	Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres (%)
10	Coeficiente de Gini (IN)

ODS	Indicador
10	Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA (Diferença (entre taxas) (por 1.000 nascidos vivos))
10	Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA (Diferença (entre taxas) (%))
10	Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B (Diferença (em anos))
10	Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B (Diferença (em anos))
10	Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA (Diferença (entre taxas) (por 100 mil indivíduos))
10	Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA (Diferença (entre taxas) (por 100 mil indivíduos))
10	Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA (Diferença (entre taxas) (por 100 mil indivíduos))
10	Razão do rendimento médio real (Razão (R\$))
10	Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde (%)
10	Violência contra a população LGBTQIA+ (100 mil habitantes)
10	Percentual de vereadores eleitos PPI (%)
11	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora (%)
11	Mortes no trânsito (100 mil habitantes)
11	População residente em favelas e comunidades urbanas (%)
11	Domicílios em favelas e comunidades urbanas (%)
11	Equipamentos esportivos municipais (100 mil habitantes)
11	Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas (%)
12	Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita (kg/dia/habitante)
12	Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente (%)
12	População atendida com coleta seletiva (%)
13	Emissões de CO ₂ e per capita (ton de CO ₂ e per capita)

ODS	Indicador
13	Concentração de focos de queimadas (mil focos)
13	Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais (%)
13	Proporção de domicílios em áreas de risco
13	Percentual do município desflorestado (%)
14	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos (%)
15	Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante (Ha/hab)
15	Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável (%)
15	Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental (%)
16	Grau de estruturação das políticas de transparência (%)
16	Homicídio juvenil masculino (100 mil habitantes)
16	Taxa de homicídio (100 mil habitantes)
16	Mortes por armas de fogo (100 mil habitantes)
16	Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção (%)
16	Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos (%)
17	Investimento público (R\$ per capita)
17	Total de receitas municipais arrecadadas (%)

Método para construir o IDSC-BR

O método para construir o IDSC-BR consiste em três etapas. Primeiro, corrigem-se os valores atípicos, ou *outliers*, no extremo baixo da distribuição. Em segundo lugar, reescalam-se os dados para garantir a comparabilidade entre os indicadores, utilizando os valores-alvo de desempenho (*leia mais abaixo, no item D*). Em terceiro lugar, agregam-se os indicadores dentro de cada ODS e, finalmente, os objetivos para calcular a pontuação do IDSC-BR.

Normalização

Para que os indicadores sejam comparáveis, cada variável foi reescalada de 0 a 100, em que 0 indica o pior desempenho e 100, o desempenho ótimo. O processo de reescalar dados é geralmente muito sensível aos limites de normalização e valores atípicos dos extremos da distribuição. Os *outliers* podem influenciar de modo inadequado a normalização dos dados e, por isso, precisam ser

excluídos. Assim, a escolha de limites pode afetar a classificação relativa dos municípios no índice. O limite superior (valor-alvo) foi determinado de acordo com os seguintes critérios:

- A. Usar os limiares quantitativos absolutos descritos nos ODS e nas metas (por exemplo, igualdade de gênero, pobreza zero, acesso universal à água e ao saneamento).
- B. Quando não existe uma meta clara, estabelecer o limite superior para acesso universal ou privação zero para os indicadores seguintes:
 - 1. Medidas de pobreza extrema. Por exemplo: Prevalência da desnutrição em crianças (%): Limite superior = 0
 - 2. Cobertura de serviços públicos. Por exemplo: Demanda de planejamento familiar satisfeita por métodos modernos (%): Limite superior = 100
 - 3. Acesso à infraestrutura básica. Por exemplo: Acesso à água potável (%): Limite superior = 100
- C. Quando existem metas baseadas em estudos científicos, usá-las para o limite superior. Por exemplo: Emissões de CO2 do setor energético; limite superior = 0
- D. Para os outros indicadores, usar a média dos municípios com o melhor desempenho. Neste caso, foi utilizada a média dos cinco melhores municípios. Quando pertinente, foram excluídos os *outliers* para calcular esta média.

Estes critérios estabelecem os valores-alvo para os indicadores dos ODS como ambiciosos e enfatizam aqueles em que os municípios estão longe da meta. Os dados foram ajustados para que todos aqueles valores que superaram o valor-alvo recebessem uma pontuação de 100, e valores abaixo do limite inferior, uma pontuação de 0.

Para reduzir o efeito dos *outliers*, que podem distorcer os resultados de um índice composto, o JRC aconselha ajustar os dados ao percentil 2,5 como valor mínimo de normalização, contanto que não inclua valores que fazem parte da distribuição normal. Em algumas situações, o percentil 2,5 pode conter *outliers* e valores que fazem parte da distribuição normal dos dados. Quando foram identificados *outliers* explícitos, escolheu-se um valor intermediário entre o *outlier* e a distribuição normal.

Uma vez estabelecidos os limites superiores e inferiores, as variáveis entre 0 e 100 foram reescaladas usando a fórmula min-max abaixo:

Figura 1 | Fórmula

$$x' = \frac{x - \min(x)}{\max(x) - \min(x)} * 100$$

Na equação, x é o valor bruto; $\min$ & $\max$ indicam os limites inferiores e superiores respectivamente; e x' é o valor normalizado.

A normalização garantiu que todas as variáveis reescaladas fossem expressas como ascendentes (ou seja, os valores mais altos denotam melhor desempenho) ou descendentes (quando o menor valor denota o melhor desempenho). Assim, os dados reescalados são fáceis de interpretar e comparar entre todos os indicadores. A interpretação dos valores normalizados pode ser feita da seguinte forma, por exemplo: um município que recebe uma pontuação de 50 em um indicador se encontra a meio caminho para atingir o valor ótimo.

Ponderação e agregação

Os 17 ODS foram ponderados igualmente, o que reflete o compromisso de lidar com os objetivos como um conjunto “integrado e indivisível”. Isso implica que, para melhorar a sua pontuação no índice, os municípios precisam prestar muita atenção em todos os objetivos.

Para computar o IDSC-BR, calculam-se pontuações para cada um dos 17 objetivos, usando a média aritmética de todos os indicadores daquele ODS. A média dessas pontuações produz o resultado expresso pelo índice.

Método para construir o painel ODS

Limites quantitativos adicionais foram introduzidos para cada indicador, a fim de agrupar os municípios em uma tabela do tipo “semáforo”. A agregação dos indicadores de um ODS resulta em uma avaliação geral para cada objetivo e cada município.

Limites para classificação final de cada indicador

Para avaliar o progresso dos municípios em um indicador, consideram-se quatro intervalos. O verde tem como limite superior o valor-alvo para cada indicador e, como limite inferior, o “limiar verde,” valor a partir do qual se considera que o município atingiu o cumprimento dos ODS. Três intervalos (amarelo, laranja e vermelho) denotam uma distância crescente do cumprimento do objetivo. O intervalo vermelho faz uso do mesmo limite inferior do IDSC-BR.

Foram estabelecidos limites usando técnicas estatísticas e com eventual apoio de especialistas. Os limites são expressos em valores absolutos e se aplicam a todos os municípios.

Tabela 3 | Limites quantitativos e valores-alvo

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
1	Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais (%)	96	87	64	48
1	Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família (%)	96,6	80,5	42,82	22,96
1	Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família (%)	0	1	5	10
1	Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo (%)	0,18	4,45	5,74	15,45
2	Obesidade infantil (%)	0	5	10	20
2	Baixo peso ao nascer (%)	0	6	11	13

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
2	Desnutrição infantil (%)	0	1	3	5
2	Produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF (%)	100	75	55	6
2	Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica (%)	20	7	2	0
3	Cobertura vacinal (%)	100	95	60	40
3	Mortalidade por suicídio (100 mil habitantes)	0	2,44	15,7	44,2
3	Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano) (mil nascidas vivas)	0	12	19	45
3	Mortalidade materna (mil nascidos vivos)	0	0,61	3,21	6,7
3	Mortalidade na infância (mil nascidas vivas)	0	25	37	50
3	Mortalidade neonatal (crianças de 0 a 27 dias) (mil nascidas vivas)	0	12	20	36
3	Mortalidade por Aids (100 mil habitantes)	0	6	15	19
3	Incidência de dengue (100 mil habitantes)	0	138,43	553,72	5386,65
3	Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis (100 mil habitantes)	21,7	236	518	700
3	Orçamento municipal para a saúde (Reais per capita)	4680	1300	476	395
3	População atendida por equipes de saúde da família (%)	100	86	60	0

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
3	Detecção de hepatite (100 mil habitantes)	0	10	40	70
3	Pré-natal insuficiente (%)	0	10	38	59
3	Unidades Básicas de Saúde (mil habitantes)	0,55	0,08	0,04	0
3	Idade média ao morrer (Anos)	75	70	65	55
3	Gravidez na adolescência (%)	0	9,98	23,46	30,81
3	Incidência de tuberculose (100 mil habitantes)	0	6	60	150
4	Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio, na rede pública (%)	100	95	75	20
4	Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches (%)	100	84	40	20
4	Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência (%)	100	60	10	0
4	Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado (mil matrículas)	3,69	1,32	0,25	0
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais (IN)	7,38	5,25	3,6	2,9
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos iniciais (IN)	8,98	6,65	4,67	3,8

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
4	Jovens entre 18 e 19 anos de idade com ensino médio concluído (%)	100	70	42	5
4	Professores com formação em nível superior - Educação Infantil - rede pública (%)	100	90	70	40
4	Professores com formação em nível superior - Ensino Fundamental - rede pública (%)	100	96	86	65
4	Razão entre o número de matrículas e professores na pré-escola (Taxa)	10	12	22	28
4	Razão entre o número de matrículas e professores no ensino fundamental (Taxa)	12	15	24	28
4	Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental - rede pública (Taxa)	0	12	30	48
4	Analfabetismo na população com 15 anos ou mais (%)	0	3	17	30
4	Centros culturais, casas e espaços de cultura (100 mil habitantes)	358,83	35,28	7,95	0
4	Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola (%)	100	95	87	82
5	Mulheres jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)	0,83	20,46	39,4	47,06
5	Presença de vereadoras na Câmara Municipal (%)	50	50	40	30
5	Desigualdade de salário por sexo (Razão)	1	0,9	0,6	0,5

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
5	Diferença percentual entre jovens mulheres e homens que não estudam e nem trabalham (Pontos percentuais)	0	1	13	25
5	Taxa de feminicídio (100 mil mulheres)	0	1	2	3
6	Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (100 mil habitantes)	0	136,21	367,43	967,12
6	Perda de água tratada na distribuição (IN)	0	12,1	39,99	72,96
6	População atendida com esgotamento sanitário (%)	100	70	50	0
6	Índice de tratamento de esgoto (%)	100	80	60	0
6	População total atendida com abastecimento de água (%)	100	85	53	0
7	Domicílios com acesso à energia elétrica (%)	100	99	90	80
7	Vulnerabilidade Energética (IN)	0,23	0,47	0,73	0,77
8	População ocupada entre 10 e 17 anos (%)	0	7,59	25,93	41,32
8	PIB per capita (R\$ per capita)	56000	38000	23000	7300
8	Desemprego (Taxa)	0	3	10,27	15,57
8	Desemprego de jovens (Taxa)	0	5,18	16,94	25,18
8	Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (%)	1,61	14,76	30,72	38,03

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
8	Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais de idade (%)	91,81	68,19	48,13	38,7
9	Investimento público em infraestrutura urbana por habitante (R\$ per capita)	4091,13	3382,49	630,68	111,58
9	Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia (%)	43,28	14,3	1,92	0
10	Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres (%)	20	10	7	1,5
10	Coeficiente de Gini (IN)	0,28	0,3	0,4	0,63
10	Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA (Diferença (entre taxas) (por 1.000 nascidos vivos))	0	2	5	10
10	Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA (Diferença (entre taxas) (%))	0	2	5	10
10	Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B (Diferença (em anos))	0	1	1,5	2
10	Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B (Diferença (em anos))	0	1	1,5	2

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
10	Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA (Diferença (entre taxas) (por 100 mil indivíduos))	0	1	2,5	5
10	Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA (Diferença (entre taxas) (por 100 mil indivíduos))	0	1	2,5	5
10	Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA (Diferença (entre taxas) (por 100 mil indivíduos))	0	1	2,5	5
10	Razão do rendimento médio real (Razão (R\$))	1	0,9	0,5	0,3
10	Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde (%)	0	2	30	100
10	Violência contra a população LGBTQIA+ (100 mil habitantes)	0	0,5	6	18
10	Percentual de vereadores eleitos PPI (%)	50	50	40	30
11	Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora (%)	0	5	15	35
11	Mortes no trânsito (100 mil habitantes)	0	6,8	29,08	72,86
11	População residente em favelas e comunidades urbanas (%)	0	0,8	5	22
11	Domicílios em favelas e comunidades urbanas (%)	0	1,04	5,55	13,12

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
11	Equipamentos esportivos municipais (100 mil habitantes)	142,51	28,66	6,61	0
11	Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas (%)	0	1	5	27
12	Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita (kg/dia/habitante)	1	1,5	2	3,2
12	Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente (%)	60,01	25,48	3,74	0
12	População atendida com coleta seletiva (%)	100	70	60	0
13	Emissões de CO ₂ e per capita (ton de CO ₂ e per capita)	0	2	4	20
13	Concentração de focos de queimadas (mil focos)	0	0,18	1,05	1,63
13	Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais (%)	100	80	20	0
13	Proporção de domicílios em áreas de risco	0	0,19	0,8	1
13	Percentual do município desflorestado (%)	0	0,05	0,5	1,5
14	Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos (%)	100	70	40	0
15	Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante (Ha/hab)	146,6	25,25	8,94	0,15
15	Unidades de conservação de proteção integral e uso	100	28,69	7,97	0

ODS	Indicador	Valor-alvo	Limiar verde	Limiar vermelho	Limite inferior
	sustentável (%)				
15	Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental (%)	100	80	20	0
16	Grau de estruturação das políticas de transparência (%)	100	80	20	0
16	Homicídio juvenil masculino (100 mil habitantes)	0	0,5	4	22
16	Taxa de homicídio (100 mil habitantes)	0	1,5	3	38
16	Mortes por armas de fogo (100 mil habitantes)	0	0,25	1	1,5
16	Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção (%)	100	80	20	0
16	Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos (%)	100	80	20	0
17	Investimento público (R\$ per capita)	2253,88	563,26	239,11	60,79
17	Total de receitas municipais arrecadadas (%)	51,35	19,73	3,9	1,19

ANEXO II
Diamante D'Oeste/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	73,67	66,51	67,9	59,46	59,28	62,19	60,78	61,91	51,01	48,85
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	48,89	40,62	37,75	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	38,36	38,87
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	4,91	3,96
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	5,86	1,73	5,56	4,4	2,54	8,7	8,04	3,82	5,86	4,38
Peso baixo ao nascer	7,04	12,5	9,21	10,94	13,64	10,2	13,21	10,91	11,59	(-)

Desnutrição Infantil	1,38	1,38	1,39	2,64	1,9	1,58	1,05	1,04	0	0,72
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	43,97	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	3,88	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	95,32	73,73	88,34	98,91	74,72	81,08	78,6	75,31	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	0	0	0	0	19,04	0	113,66	25,41	0	(-)
Mortalidade infantil (<1)	0	0	0	31,25	15,15	40,82	18,87	0	43,48	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	15,63	0	0	0	0	0	(-)
Mortalidade na infância	0	0	0	31,25	15,15	0	18,87	0	43,48	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	0	0	0	31,25	0	0	0	0	43,48	(-)
Mortalidade por Aids	0	0	0	0	0	0	18,94	0	0	(-)
Incidência de dengue	19,02	56,85	0	19,09	114,22	1671,1	94,71	9635,72	219,44	5398,29
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	418,33	511,65	358,9	515,37	494,96	407,17	320,9	447,43	224,62	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	1003,65	1133,1	1498,22	1577,27	1210,55	1300,17	1834,15	1711,41	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	65,81	65,6	65,38	65,17	65,85	65,68	95,6	94,12	87,42	(-)
Detecção de hepatite	57,05	0	37,78	38,18	38,07	0	18,94	43,89	0	(-)
Pré-natal insuficiente	19,72	10,94	9,21	10,94	15,15	8,16	5,66	12,73	8,7	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	0,19	0,38	0,39	0,44	0,44
Idade média ao morrer	66,83	71,21	70,64	70,48	66,78	63,57	62,53	71,26	67,67	(-)
Gravidez na adolescência	23,94	14,06	17,11	32,81	25,76	22,45	13,21	21,82	10,15	(-)
Incidência de tuberculose	0	0	18,89	0	19,04	37,98	0	0	21,85	21,94

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	80
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	19,94	27,13	23,4	27,22	27,38	25,7	21,5	29,25	31,6	35,44

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	20	40	40	40	40	60	60	80	80	100
Escolas com recursos para atendimento especializado	0,84	0,82	0,83	0,84	0,88	0,91	0,91	0,97	0,97	0,95
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	5,7	(-)	5,9	(-)	6	(-)	5,7	(-)	6,7	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	35,24	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	55,6	52,4	70	66,7	61,3	72,7	(-)	(-)	65,4	77,8
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	87,1	78,6	81,4	80,6	75,4	83,1	(-)	(-)	86,2	84,6
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	28,67	22,75	109	77	15,22	133	71	9,6	8,73	10,15
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	8,15	12,42	6,28	9,18	21,97	11,84	7,85	11,8	11,02	9,8
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	28,6	25,8	25,3	22,3	25,9	21,5	12,8	10,5	8	6,4
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	10,85	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	19,09	(-)	(-)	65,83	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	88,25	88,29	88,53	87,79	83,38	83,22	86,63	91,74	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	0	(-)	(-)	(-)	22,22
Desigualdade de salário por sexo	0,9	0,83	0,82	0,81	0,86	0,91	0,94	1,06	1,09	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	475,38	549,55	415,56	152,7	209,4	113,94	0	0	21,85	153,61
Perda de água tratada na distribuição	53,21	54,42	39,4	33,11	32,35	35,53	32,63	34,58	33,46	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Índice de tratamento de esgoto	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
População total atendida com abastecimento de água	64,54	65,43	66,68	67,09	67,68	69,05	69,88	82,64	64,44	64,44

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,73	(-)	0,44	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	193181,46	18304,71	19085,91	(-)	21447,36	24255,65	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	14,69	14,40	14,79	14,01	13,60	13,82	14,22	15,71	14,49	8,09

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	3604,08	5275,83	3171,21	2844,14	3612,30	(-)	50,58	31,66	51,06	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e	5,14	2,08	6,93	4,06	7,96	4,45	5,35	3,77	3,41	5,06

tecnologia										
------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	0,00	0,00	0,00	-31,25	31,25	-31,25	-41,67	(-)	7,18	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	12,36	8,57	17,31	-24,37	-6,30	0,30	21,05	7,58	5,60	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,94	1,57	1,95	2,37	1,93	1,43	-2,20	0,50	2,90	0,80
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	2,20	4,60	1,00	-2,40

Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	44,47	0,00	42,38	42,30	-175,53	-6,52	42,09	95,79	6,45	(-)
Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	42,02	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	55,56

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00	19,04	18,99	75,77	21,94	21,94	(-)
População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	38,18	(-)	(-)	37,89	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	0,61	0,42	0,43	0,38	0,33	0,33	0,40	0,28	0,31	(-)

Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	44,88	16,67	31,54	20,32	15,81	41,99	28,39	36,56	37,11	(-)
População atendida com coleta seletiva	(-)	37,20	(-)	(-)	100,00	100,00	100,00	(-)	100,00	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	16,35	17,07	16,13	15,37	18,55	13,82	11,43	12,18	12,53	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,01	0,01	0,01	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,01	0,02
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	44,00	(-)	(-)	20,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,14	0,13	0,13	0,10	0,47	0,26	0,24	0,30	0,21	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	1,71	1,73	1,73	1,78	1,76	1,76	1,77	2,06	2,05	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	60,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	300,75	0,00	0,00	0,00	168,63	349,65	178,57	0,00	213,22	(-)
Taxa de homicídio	38,48	0,00	0,00	0,00	19,04	37,98	18,94	0,00	43,89	(-)
Mortes por armas de fogo	38,48	0,00	0,00	0,00	19,04	0,00	18,94	0,00	21,94	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	85,71	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	66,67	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	377,93	279,03	327,93	600,29	751,28	1402,75	675,27	911,23	811,41	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	2,27	2,60	2,73	2,60	3,08	3,06	3,84	4,54	5,84	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO III
Entre Rios do Oeste/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	60,74	52,11	66,67	71,09	69,62	67,44	70,84	69,81	54,52	43,49
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	24,63	26,2	18,28	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	35,43	25,69
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	1,92	2,22
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	3,92	0,87	3,82	1,69	0,94	3,03	1,96	2,27	3,46	4,18
Peso baixo ao nascer	5	13,24	12,73	10	5,36	4,65	3,64	12,16	4,92	(-)

Desnutrição Infantil	1,96	1,74	1,91	1,12	0	0	0	0,32	0	0,32
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	10,44	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	2,22	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	144,51	83,11	104,68	83,95	103,25	105,89	82,84	100	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	23,22	68,85	0	22,32	44,06	21,76	0	0	21,48	(-)
Mortalidade infantil (<1)	0	0	36,36	14,29	35,71	0	36,36	13,51	0	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)
Mortalidade na infância	0	0	36,36	14,29	35,71	0	54,55	13,51	0	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	0	0	36,36	14,29	35,71	23,26	18,18	13,51	0	(-)
Mortalidade por Aids	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)
Incidência de dengue	232,23	1950,88	158,87	0	1476,1	1653,61	2236,08	1640,43	3912,57	12877,99
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	441,24	252,47	499,32	513,28	374,53	456,43	285,95	336,84	210,53	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	1245,51	1384,31	1390,37	1324,57	1664,49	1799,82	2322,24	2677,14	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	81,08	80,12	79,18	78,30	76,99	76,01	100	100	100	(-)
Deteção de hepatite	46,45	0	22,7	0	0	108,79	0	0	42,96	(-)
Pré-natal insuficiente	20	13,24	20	20	12,5	11,63	12,73	6,76	9,84	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,23	0,23	0,23	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,21
Idade média ao morrer	72,21	65,52	66,71	64,79	65,3	64,84	71,92	70,29	68,18	(-)
Gravidez na adolescência	6,67	23,53	14,55	10	5,36	11,63	10,91	9,46	8,2	(-)
Incidência de tuberculose	0	0	22,7	22,32	22,03	0	0	0	0	42,29

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	50
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	56,54	58,06	62,84	68,18	71,36	62,9	68,33	68,35	62,87	62,8

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	66,67	33,33	66,67	66,67	66,67	100	33,33	100	100	75
Escolas com recursos para atendimento especializado	2,19	2,25	2,22	2,29	2,29	2,39	2,32	1,08	2,11	1,08
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)		(-)		(-)	6	(-)		(-)		(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	60	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	96,6	85,2	84	77,4	70,6	89,5	(-)	(-)	83,8	87,3
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	94,3	95	100	97,2	100	100	(-)	(-)	100	92,9
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	91	84	85	4,3	10,36	57,5	10,45	7,25	7,5	9,67
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	9,58	8,68	17,83	48,9	14,67	31	24,25	16,65	15,38	9,66
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	18,1	11,3	15,2	11,9	13,7	8,7	7,2	6,4	7,3	6,1
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,57	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	66,95	(-)	(-)	109,29	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	90	88,56	89,02	85,61	86,1	83,84	85,66	97,81	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	22,22
Desigualdade de salário por sexo	0,8	0,7	0,86	0,82	0,83	0,83	0,81	0,69	0,82	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	0	91,37	0	0	0	0	0	0	0	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	2252,67	918,06	1566,05	1004,24	1057,5	674,5	1720,06	612,02	1095,36	909,28
Perda de água tratada na distribuição	(-)	0,68	0,32	6,36	50,01	50	11,02	65,88	57,32	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Índice de tratamento de esgoto	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
População total atendida com abastecimento de água	(-)	100	100	98,33	99,14	100	100	98,6	77,69	77,69

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,73	(-)	0,44	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	50771,62	51393,67	50894,83	(-)	63704,75	67333,74	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	36,82	29,09	35,96	33,45	34,58	33,06	32,60	14,55	43,23	33,39

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	3604,08	5275,83	3171,21	2844,14	3612,30	(-)	50,58	31,66	51,06	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	5,14	2,08	6,93	4,06	7,96	4,45	5,35	3,77	3,41	5,06

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	0,00	0,00	-48,78	-22,22	-44,44	0,00	53,11	(-)	0,00	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	6,73	29,69	-0,35	16,39	-6,67	18,33	5,86	16,83	-4,76	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	3,21	3,55	2,86	3,13	3,83	2,74	1,90	2,20	6,00	6,10
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	3,21	3,55	2,86	3,13	3,83	2,74	1,90	2,20	6,00	6,10
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-57,70	-172,66	72,16	-114,51	86,22	-56,95	0,00	-113,31	0,00	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	11,11

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	46,45	68,85	45,39	22,32	0,00	43,52	0,00	43,72	65,57	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	22,32	(-)	(-)	64,50	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	98,60	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	1,08	2,43	2,06	1,35	(-)	0,81	0,59	0,54	0,48	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	(-)	4,03	4,94	9,93	(-)	20,40	23,08	28,00	23,94	(-)
População atendida com coleta seletiva	100,00	100,00	100,00	98,34	(-)	100,00	100,00	(-)	100,00	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	19,07	18,79	20,30	19,39	19,08	18,47	16,21	14,26	14,89	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,00	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	4,00	(-)	(-)	8,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,05	0,03	0,06	0,03	0,09	0,14	0,07	0,17	0,05	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,49	0,49	0,49	0,48	0,48	0,48	0,47	0,48	0,47	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	60,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	206,61	0,00	208,33	0,00	(-)
Taxa de homicídio	0,00	22,93	0,00	22,32	0,00	21,76	0,00	21,86	0,00	(-)
Mortes por armas de fogo	0,00	22,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,86	0,00	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	85,71	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	50,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	697,85	740,46	514,64	1070,71	1518,64	1319,59	978,87	2242,88	1486,37	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	4,80	5,77	6,29	6,16	6,56	6,29	6,69	7,22	6,41	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO IV
Foz do Iguaçu/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	78,26	73,76	75,84	69,12	64,34	68,65	69,02	71,9	59,64	55,89
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	57,43	52,74	49,87	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	44,46	43,56
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,35	3,33
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	7,62	5,53	4,38	4,44	5,95	2,72	4,01	4,52	3,54	4,34
Peso baixo ao nascer	6,96	7,74	7,84	7,37	8,34	7,93	9,22	9,6	8,53	(-)

Desnutrição Infantil	1,58	1,4	1,54	1,52	1	0,42	1,1	0,96	1,05	0,86
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	40,67	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	2,11	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	109,29	57,38	69,7	80,97	99,49	73,94	73,01	73,29	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	4,93	5,68	6,82	5,8	8,51	8,52	7,37	13,75	10,22	(-)
Mortalidade infantil (<1)	15,48	11,43	12,04	9,72	10,17	9,14	11,94	14,18	9,26	(-)
Mortalidade materna	0,92	0,48	0,23	0,45	0,45	0,48	0,76	0,75	0,75	(-)
Mortalidade na infância	17,1	13,58	12,72	11,76	10,85	2,16	14,48	15,67	12,51	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	11,32	8,34	7,5	7,69	7,69	7,69	7,62	7,96	5,25	(-)
Mortalidade por Aids	4,55	4,55	5,3	5,41	5,42	6,2	9,3	7,36	6,81	(-)
Incidência de dengue	1005,38	3233,62	25,37	39,8	1439,67	8322,62	2259,94	4275,59	16547,13	4921,49
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	310,48	335,34	327,98	374,77	385,25	363,81	341,1	334,8	359,99	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	870,74	967,84	1055,78	1248,72	1404,31	1564,17	1496,61	1764,36	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	45,8	45,78	45,75	39,20	58,65	72,06	80,71	94,34	97,98	(-)
Deteção de hepatite	49,66	51,53	59,08	45,98	47,96	36,01	27,13	29,28	22,48	(-)
Pré-natal insuficiente	32,03	33,33	34,06	27,97	25,84	22,31	19,49	22,81	20,17	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,14	0,11	0,11	0,12	0,12	0,12	0,13	0,12	0,12	0,11
Idade média ao morrer	60,57	62,49	62,14	63	64,16	64,55	63,29	63,53	63,33	(-)
Gravidez na adolescência	15,37	13,43	12,07	12,14	12,05	10,72	10,7	8,86	8,63	(-)
Incidência de tuberculose	53,07	39,41	41,28	54,86	63,82	41,05	43,8	47,65	45,63	55,84

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	97,47	98,72	92,31	94,87	97,4	100	100	100	100	63,71
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	28,14	30,05	33,91	34,83	35,62	33,36	20,76	31,2	41	42,14

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	60,25	58,49	49,38	54,09	65,29	70,25	73,55	68,55	73,02	71,77
Escolas com recursos para atendimento especializado	0,98	1,01	0,95	1,06	1,1	1,08	1,19	1,11	1,07	1,1
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	7,1	(-)	7,2	(-)	7,1	(-)	6,7	(-)	7,4	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	60,49	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	89,4	91,1	90,1	89,7	87,9	86,8	(-)	(-)	87,3	92,2
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	96,4	97,2	95,3	95,6	94,2	94	(-)	(-)	94,3	93,3
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	52,28	66,39	54,68	33,7	37,61	40,76	15,03	18,27	20,31	12,94
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	37,36	38,64	40,84	35,02	32,04	37,71	28,79	16,48	15,65	15,04
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	25,4	25,3	24,2	20,6	18,8	18,6	10,1	9,1	9	8,5
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,93	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	1,16	(-)	(-)	1,75	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	77,72	78,58	80,95	82,24	84,45	88,3	85,14	93,77	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	20	(-)	(-)	(-)	20	(-)	(-)	(-)	26,67
Desigualdade de salário por sexo	0,81	0,8	0,82	0,83	0,84	0,84	0,83	0,8	0,86	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	24,51	32,67	28,94	30,42	28,92	7,41	8,15	6,12	9,29	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	54,97	124,28	19,31	23,18	57,63	158,37	44,19	63,77	217,61	119,46
Perda de água tratada na distribuição	36,72	35,08	35,23	35,98	34,06	37,05	38,56	36,76	30,91	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	82,47	84,74	89,23	94,63	97,92	99,99	99,99	99,47	90,66	(-)
Índice de tratamento de esgoto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
População total atendida com abastecimento de água	99,98	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,31	99,31

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,61	(-)	0,32	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	51345,25	50990,89	56702,71	(-)	69247,40	73534,49	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	30,95	30,97	30,93	32,70	33,21	30,41	32,30	31,40	31,93	28,95

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	699,42	783,11	316,49	862,67	1081,17	(-)	101,96	199,36	106,36	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	18,46	18,66	19,23	19,41	18,81	13,92	12,33	12,66	12,59	10,12

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-20,12	-10,09	-13,91	-6,56	-12,75	-10,82	-6,02	(-)	-6,71	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	6,09	4,91	6,15	4,02	5,72	4,96	5,07	4,14	4,88	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,20	1,21	1,21	1,25	1,30	1,32	2,40	1,70	3,10	3,80
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	7,10	6,60	5,60	5,30
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-69,91	-59,54	-55,75	-30,88	-31,96	-29,22	2,82	-54,44	-27,20	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-3,57	-4,84	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-56,76	-9,00	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	9,47	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,39	0,39	0,00	0,00	0,00	0,77	0,39	0,00	0,00	56,76
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	20,00	(-)	(-)	(-)	40,00	(-)	(-)	(-)	13,33

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	21,99	17,05	21,21	23,57	18,95	19,75	21,71	21,02	18,57	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	8,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	7,68	(-)	(-)	6,38	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	0,77	(-)	(-)	4,65	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	56,70	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	(-)	0,90	0,90	0,96	1,09	0,98	0,94	0,82	0,92	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	(-)	0,50	1,72	1,26	2,17	1,25	1,67	2,42	3,27	(-)
População atendida com coleta seletiva	(-)	10,08	(-)	26,07	100,00	100,00	100,00	(-)	99,17	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	2,25	2,23	1,96	1,87	1,90	1,69	1,72	1,61	1,73	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,01	0,01	0,01	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	24,00	(-)	(-)	44,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,48	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,02	0,05	0,02	0,02	0,04	0,06	0,10	0,17	0,03	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	19,87	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	20,31
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	80,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	320,65	275,56	251,82	316,69	184,23	270,51	226,67	290,63	139,44	(-)
Taxa de homicídio	41,97	38,16	33,58	40,57	25,14	35,62	30,24	38,19	38,19	(-)
Mortes por armas de fogo	36,96	31,61	24,31	33,23	21,66	29,04	22,48	28,73	28,73	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	85,71	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	57,14	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	66,67	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	377,93	279,03	327,93	600,29	751,28	1402,75	675,27	911,23	811,41	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	2,27	2,60	2,73	2,60	3,08	3,06	3,84	4,54	5,84	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO V
Guaíra/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	78,26	73,76	75,84	69,12	64,34	68,65	69,02	71,9	59,64	55,89
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	57,43	52,74	49,87	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	44,46	43,56
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,35	3,33
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	7,62	5,53	4,38	4,44	5,95	2,72	4,01	4,52	3,54	4,34
Peso baixo ao nascer	6,96	7,74	7,84	7,37	8,34	7,93	9,22	9,6	8,53	(-)

Desnutrição Infantil	1,58	1,4	1,54	1,52	1	0,42	1,1	0,96	1,05	0,86
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	40,67	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	2,11	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	109,29	57,38	69,7	80,97	99,49	73,94	73,01	73,29	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	4,93	5,68	6,82	5,8	8,51	8,52	7,37	13,75	10,22	(-)
Mortalidade infantil (<1)	15,48	11,43	12,04	9,72	10,17	9,14	11,94	14,18	9,26	(-)
Mortalidade materna	0,92	0,48	0,23	0,45	0,45	0,48	0,76	0,75	0,75	(-)
Mortalidade na infância	17,1	13,58	12,72	11,76	10,85	2,16	14,48	15,67	12,51	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	11,32	8,34	7,5	7,69	7,69	7,69	7,62	7,96	5,25	(-)
Mortalidade por Aids	4,55	4,55	5,3	5,41	5,42	6,2	9,3	7,36	6,81	(-)
Incidência de dengue	1005,38	3233,62	25,37	39,8	1439,67	8322,62	2259,94	4275,59	16547,13	4921,49
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	310,48	335,34	327,98	374,77	385,25	363,81	341,1	334,8	359,99	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	870,74	967,84	1055,78	1248,72	1404,31	1564,17	1496,61	1764,36	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	45,8	45,78	45,75	39,20	58,65	72,06	80,71	94,34	97,98	(-)
Deteção de hepatite	49,66	51,53	59,08	45,98	47,96	36,01	27,13	29,28	22,48	(-)
Pré-natal insuficiente	32,03	33,33	34,06	27,97	25,84	22,31	19,49	22,81	20,17	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,14	0,11	0,11	0,12	0,12	0,12	0,13	0,12	0,12	0,11
Idade média ao morrer	60,57	62,49	62,14	63	64,16	64,55	63,29	63,53	63,33	(-)
Gravidez na adolescência	15,37	13,43	12,07	12,14	12,05	10,72	10,7	8,86	8,63	(-)
Incidência de tuberculose	53,07	39,41	41,28	54,86	63,82	41,05	43,8	47,65	45,63	55,84

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	97,47	98,72	92,31	94,87	97,4	100	100	100	100	63,71
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	28,14	30,05	33,91	34,83	35,62	33,36	20,76	31,2	41	42,14

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	60,25	58,49	49,38	54,09	65,29	70,25	73,55	68,55	73,02	71,77
Escolas com recursos para atendimento especializado	0,98	1,01	0,95	1,06	1,1	1,08	1,19	1,11	1,07	1,1
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	7,1	(-)	7,2	(-)	7,1	(-)	6,7	(-)	7,4	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	60,49	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	89,4	91,1	90,1	89,7	87,9	86,8	(-)	(-)	87,3	92,2
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	96,4	97,2	95,3	95,6	94,2	94	(-)	(-)	94,3	93,3
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	52,28	66,39	54,68	33,7	37,61	40,76	15,03	18,27	20,31	12,94
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	37,36	38,64	40,84	35,02	32,04	37,71	28,79	16,48	15,65	15,04
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	25,4	25,3	24,2	20,6	18,8	18,6	10,1	9,1	9	8,5
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,93	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	1,16	(-)	(-)	1,75	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	77,72	78,58	80,95	82,24	84,45	88,3	85,14	93,77	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	20	(-)	(-)	(-)	20	(-)	(-)	(-)	26,67
Desigualdade de salário por sexo	0,81	0,8	0,82	0,83	0,84	0,84	0,83	0,8	0,86	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	24,51	32,67	28,94	30,42	28,92	7,41	8,15	6,12	9,29	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	54,97	124,28	19,31	23,18	57,63	158,37	44,19	63,77	217,61	119,46
Perda de água tratada na distribuição	36,72	35,08	35,23	35,98	34,06	37,05	38,56	36,76	30,91	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	82,47	84,74	89,23	94,63	97,92	99,99	99,99	99,47	90,66	(-)
Índice de tratamento de esgoto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
População total atendida com abastecimento de água	99,98	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,31	99,31

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,61	(-)	0,32	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	51345,25	50990,89	56702,71	(-)	69247,40	73534,49	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	30,95	30,97	30,93	32,70	33,21	30,41	32,30	31,40	31,93	28,95

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	699,42	783,11	316,49	862,67	1081,17	(-)	101,96	199,36	106,36	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	18,46	18,66	19,23	19,41	18,81	13,92	12,33	12,66	12,59	10,12

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-20,12	-10,09	-13,91	-6,56	-12,75	-10,82	-6,02	(-)	-6,71	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	6,09	4,91	6,15	4,02	5,72	4,96	5,07	4,14	4,88	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,20	1,21	1,21	1,25	1,30	1,32	2,40	1,70	3,10	3,80
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	7,10	6,60	5,60	5,30
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-69,91	-59,54	-55,75	-30,88	-31,96	-29,22	2,82	-54,44	-27,20	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-3,57	-4,84	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-56,76	-9,00	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	9,47	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,39	0,39	0,00	0,00	0,00	0,77	0,39	0,00	0,00	56,76
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	20,00	(-)	(-)	(-)	40,00	(-)	(-)	(-)	13,33

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	21,99	17,05	21,21	23,57	18,95	19,75	21,71	21,02	18,57	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	8,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	7,68	(-)	(-)	6,38	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	0,77	(-)	(-)	4,65	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	56,70	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	(-)	0,90	0,90	0,96	1,09	0,98	0,94	0,82	0,92	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	(-)	0,50	1,72	1,26	2,17	1,25	1,67	2,42	3,27	(-)
População atendida com coleta seletiva	(-)	10,08	(-)	26,07	100,00	100,00	100,00	(-)	99,17	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	2,25	2,23	1,96	1,87	1,90	1,69	1,72	1,61	1,73	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,01	0,01	0,01	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	24,00	(-)	(-)	44,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,48	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,02	0,05	0,02	0,02	0,04	0,06	0,10	0,17	0,03	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,07	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	19,87	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	20,31
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	80,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	320,65	275,56	251,82	316,69	184,23	270,51	226,67	290,63	139,44	(-)
Taxa de homicídio	41,97	38,16	33,58	40,57	25,14	35,62	30,24	38,19	38,19	(-)
Mortes por armas de fogo	36,96	31,61	24,31	33,23	21,66	29,04	22,48	28,73	28,73	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	85,71	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	57,14	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	66,67	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	377,93	279,03	327,93	600,29	751,28	1402,75	675,27	911,23	811,41	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	2,27	2,60	2,73	2,60	3,08	3,06	3,84	4,54	5,84	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO VI
Itaipulândia/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	73,49	62,13	71,71	68,06	66,06	51,54	55,45	57,35	39,68	35,97
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	43,6	29,14	42,61	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	17,41	18,32
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,31	0,6
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	7,13	3,22	2,59	3,63	3,06	2,48	3,05	2,87	1,81	1,87
Peso baixo ao nascer	9,8	4,23	11,34	3,82	7,23	11,59	11,98	8,5	7,64	(-)

Desnutrição Infantil	2,61	0,46	0,91	0,88	0,14	0,83	0,69	0,14	0,36	0,17
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	19,73	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	1,93	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	105,23	69,4	100,43	132,22	103,03	79,71	74,7	75,85	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	24,55	6,1	9,1	27,34	9,06	6	20,9	10,88	15,19	(-)
Mortalidade infantil (<1)	12,8	19,19	14,11	10,81	10	4,45	0	11,31	8,77	(-)
Mortalidade materna	1,83	2,13	0	0	2	2,23	2,12	0	0	(-)
Mortalidade na infância	18,28	21,32	16,13	16,22	14	2,23	6,37	13,57	15,35	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	9,14	12,79	8,06	10,81	8	8,91	0	9,05	6,58	(-)
Mortalidade por Aids	3,07	12,2	12,13	3,04	3,02	3	0	6,23	12,16	(-)
Incidência de dengue	512,41	167,76	18,2	54,67	914,88	5496,85	23,88	5017,05	221,2	788,69
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	334,45	387,38	427,61	419,16	365,35	321,38	342,36	306,52	439,98	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	726,05	934,02	884,58	897,94	1055,21	1172,51	1389,95	1469,08	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	74,55	74,1	73,66	73,24	83,83	93,75	99,19	96,72	100	(-)
Detecção de hepatite	30,68	33,55	24,26	15,19	21,14	9,01	14,93	6,23	12,16	(-)
Pré-natal insuficiente	23,03	19,19	22,38	23,96	17	16,93	17,41	21,49	20,18	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,25	0,24	0,24	0,24	0,27	0,33	0,33	0,31	0,41	0,36
Idade média ao morrer	61,07	63,03	63,12	64,98	64,4	65,44	65,3	68,85	66,06	(-)
Gravidez na adolescência	19,56	17,48	16,73	19,1	14,6	14,03	13,16	12,44	12,28	(-)
Incidência de tuberculose	24,55	42,7	39,43	48,6	48,31	39,03	29,85	56,08	60,78	66,74

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	87,5	87,5	87,5	100	100	100	100	100	61,54
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	75,32	69,31	71,78	74,74	73,68	81,69	78,31	77,38	68,17	65,74

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	50	30,77	38,46	38,46	61,54	69,23	69,23	69,23	76,92	76,92
Escolas com recursos para atendimento especializado	0,38	0,78	0,78	0,77	0,79	0,76	1,14	1,44	1,45	1,06
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	6,9	(-)	6,5	(-)	7	(-)	6,1	(-)	7	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	56,47	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	72,1	71,6	73,6	77,1	72,1	87,7	(-)	(-)	91,5	93,1
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	94,1	91,2	90,5	91,3	90,7	91,3	(-)	(-)	91,1	95
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	27	20,09	16,53	31,5	22,71	28,36	20,13	8,26	7,31	9,45
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	14,55	14,55	28,15	10,06	10,95	15,56	12,32	13,79	12,91	12,79
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	25,1	23,6	25,9	26,6	24,2	20,7	10,6	10,9	9,9	8,5
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	7,19	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	72,99	(-)	(-)	52,24	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	92,08	95,66	97,33	97,11	97,5	99,07	99,51	95,23	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	0	(-)	(-)	(-)	0
Desigualdade de salário por sexo	0,93	1,46	1,06	1,01	1,02	1,04	1,01	0,93	0,84	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	19,29	75,3	18,39	17,95	52,67	0	0	0	0	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	0	9,6	9,45	9,12	17,9	26,35	17,26	8,71	25,49	58,41
Perda de água tratada na distribuição	27,86	29,36	28,14	32,03	28,79	27,46	27,54	27,75	24,4	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	36,21	36,76	36,83	37,25	36,78	37,04	36,34	37,65	42,47	(-)
Índice de tratamento de esgoto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
População total atendida com abastecimento de água	85,91	88,3	90,55	89,68	91,38	95,16	97,93	99,98	56,14	56,14

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,68	(-)	0,4	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	34660,15	32885,81	32812,56	(-)	39844,76	45291,86	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	30,03	44,95	37,57	28,03	28,28	31,48	35,49	38,81	40,01	37,65

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	3084,42	2675,68	473,75	164,49	4067,48	(-)	37,71	168,07	237,63	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	2,86	1,95	2,33	3,39	2,37	2,95	2,65	3,33	2,39	2,69

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	13,47	0,00	-4,21	-48,78	-11,76	-22,22	0,00	(-)	-10,53	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	7,94	4,37	-5,35	5,10	0,56	1,11	10,24	-1,91	11,58	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,45	1,20	1,14	1,29	1,88	2,20	8,30	4,10	2,60	4,90
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	9,80	15,70	11,70	13,40
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-69,09	-74,33	-21,27	-41,06	-47,52	-134,77	-27,11	-67,56	25,83	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	24,49	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	9,70	0,00	3,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	33,33	(-)	(-)	(-)	44,44	(-)	(-)	(-)	22,22

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	39,08	19,21	9,45	0,00	8,95	26,35	25,89	17,41	8,71	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	82,11	(-)	(-)	86,30	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	0,21	0,30	0,46	0,52	0,57	0,56	0,61	0,78	0,59	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	68,04	41,12	38,95	34,01	34,36	36,54	39,92	37,65	23,33	(-)
População atendida com coleta seletiva	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	(-)	100,00	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	6,67	6,67	6,02	6,03	5,72	6,18	6,44	6,18	6,48	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,00	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	20,00	(-)	(-)	28,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,04	0,02	0,02	0,01	0,05	0,07	0,04	0,05	0,02	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,44	0,44	0,43	0,43	0,43	0,42	0,41	0,41	0,41	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	80,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	0,00	227,10	75,93	153,49	310,08	313,48	158,60	75,13	95,33	(-)
Taxa de homicídio	9,70	28,50	9,31	18,25	35,79	35,13	17,26	8,71	8,71	(-)
Mortes por armas de fogo	9,70	0,00	9,31	18,25	26,84	26,35	8,63	8,71	0,00	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	71,43	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	50,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	1093,87	948,16	520,71	330,20	1512,30	620,64	513,51	1332,72	681,48	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	3,13	3,58	3,96	4,10	4,29	4,23	5,19	12,04	5,95	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO VII
Marechal Cândido Rondon/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	50,73	44,1	55,07	55,9	56,65	62,62	62,01	63	46,1	41,99
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	24,63	22,81	25,1	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	27,14	27,53
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,95	0,84
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	5,86	1,73	5,56	4,4	2,54	8,7	8,04	3,82	5,86	4,38
Peso baixo ao nascer	7,04	12,5	9,21	10,94	13,64	10,2	13,21	10,91	11,59	(-)

Desnutrição Infantil	1,38	1,38	1,39	2,64	1,9	1,58	1,05	1,04	0	0,72
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	43,97	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	3,88	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	82,09	42,87	82,67	89,76	84,56	86,26	78,39	76,04	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	15,75	9,75	17,38	15,27	15,11	20,56	11,1	20,58	5,23	(-)
Mortalidade infantil (<1)	21,21	14,64	13,19	9,2	7,97	8,06	9,15	5,46	9,43	(-)
Mortalidade materna	1,52	1,46	1,32	0	0	0	1,31	0	0	(-)
Mortalidade na infância	22,73	19,03	13,19	10,51	11,95	0	9,15	6,83	10,78	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	15,15	7,32	10,55	9,2	6,64	2,69	7,84	2,73	6,74	(-)
Mortalidade por Aids	3,94	9,75	0	7,64	1,89	1,87	9,25	1,79	3,49	(-)
Incidência de dengue	1983,94	245,59	19,31	7,64	183,21	4004,11	668,13	7224,48	800,56	10832,47
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	417,26	434,65	403,51	439,11	356,98	260,73	270,14	298,02	280,76	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	679,16	816,46	908,44	977,08	1077,56	1234,77	1465,72	1765,85	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	61,73	54,32	60,52	79,93	72,45	58,65	96,22	98,56	100	(-)
Detecção de hepatite	29,52	33,13	79,16	55,37	34	20,56	35,16	25,07	27,89	(-)
Pré-natal insuficiente	15,45	14,35	13,98	16,16	12,75	15,19	10,33	11,34	7,28	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,31	0,33	0,33	0,32	0,32	0,32	0,31	0,32	0,34	0,33
Idade média ao morrer	66,49	65,03	67,55	68,06	69,12	69,65	67,32	70,82	68,25	(-)
Gravidez na adolescência	11,52	11,86	11,21	8,67	7,04	8,74	7,97	7,65	8,09	(-)
Incidência de tuberculose	27,55	21,44	23,17	7,64	15,11	22,43	11,1	12,54	15,69	10,32

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	78,38
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	42,25	49,42	48,83	56,72	56,33	58,4	54,89	48,26	55,58	54,2

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	45,65	45,65	52,17	54,17	64,86	75,68	83,78	75,68	70,27	75,68
Escolas com recursos para atendimento especializado	1,14	1,25	1,54	1,74	1,5	1,76	1,93	1,77	2,02	2,07
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	6,1	(-)	6,4	(-)	6,2	(-)	6,4	(-)	6,7	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	53,68	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	64,3	65,5	65,9	68,1	82,5	85,6	(-)	(-)	92,9	91,2
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	98,9	97,8	100	99,4	99,1	99,8	(-)	(-)	98,3	98
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	22,64	26,41	25,63	17,86	22,37	85,5	13,69	10,95	10,98	10,27
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	11,24	10,3	11,36	7,07	9,15	6,97	12,37	12,02	11,57	11,24
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	21,9	20,2	20,3	21,7	20,7	20,1	8,3	9	9,3	9,3
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,06	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	13,36	(-)	(-)	19,7	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	75,32	76,73	77,68	79,14	81,74	84,92	80,12	95,19	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	0	(-)	(-)	(-)	0	(-)	(-)	(-)	15,38
Desigualdade de salário por sexo	0,77	0,79	0,78	0,79	0,79	0,82	0,79	0,76	0,83	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	19,19	30,33	22,48	37,02	21,96	3,62	7,16	3,49	6,82	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	206,66	111,1	86,88	61,09	79,33	85,99	44,42	53,73	33,12	220,16
Perda de água tratada na distribuição	25,51	26,75	29,34	26,21	25,83	25,76	25,97	29,12	28,09	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	14,48	19,82	23,06	23,75	26,1	29,1	30,01	31,82	33,38	(-)
Índice de tratamento de esgoto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
População total atendida com abastecimento de água	1	100	100	100	100	100	100	100	91,24	91,24

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,63	(-)	0,33	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	40507,47	42456,68	44732,80	(-)	52945,55	54115,26	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	38,40	37,29	37,74	39,51	38,86	34,99	41,36	42,07	42,88	38,85

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	2769,36	2481,29	2105,48	2882,60	3495,47	(-)	113,23	139,88	145,88	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	14,84	15,35	15,54	15,87	15,56	10,64	9,77	9,90	9,50	8,62

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-18,00	-18,59	-17,27	-5,33	-10,66	-11,28	-6,04	(-)	-0,78	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	6,37	9,78	6,06	3,19	7,55	8,66	2,51	7,27	4,95	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	2,10	2,03	1,73	1,74	1,75	1,61	3,20	4,30	6,30	7,40
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	11,40	10,10	9,30	9,10
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-9,87	12,59	-15,31	-13,38	-34,35	-69,43	21,68	-6,46	15,73	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-4,65	-9,30	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	22,53	0,00	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,87	0,00	1,79	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	7,69	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	7,69

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	33,46	21,44	17,38	11,45	20,78	18,69	25,91	28,66	41,19	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	13,36	(-)	(-)	18,51	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	100,00	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	0,70	0,73	0,73	0,68	0,80	0,79	0,78	0,80	0,62	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	11,94	10,24	11,71	12,12	11,92	14,97	15,37	13,83	19,87	(-)
População atendida com coleta seletiva	99,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	(-)	83,61	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	7,58	7,53	7,14	7,04	6,79	6,89	6,21	6,56	6,91	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,01	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,02	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	40,00	(-)	(-)	28,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,06	0,06	0,09	0,07	0,12	0,20	0,13	0,10	0,06	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,26	0,26	0,26	0,26	0,25	0,25	0,25	0,24	0,24	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	80,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	79,95	177,25	81,43	264,03	50,23	204,29	224,60	82,55	0,00	(-)
Taxa de homicídio	9,87	23,42	9,65	30,55	5,67	24,30	27,76	10,75	16,12	(-)
Mortes por armas de fogo	7,90	19,52	0,00	21,00	1,89	7,48	12,96	1,79	10,75	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	100,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	50,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	170,53	247,53	171,90	477,35	568,93	560,63	483,50	631,78	748,06	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	14,41	14,88	14,46	16,14	16,42	15,87	17,84	16,85	17,07	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO VIII
Medianeira/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	64,34	54,6	58,31	55,67	55,53	59,7	60,58	59,16	46,7	44,18
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	27,97	23,71	22,44	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	25,18	25,31
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,41	0,44
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	6,28	6,6	4,98	6,69	5,28	5,97	4,27	3,23	3,21	3,38
Peso baixo ao nascer	7,85	7,94	7,81	5,94	6,68	8,44	6,23	8,05	7,91	(-)

Desnutrição Infantil	1,64	0,93	1,98	0,78	1,15	0,64	1,07	0,86	0,41	0,24
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	18,91	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	1,21	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	98,78	57,29	87,94	91,7	76,53	41,98	12,44	57,81	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	11,14	19,89	17,55	13,1	17,32	8,59	14,91	10,6	19,63	(-)
Mortalidade infantil (<1)	13,77	13,24	10,42	9,45	15,8	13,85	9,09	6,49	9,89	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	0	1,22	5,04	0	0	0	(-)
Mortalidade na infância	16,53	14,71	10,42	13,5	17,01	3,78	11,69	6,49	11,12	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	11,02	10,29	7,81	9,45	10,94	5,04	6,49	5,19	7,42	(-)
Mortalidade por Aids	11,14	0	10,97	2,18	8,66	6,44	4,26	1,84	5,35	(-)
Incidência de dengue	726,3	5532,84	116,26	176,81	1266,29	3686,61	1423,09	5815,41	1863,19	6367,30
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	372,06	428,83	313,69	320,88	324,69	289,96	273,33	293,73	257,11	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	651,02	740,3	753,23	833,97	857,65	930,67	1022,69	1370,31	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	46,49	46,12	53,38	52,98	45,18	59,74	70,43	78,14	100	(-)
Deteção de hepatite	53,47	90,63	57,04	43,66	49,79	10,74	17,04	23,91	30,34	(-)
Pré-natal insuficiente	17,77	17,65	19,27	21,73	19,56	21,41	20	16,1	10,88	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,04	0,04	0,04	0,02	0,04	0,04	0,21	0,17	0,17	0,19
Idade média ao morrer	63,69	64,33	64,2	66,56	64,52	64,71	63,59	67,63	65,84	(-)
Gravidez na adolescência	14,33	12,5	14,32	12,55	12,03	9,07	12,08	11,04	8,9	(-)
Incidência de tuberculose	13,37	22,1	17,55	17,46	21,65	23,62	12,78	23,91	21,41	29,76

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	95	100	100	100	100	100	71,43
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	46,84	54,2	55,58	59,19	57,33	57,23	47,81	45,94	51,91	45,4

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	75,68	72,97	70,27	75	100	100	100	89,29	89,29	89,29
Escolas com recursos para atendimento especializado	2,26	1,87	1,53	1,61	1,69	1,64	1,69	1,09	1,56	1,63
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	7,1	(-)	7,4	(-)	7,3	(-)	7,1	(-)	7,1	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	62,66	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	78,5	80,3	82	87,7	85,7	84,1	(-)	(-)	86	88,2
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	91,8	93,4	93,6	94,5	95,1	95,8	(-)	(-)	94,1	92,7
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	50,05	48,73	47,17	26,36	33,21	30,95	17,34	11,07	11,21	10,01
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	17,97	18,3	21,29	17,37	20,81	29,99	15,41	15,17	13,9	13,79
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	26,9	23,1	23,6	23,2	20,3	20,4	9,1	7,7	8,6	8,2
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,53	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	8,73	(-)	(-)	12,88	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	88,86	91,08	93,77	95,07	98,19	100	100	85,94	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	0	(-)	(-)	(-)	33,33	(-)	(-)	(-)	0
Desigualdade de salário por sexo	0,74	0,75	0,81	0,82	0,83	0,83	0,83	0,64	0,85	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	17,64	52,46	47,66	21,47	29,81	0	0	0	10,66	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	267,35	475,25	232,53	133,15	426,43	274,83	80,95	97,48	190,93	350,14
Perda de água tratada na distribuição	39	42,53	42,24	41,18	38,05	35,89	39,88	39,55	36,55	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	29,2	31,38	32,16	32,7	40,84	46,19	49,72	44,79	41,12	(-)
Índice de tratamento de esgoto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
População total atendida com abastecimento de água	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	90,76	90,76

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,64	(-)	0,34	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	36981,88	39985,46	42116,01	(-)	44389,21	52026,64	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	55,02	54,76	47,44	49,91	48,92	49,28	54,85	49,73	50,10	46,81

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	2288,22	2668,09	2374,72	1598,87	1724,22	(-)	259,90	302,50	474,85	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	10,36	11,44	13,19	13,29	13,63	8,20	6,49	7,86	8,13	7,68

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-4,27	-15,96	-11,44	10,03	-17,99	11,84	2,82	(-)	-8,25	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	8,12	9,18	8,20	7,01	3,09	5,38	4,23	2,51	4,79	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,50	1,58	1,67	1,89	1,86	2,18	5,80	4,00	4,50	3,60
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	16,00	14,70	12,40	12,60
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-35,57	-65,01	-79,32	-7,27	-53,08	-38,09	-20,16	-64,52	-6,28	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	-15,55	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-49,46	-7,43	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	22,22

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	28,96	26,53	30,71	21,83	23,81	23,62	31,96	23,91	23,91	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	4,37	(-)	(-)	76,69	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	0,85	0,97	0,96	0,96	0,95	0,93	0,95	1,96	0,77	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	3,44	(-)	4,43	4,43	4,43	6,04	7,73	1,48	4,36	(-)
População atendida com coleta seletiva	100,00	100,00	100,00	100,00	99,35	98,46	100,00	(-)	89,41	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	4,85	4,85	4,57	4,40	4,45	4,39	4,67	3,74	4,02	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,01	0,01	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,01	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	60,00	(-)	(-)	40,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,05	0,10	0,08	0,11	0,12	0,09	0,16	0,08	0,07	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,13	0,11	0,11	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	60,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	85,44	137,84	104,60	141,42	143,81	219,38	259,07	129,03	96,46	(-)
Taxa de homicídio	11,20	19,99	13,21	17,46	19,48	25,77	29,83	16,55	22,07	(-)
Mortes por armas de fogo	6,72	13,33	11,01	10,91	8,66	17,18	23,43	14,71	18,39	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	100,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	66,67	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	256,62	348,21	408,01	205,78	240,64	164,41	80,71	134,97	313,20	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	16,05	16,26	17,61	20,11	20,14	20,50	22,54	20,25	20,73	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO IX
Mercedes/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	53,66	44,43	47,42	44,53	42,41	45,44	47,52	49,24	36,04	32,84
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	26,12	23,44	21,39	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	15,05	15,5
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0	0
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	5,45	7,29	1,96	7,19	0	2,59	3,52	3,33	2,31	3,77
Peso baixo ao nascer	4,76	5,13	10,39	3,17	10,81	4,84	5,88	8,47	7,04	(-)

Desnutrição Infantil	0,36	6,25	1,96	0	0,68	0,86	1,01	0,37	0,77	0,38
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	13,17	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	2,98	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	139,21	69,89	112,63	92,45	82,55	93,59	85,73	80,55	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	18,53	0	0	0	18,06	0	0	19,21	49,5	(-)
Mortalidade infantil (<1)	15,87	0	0	15,87	0	0	19,61	0	14,08	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)
Mortalidade na infância	15,87	0	0	15,87	0	16,13	19,61	0	14,08	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	0	0	0	0	0	0	19,61	0	0	(-)
Mortalidade por Aids	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)
Incidência de dengue	407,56	202,32	0	36,41	4533,96	3980,63	11162,54	4373,42	556,4	5247,72
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	444,61	662,13	420,01	637,17	541,91	143,47	424,18	129,58	320,62	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	1145,31	1305,26	1354,03	1387,63	1560,39	1756,16	1907,92	2340	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
Detecção de hepatite	37,05	183,92	200,88	182,05	54,19	143,45	17,8	33,72	16,5	(-)
Pré-natal insuficiente	7,94	7,69	12,99	7,94	13,51	8,06	1,96	5,08	2,82	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,56	0,55	0,55	0,55	0,18	0,18	0,71	0,5	0,51	0,49
Idade média ao morrer	64,12	69,73	74,25	70,2	72,22	74,35	64,63	65,03	68,09	(-)
Gravidez na adolescência	14,29	16,67	5,19	6,35	13,51	11,29	7,84	3,39	7,04	(-)
Incidência de tuberculose	0	18,39	18,26	0	18,06	0	0	0	16,5	16,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	57,14
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	24,83	40,27	45,89	59,11	58,82	50,69	55,44	53,88	57,55	50,57

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	28,57	42,86	14,29	28,57	71,43	85,71	85,71	85,71	100	100
Escolas com recursos para atendimento especializado	0,82	1,63	1,61	1,65	1,66	1,66	1,62	1,62	1,62	1,6
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	6,3	(-)	6,6	(-)	6,4	(-)	6,8	(-)	8	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	42,64	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	71	80	82,1	88,9	90,7	93,9	(-)	(-)	97,1	97,1
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	78,7	77,2	80	86,2	83,7	90,5	(-)	(-)	95,3	91,9
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	34,6	17,67	18	15,63	33,25	77,5	7,2	13,62	10,33	9,81
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	6,79	8,54	12,76	6,05	5,73	6,58	9,11	10,93	11,26	11,68
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	16,3	15,5	16,3	15,5	16,9	15,5	7,4	7,3	5,2	4,4
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,91	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	54,61	(-)	(-)	67,44	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	100	100	100	100	100	100	100	98,68	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	44,44	(-)	(-)	(-)	33,33
Desigualdade de salário por sexo	0,79	0,82	0,8	0,84	0,87	0,89	0,87	0,94	0,9	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	37,31	0	0	72,67	36,06	0	35,47	0	0	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	222,3	147,14	36,52	36,41	198,7	251,03	178,03	101,16	66	146,68
Perda de água tratada na distribuição	26,2	57,54	52,92	56,12	58,66	48,51	47,01	46,96	31,38	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Índice de tratamento de esgoto	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
População total atendida com abastecimento de água	88,76	91,59	91,03	92,72	94,4	93,71	100	100	96,66	96,66

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,65	(-)	0,39	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	36693,23	37438,90	39390,48	(-)	44295,13	49534,82	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	24,26	24,60	23,47	23,46	23,23	24,04	26,62	24,60	23,68	18,36

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	2739,99	5507,28	3274,44	2295,94	2947,28	(-)	211,89	102,69	86,78	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	1,64	1,76	2,25	0,39	0,36	3,20	3,11	3,53	3,52	4,90

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-20,41	0,00	0,00	-19,23	0,00	0,00	-23,81	(-)	-23,26	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	10,83	-6,28	0,88	-7,69	0,23	10,05	17,46	11,76	0,17	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	2,52	2,84	3,29	3,78	2,44	2,06	-1,00	3,20	3,40	0,00
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	19,60	15,70	10,30	4,30
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-66,03	164,89	65,04	161,35	-64,83	-21,51	21,42	-25,85	0,00	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	0,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	18,53	110,35	0,00	36,41	18,06	17,93	89,02	33,72	33,72	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	18,20	(-)	(-)	142,42	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	100,00	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	1,05	1,14	1,21	1,33	2,00	1,22	1,45	1,03	0,58	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	(-)	5,28	5,54	5,51	13,98	20,83	10,12	8,62	(-)	(-)
População atendida com coleta seletiva	(-)	98,55	98,04	97,97	(-)	100,00	100,00	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ² e per capita	9,62	9,99	10,33	10,23	8,75	10,15	11,18	8,53	9,19	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,00	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,01	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	20,00	(-)	(-)	20,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,03	0,05	0,07	0,10	0,10	0,20	0,27	0,18	0,04	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,67	0,68	0,67	0,68	0,68	0,67	0,66	0,63	0,62	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	80,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	0,00	0,00	0,00	163,40	0,00	0,00	498,34	0,00	0,00	(-)
Taxa de homicídio	0,00	0,00	0,00	36,41	0,00	0,00	71,21	0,00	0,00	(-)
Mortes por armas de fogo	0,00	0,00	0,00	36,41	0,00	0,00	17,80	0,00	0,00	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	71,43	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	66,67	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	564,94	1062,76	558,11	816,68	677,55	1569,48	707,92	1053,54	1585,87	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	4,54	4,30	5,04	5,32	5,56	6,18	6,83	6,18	6,36	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO X
Missal/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	65,22	59,82	66,98	59,22	58,21	64,16	64,53	64,27	49,17	50,71
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	50,5	44,66	41,15	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	38,75	43,33
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	5,23	5,63
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	8,52	5,87	5,03	3,68	4,39	4,4	4,4	2,23	3,04	3,37
Peso baixo ao nascer	4,38	10,85	5,93	6,06	9,87	7,52	5	6,5	2,22	(-)

Desnutrição Infantil	1,7	1,91	1,8	0,97	1,95	0,42	1,26	0,95	0	0,84
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	29,83	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	1,13	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	91,04	56,82	84,07	88,21	84,13	79,16	65,44	76,58	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	27,66	0	0	0	18,69	56,05	0	30,71	17,74	(-)
Mortalidade infantil (<1)	29,2	15,5	7,41	7,58	26,32	7,52	16,67	8,13	0	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)
Mortalidade na infância	29,2	23,26	7,41	7,58	26,32	0	16,67	16,26	0	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	14,6	15,5	7,41	7,58	19,74	7,52	8,33	8,13	0	(-)
Mortalidade por Aids	9,22	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)
Incidência de dengue	101,41	662,8	36,77	28,04	1270,79	2998,88	2839,53	1204,54	2413,23	8468,28
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	571,59	524,72	376,87	523,36	467,2	400,7	431,48	308,17	425,39	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	1038,98	1088,53	1178,42	1348,46	1419,59	1567,61	1927,86	2247,96	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	95,57	95,42	100	100	100	100	100	100	100	(-)
Deteção de hepatite	64,53	18,41	18,38	74,77	65,41	0	9,34	9,04	44,36	(-)
Pré-natal insuficiente	21,17	20,16	17,04	17,42	21,05	20,3	19,17	9,76	6,67	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,56	0,46	0,54	0,44
Idade média ao morrer	67,16	69,1	66	69,02	69,4	67,17	70,65	67,42	70,86	(-)
Gravidez na adolescência	12,41	10,08	14,81	8,33	12,5	9,77	11,67	8,13	9,63	(-)
Incidência de tuberculose	9,22	9,21	0	0	0	0	9,34	0	0	26,55

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	80
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	51,59	46,03	49,1	48,07	48,35	45,82	41,86	47,22	43,71	48,9

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	62,5	62,5	56,25	62,5	86,67	86,67	80	80	86,67	73,33
Escolas com recursos para atendimento especializado	2,47	2,46	2,89	2,22	2,72	2,29	1,84	3,11	2,75	2,75
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	6,5	(-)	6,8	(-)	6,4	(-)	6,7	(-)	7,2	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	66,55	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	71,4	71,4	80	65,5	93	96,1	(-)	(-)	97	100
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	87	84,4	87,3	86,5	99,3	96,4	(-)	(-)	93,7	95,2
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	18,73	13,84	30,89	22,42	12,5	16,62	3,92	7,44	7,94	7,91
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	15,59	13	12,92	11,44	6,38	7,58	5,62	9,82	9,09	8,46
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	20,9	21	20,4	16,6	15,6	12	5,5	4,9	4,1	2,8
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	4,83	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	37,38	(-)	(-)	99,42	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	100	100	100	100	100	100	100	84,68	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	11,11
Desigualdade de salário por sexo	0,86	0,89	0,88	0,92	0,91	0,97	0,93	0,89	0,96	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	93,6	18,7	37,32	37,27	0	0	0	17,96	0	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	387,2	487,89	349,3	271,03	523,27	663,3	878,01	741,14	1552,66	2362,62
Perda de água tratada na distribuição	23,12	30,04	26,18	25,25	21,98	23,34	25,58	21,43	24,36	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Índice de tratamento de esgoto	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
População total atendida com abastecimento de água	59,15	60,76	60,99	63,17	64,56	66,75	68,73	68,37	56,89	56,89

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,67	(-)	0,38	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	30581,52	29354,30	32446,53	(-)	36201,03	43570,31	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	20,88	20,77	20,90	20,72	20,44	19,76	20,86	21,79	22,18	15,47

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	2681,57	3083,17	2984,79	2815,60	3485,37	(-)	38,40	169,40	200,51	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	6,79	7,25	4,09	3,77	6,63	6,70	6,55	5,99	7,11	10,41

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-42,55	-16,81	-9,17	-8,85	15,80	-9,43	-19,61	(-)	0,00	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	28,18	-10,92	2,97	-8,85	-1,29	-6,32	-11,76	2,29	4,25	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,58	1,57	1,46	1,57	1,75	2,67	1,10	1,90	1,50	0,40
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	15,70	9,30	8,90	9,50
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-89,90	-69,62	-70,10	-81,17	-81,14	-72,85	30,52	-97,73	0,00	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-22,90	0,00	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	9,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	33,33	(-)	(-)	(-)	33,33

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	46,10	27,62	36,77	18,69	18,69	18,68	28,02	45,19	36,15	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	18,69	(-)	(-)	112,09	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	2,10	3,73	3,27	2,60	0,92	1,78	2,06	0,36	0,52	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	6,73	2,83	3,47	5,59	19,49	12,73	14,42	70,44	31,86	(-)
População atendida com coleta seletiva	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	(-)	99,01	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	13,27	14,96	14,99	16,50	14,24	10,92	11,55	11,01	10,99	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,00	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,01	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	8,00	(-)	(-)	12,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,06	0,11	0,07	0,06	0,13	0,14	0,14	0,15	0,06	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,51	0,51	0,52	0,54	0,55	0,55	0,56	0,54	0,52	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	80,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	85,76	87,34	446,43	274,73	94,16	96,90	201,21	278,29	0,00	(-)
Taxa de homicídio	18,70	9,35	46,74	37,38	9,34	9,34	18,68	36,15	0,00	(-)
Mortes por armas de fogo	9,35	0,00	28,04	18,69	9,34	9,34	9,34	18,08	0,00	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	71,43	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	66,67	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	352,31	642,23	367,25	522,27	488,32	973,91	432,19	773,70	949,93	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	6,46	7,12	7,41	7,74	8,02	7,28	10,15	8,96	8,22	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO XI
Mundo Novo/MS

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	67,31	58,76	62,29	60,59	57,43	61,35	61,14	62,45	54,72	53,97
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	48,79	42,57	43,36	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	39,86	38,49
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,54	0,39
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	7,66	10,49	9,15	10,88	11,27	13,04	0	6,3	7,34	5,11
Peso baixo ao nascer	4,48	5,75	7,8	5,76	8,39	4,92	7,96	10,31	6,5	(-)

Desnutrição Infantil	2,3	2,47	3,92	1,81	3,18	4,35	0	0,86	0,58	0,33
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	28,54	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	0,71	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	115,9	72,19	90,1	82,93	89,3	73,62	48,98	91,77	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	5,59	5,56	5,52	5,48	27,22	10,83	16,15	6,08	10,11	(-)
Mortalidade infantil (<1)	20,69	22,36	20,34	6,78	18,63	11,36	13,84	19,08	4,07	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	0	0	0	3,46	0	0	(-)
Mortalidade na infância	20,69	22,36	20,34	6,78	21,74	3,79	17,3	30,53	4,07	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	13,79	22,36	20,34	6,78	15,53	15,15	10,38	15,27	4,07	(-)
Mortalidade por Aids	5,59	5,56	0	5,48	5,44	0	5,38	0	15,16	(-)
Incidência de dengue	833,15	1911,75	16,57	21,91	1960,14	1645,64	64,59	506,99	1844,42	4268,45
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	430,55	566,86	397,72	542,29	528,15	361,96	452,25	434,24	347,22	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	708,94	597,33	668,25	663,61	800,86	857,2	1036,05	979,24	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	100	100	100	100	100	93,92	87,67	92,87	100	(-)
Deteção de hepatite	5,59	0	11,05	32,87	0	5,41	10,77	5,21	10,11	(-)
Pré-natal insuficiente	61,38	55,91	48,47	31,86	37,27	40,91	29,41	29,77	28,86	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,28	0,28	0,28	0,27	0,27	0,27	0,27	0,27	0,26	0,25
Idade média ao morrer	63,94	64,77	65,36	66,68	64,65	64,24	64,22	65,22	67,61	(-)
Gravidez na adolescência	21,38	16,93	19,32	18,98	13,98	14,02	16,96	15,65	10,16	(-)
Incidência de tuberculose	27,96	33,34	22,1	16,43	32,67	32,48	21,53	31,26	50,53	60,19

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	50
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	40,58	37,72	40,9	41,73	41,29	41,94	39,54	39,81	49,23	48,77

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	71,43	71,43	64,29	64,29	70	70	70	70	80	80
Escolas com recursos para atendimento especializado	1,04	1,24	1,24	1,45	1,29	1,35	1,36	1,4	1,36	1,35
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	4,1	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	4,6	(-)	5	(-)	4,5	(-)	5,3	(-)	5,7	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	97,4	91,5	82,5	89,7	97,6	90,2	(-)	(-)	98,8	98,9
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	97	96,9	96,6	97,8	99,4	98,1	(-)	(-)	100	98,8
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	31,64	19,15	19,1	11,35	25,69	16	5,39	8,85	9,59	9,93
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	(-)	25,13	(-)	(-)	(-)	27,85	34,03	11,91	13,32	12,34
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	44,5	45,3	45,3	42,9	39,5	36,9	23,9	21,3	20,5	22,1
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	8,77	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	21,91	(-)	(-)	36,47	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	84,34	87,83	88,78	90,51	87,77	85,51	85,37	94,06	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	18,18	(-)	(-)	(-)	9,09	(-)	(-)	(-)	19,35
Desigualdade de salário por sexo	0,76	0,77	0,82	0,84	0,82	0,87	0,86	0,83	0,93	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	32,33	21,4	10,63	10,56	41,96	10,42	0	10	0	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	1660,7	2122,93	977,74	1643,3	1960,14	1353,33	489,83	687,75	1106,68	1299,09
Perda de água tratada na distribuição	19,07	24,51	20,03	25,27	27,83	29,37	32,66	31,58	26,14	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Índice de tratamento de esgoto	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
População total atendida com abastecimento de água	88,71	88,71	88,8	88,71	88,7	88,7	88,71	86,6	88,7	88,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,34	(-)	0,21	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	23912,69	25594,35	28415,19	(-)	34693,52	41910,19	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	18,81	18,74	18,42	17,73	17,69	18,31	19,79	20,81	22,51	18,74

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	1668,84	2354,21	1070,52	863,06	1148,70	(-)	0,00	0,00	175,38	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	7,63	6,55	4,35	6,90	8,23	6,82	6,01	6,81	6,32	8,60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-41,74	-11,34	-44,78	-14,39	0,00	-4,73	-11,84	(-)	9,26	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	5,45	11,62	6,26	2,28	1,86	-1,72	-9,26	-8,57	-3,76	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,23	1,42	1,29	1,32	1,58	1,61	4,60	3,70	6,10	9,40
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	21,60	16,00	11,10	10,40
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-131,21	-97,15	-16,19	-232,72	-69,47	-124,20	-19,07	-56,66	-22,60	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-21,49	0,00	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	90,99	-11,23	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,21	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	9,09	(-)	(-)	(-)	27,27	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	33,55	16,67	16,57	16,43	32,67	59,55	32,30	36,47	36,47	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	16,43	(-)	(-)	43,06	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	0,56	0,61	(-)	(-)	0,56	0,69	0,76	0,77	0,70	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	14,68	14,68	(-)	(-)	4,80	8,80	10,85	4,47	5,22	(-)
População atendida com coleta seletiva	49,69	74,43	(-)	(-)	60,77	96,67	96,12	(-)	98,00	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	5,48	5,57	4,38	3,74	4,92	7,28	6,04	6,34	6,64	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,01	0,02	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,04
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	32,00	(-)	(-)	8,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,15	0,23	0,49	0,11	0,19	0,33	0,18	0,59	0,17	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,80	0,74	0,78	0,77	0,77	0,77	0,76	0,73	0,71	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	65,91	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	100,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	80,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	136,67	324,83	284,36	628,93	394,87	201,92	570,54	261,64	60,13	(-)
Taxa de homicídio	16,74	38,81	33,07	71,21	43,56	27,07	59,21	31,26	10,42	(-)
Mortes por armas de fogo	0,00	27,72	22,04	49,30	21,78	21,65	43,06	26,05	10,42	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	71,43	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	28,57	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	50,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	84,63	201,08	50,86	75,90	185,48	234,16	195,40	148,13	75,56	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	8,77	8,50	8,42	9,79	8,40	8,33	9,24	9,17	9,59	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO XII
Pato Bragado/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	61,31	51,55	54,2	51,46	48,81	56,4	59,91	61,07	46,86	41,6
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	22,61	19,57	20,16	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	25,08	26,33
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	1,55	0,73
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	6,77	4,44	3,82	1,69	2,12	1,59	3,88	1,31	0,95	1,8
Peso baixo ao nascer	3,7	6,25	5,56	8,64	9,59	2,38	10,98	5	9,18	(-)

Desnutrição Infantil	0,75	1,78	1,39	0,56	0	1,59	0	0,33	0	0
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	12,77	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	3,12	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	126,41	79,07	91,93	117,63	103,28	96,92	83,72	82,67	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	37,71	37,25	0	36,13	0	0	17,38	20,19	34,2	(-)
Mortalidade infantil (<1)	12,35	0	27,78	0	0	0	24,39	16,67	20,41	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)
Mortalidade na infância	12,35	0	27,78	0	0	0	24,39	16,67	20,41	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	12,35	0	13,89	0	0	11,9	12,2	16,67	20,41	(-)
Mortalidade por Aids	0	0	18,41	0	0	0	0	0	17,1	(-)
Incidência de dengue	113,12	428,39	0	54,2	409,98	5946,52	5595,13	836,68	244,2	4967,17
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	565,61	484,26	460,24	668,47	338,68	375,17	501,67	381,02	347,22	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	1069,93	1379,62	1390,02	1668,93	1733,1	1819,45	2040,84	2416,16	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	65,85	65,05	64,26	63,51	62,33	61,5	94,94	100	100	(-)
Deteção de hepatite	18,85	18,63	18,41	162,6	160,43	0	17,38	52,33	34,2	(-)
Pré-natal insuficiente	4,94	9,38	12,5	6,17	19,18	8,33	21,95	10	7,14	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,38	0,37	0,37	0,36	0,36	0,35	0,52	0,5	0,52	0,34
Idade média ao morrer	66,84	69,65	63,52	67,04	65,86	68,91	64,74	65,55	67,27	(-)
Gravidez na adolescência	19,75	20,31	18,06	14,81	12,33	10,71	21,95	8,33	10,2	(-)
Incidência de tuberculose	0	18,63	0	0	0	0	0	17,44	0	16,84

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	66,67
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	34,51	37,24	47,8	62,75	63	67,55	66,12	74,05	76,58	65,06

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	33,33	33,33	66,67	66,67	3,33	66,67	66,67	100	66,67	100
Escolas com recursos para atendimento especializado	0,96	0,93	0,95	1,87	0,91	1,78	1,95	1,7	0,82	0,8
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	5,9	(-)	6,3	(-)	6,4	(-)	5,6	(-)	7,2	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	59,59	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	75,9	66,7	70,6	65,7	84,1	86	(-)	(-)	85,2	83,3
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	97,5	100	100	100	100	92,5	(-)	(-)	94,5	90,8
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	67	25,4	121	114	14,56	149	74,5	10,93	12,43	9,53
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	40,38	46,33	57	11,92	13,74	9,97	10,52	14,95	11,48	10,43
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	22	19,9	19,6	17,5	11,9	14,1	5,9	10	8,4	6,8
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,05	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	90,33	(-)	(-)	122,1	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	85,71	88,23	86,55	82,96	84,12	83,24	75,92	93,29	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	0	(-)	(-)	(-)	33,33	(-)	(-)	(-)	11,11
Desigualdade de salário por sexo	0,78	0,8	0,81	0,86	0,84	0,9	0,87	0,87	0,9	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	111,03	0	35,95	35,45	0	0	0	0	33,21	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	509,05	149	607,51	813,01	534,76	545,39	851,43	680,27	1744,19	2407,81
Perda de água tratada na distribuição	26,82	50	2,62	3,69	2,07	1,55	19,52	19,6	(-)	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Índice de tratamento de esgoto	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
População total atendida com abastecimento de água	1	100	98,84	100	100	98,7	97,48	99,15	100	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,67	(-)	0,37	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	28049,23	29331,74	29832,10	(-)	38503,57	42312,81	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	33,10	32,03	32,99	30,35	32,62	30,59	31,72	35,50	35,90	27,95

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	6707,96	6289,68	5599,66	9584,63	8928,17	(-)	46,02	263,97	261,20	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	8,49	9,38	7,21	8,32	9,60	6,98	7,76	6,85	6,71	8,73

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-14,71	0,00	-39,22	0,00	0,00	0,00	-34,48	(-)	15,87	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	35,29	31,25	8,12	23,34	-4,38	20,16	-12,82	-3,97	12,03	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,91	2,86	2,70	2,93	2,99	2,30	6,00	12,40	9,60	4,80
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	16,10	25,60	19,40	18,60
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-184,14	26,58	-26,36	-32,97	-135,88	-22,26	124,38	-335,57	79,37	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	159,49	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	33,33

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	0,00	18,63	18,41	36,13	35,65	17,59	52,13	209,31	0,00	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	18,07	(-)	(-)	52,13	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	99,15	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	0,64	0,48	1,31	1,32	1,34	0,67	1,15	0,66	0,45	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	5,64	0,51	2,05	2,05	1,82	20,80	8,07	25,87	18,86	(-)
População atendida com coleta seletiva	100,00	100,00	94,07	100,00	100,00	100,00	100,00	(-)	98,98	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	8,91	9,89	9,60	9,22	8,32	8,78	9,13	9,20	9,44	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,00	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	8,00	(-)	(-)	4,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,04	0,05	0,10	0,03	0,02	0,13	0,11	0,18	0,04	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,45	0,44	0,44	0,43	0,43	0,43	0,42	0,43	0,42	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	80,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	0,00	0,00	0,00	163,40	331,67	0,00	675,68	339,56	0,00	(-)
Taxa de homicídio	0,00	0,00	0,00	18,07	35,65	0,00	69,50	34,89	17,44	(-)
Mortes por armas de fogo	0,00	0,00	0,00	0,00	35,65	0,00	34,75	34,89	17,44	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	71,43	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	50,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	719,06	1072,93	742,16	1315,30	1380,99	1498,14	484,22	1432,02	646,67	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	3,86	4,38	4,52	5,10	5,06	5,23	5,59	5,80	5,81	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO XIII
Santa Helena/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	78,87	66,65	65,62	65,26	61,08	63,31	64,71	64,65	48,05	46,03
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	42,24	31,29	25,08	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	30,18	32,04
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	1,74	2,04
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	3,84	4,82	3,06	2,53	2,59	3,43	4,02	4,05	3,09	3,55
Peso baixo ao nascer	5,94	7,32	6,38	7,73	8,45	7,89	10,54	8,17	8,46	(-)

Desnutrição Infantil	0,48	0,18	1,02	0,67	0,26	0,46	1,65	1,06	0,59	1,14
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	21,7	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	2	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	126,41	79,07	91,93	117,63	103,28	96,92	83,72	82,67	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	37,71	37,25	0	36,13	0	0	17,38	20,19	34,2	(-)
Mortalidade infantil (<1)	12,35	0	27,78	0	0	0	24,39	16,67	20,41	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)
Mortalidade na infância	12,35	0	27,78	0	0	0	24,39	16,67	20,41	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	12,35	0	13,89	0	0	11,9	12,2	16,67	20,41	(-)
Mortalidade por Aids	0	0	18,41	0	0	0	0	0	17,1	(-)
Incidência de dengue	113,12	428,39	0	54,2	409,98	5946,52	5595,13	836,68	244,2	4967,17
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	565,61	484,26	460,24	668,47	338,68	375,17	501,67	381,02	347,22	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	1069,93	1379,62	1390,02	1668,93	1733,1	1819,45	2040,84	2416,16	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	65,85	65,05	64,26	63,51	62,33	61,5	94,94	100	100	(-)
Detecção de hepatite	18,85	18,63	18,41	162,6	160,43	0	17,38	52,33	34,2	(-)
Pré-natal insuficiente	4,94	9,38	12,5	6,17	19,18	8,33	21,95	10	7,14	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,38	0,37	0,37	0,36	0,36	0,35	0,52	0,5	0,52	0,34
Idade média ao morrer	66,84	69,95	63,52	67,04	65,86	68,91	64,74	65,55	67,27	(-)
Gravidez na adolescência	19,75	20,31	18,06	14,81	12,33	10,71	21,95	8,33	10,2	(-)
Incidência de tuberculose	0	18,63	0	0	0	0	0	17,44	0	16,84

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	70,83
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	42,06	41,52	50,86	62,38	66,54	64,82	36,14	57,96	62,79	62,33

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	40	31,03	41,38	44,83	66,67	70,37	92,31	88,46	80,77	83,33
Escolas com recursos para atendimento especializado	2,22	2,44	2,24	2,38	2,35	2,31	2,46	2,23	1,97	1,94
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	6,6	(-)	6,7	(-)	6,9	(-)	6,9	(-)	7	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	38,21	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	51,2	74,3	73	74,7	78,5	78,4	(-)	(-)	85,2	94
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	93,1	90,6	83,9	82,5	86,8	88,9	(-)	(-)	90,3	95,5
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	55,9	82	24,05	23,76	9,85	20,94	11,14	13,31	14,09	12,33
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	13,18	13,74	11,69	12,1	8,81	11,03	5,86	12,47	12,04	13,07
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	20,5	18,2	19,7	19,9	21	17,4	10,8	9,7	9,4	8,4
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	5,53	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	7,63	(-)	(-)	19,61	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	86,08	87,14	89,45	91,55	92,89	96,36	95,54	97,15	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	33,33	(-)	(-)	(-)	44,44	(-)	(-)	(-)	15
Desigualdade de salário por sexo	0,89	0,88	0,9	0,87	0,92	0,96	0,95	0,87	1,02	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	30,88	30,49	30,12	14,87	22,04	0	0	0	15,05	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	181	338,98	301,03	171,72	147,23	224,16	55,48	188,29	99,26	482,14
Perda de água tratada na distribuição	33,51	37,27	42,85	43,64	39,18	39,24	38,42	36,64	33,86	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	38,63	39,14	39,94	40,78	40,61	40,53	40,72	44,7	41,97	(-)
Índice de tratamento de esgoto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
População total atendida com abastecimento de água	48,94	53,76	53,76	53,75	53,76	53,76	53,76	55,46	51,99	51,99

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,67	(-)	0,37	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	33300,24	33047,16	35652,74	(-)	45165,71	54197,49	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	22,38	22,58	22,98	23,48	23,54	23,26	25,23	29,20	27,81	23,76

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	2224,22	4219,16	1934,06	2374,91	4260,97	(-)	229,24	448,69	621,90	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	9,15	10,75	9,68	10,13	10,93	7,31	8,02	8,31	8,65	7,60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-16,46	43,67	-23,65	-3,22	-20,08	9,52	11,15	(-)	-4,46	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	11,05	12,54	6,48	10,88	15,89	8,84	13,13	9,12	6,56	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	2,82	2,24	2,27	2,30	2,21	2,02	3,00	4,50	3,60	4,10
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	13,20	11,40	12,40	8,50
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	45,28	-84,67	-25,64	-43,35	-40,21	-51,96	-6,11	-62,60	-31,42	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	-21,31	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-114,42	3,02	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	23,61	19,48	38,59	26,71	18,88	26,15	44,39	35,31	35,31	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	3,82	(-)	(-)	92,47	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	1,08	0,52	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	18,18	10,91	(-)
População atendida com coleta seletiva	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	99,00	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	6,51	6,73	6,56	6,14	6,22	6,51	7,22	7,87	8,62	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,00	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	24,00	(-)	(-)	16,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,05	0,06	0,06	0,03	0,08	0,13	0,06	0,16	0,07	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,55	0,59	0,57	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	100,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	135,09	202,77	67,96	102,77	241,71	314,36	428,11	186,64	117,14	(-)
Taxa de homicídio	15,79	27,31	11,58	11,45	26,43	33,62	44,39	19,61	51,00	(-)
Mortes por armas de fogo	11,84	3,90	7,72	11,45	18,88	18,68	40,69	15,69	31,38	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	100,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	66,67	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	276,98	1125,97	195,77	348,65	960,50	1275,59	772,06	973,37	1568,43	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	4,78	5,04	5,10	5,16	5,16	4,79	5,35	5,69	6,65	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO XIV
Santa Terezinha de Itaipu/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	58,98	49,48	62,63	63,86	63,22	64,84	65,21	65,22	50,01	50,65
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	32,89	22,53	20,24	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	31,88	36,15
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,35	1,44
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	3,53	2,67	2,2	2,65	3,11	3,97	4,09	2,83	3,07	3,95
Peso baixo ao nascer	7,62	8,61	4,97	6,71	6,71	11,6	10,53	9,39	12,5	(-)

Desnutrição Infantil	1,37	0,26	2,2	0,63	0,54	1,16	0,73	0,84	1,67	1,58
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	28,77	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	1,83	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	89,66	56,1	85,67	98,8	73,24	78,56	61,47	45,46	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	13,29	4,39	4,35	8,61	12,78	0	0	0	16,11	(-)
Mortalidade infantil (<1)	6,35	23,18	5,24	6,71	8,75	25,08	14,62	25,27	19,23	(-)
Mortalidade materna	0	3,31	2,62	0	0	0	0	0	0	(-)
Mortalidade na infância	9,52	23,18	7,85	10,07	11,66	0	17,54	25,27	22,44	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	6,35	13,25	5,24	3,36	5,83	21,94	14,62	25,27	9,62	(-)
Mortalidade por Aids	4,43	4,39	4,35	4,31	4,26	4,22	0	4,12	4,03	(-)
Incidência de dengue	779,8	4130,27	30,45	47,36	2224,59	3502,26	1065,74	791,87	11318,11	4633,81
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	296,85	377,47	304,45	348,78	353,72	249,09	324,99	346,92	351,65	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	843,92	850,76	927,18	1052,45	1022,05	963,7	1245,48	1521,62	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	100	100	100	100	100	88,22	100	100	100	(-)
Deteção de hepatite	66,46	57,06	52,19	38,75	25,57	4,22	8,36	4,12	32,22	(-)
Pré-natal insuficiente	19,37	14,24	12,04	15,1	16,33	19,75	13,74	9,39	12,5	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,13	0,25	0,26	0,21	0,2
Idade média ao morrer	61,89	64,68	65,12	62,06	66,82	68,71	66,73	67,34	65,36	(-)
Gravidez na adolescência	15,87	17,88	13,87	13,76	14,58	8,78	9,65	7,58	11,22	(-)
Incidência de tuberculose	26,58	39,5	21,75	43,06	12,78	8,44	20,9	28,85	28,19	27,94

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	64,29
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	30,78	28,65	33,46	32,7	34,92	33,09	28,51	34,19	42,3	45,43

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	47,06	52,94	75	75	85,71	85,71	78,57	64,29	78,57	92,86
Escolas com recursos para atendimento especializado	1,35	1,38	1,38	1,54	1,58	1,6	1,81	1,7	1,51	1,45
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	6,7	(-)	6,8	(-)	6,8	(-)	6,9	(-)	7,8	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	44,27	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	92	91,1	87	90,1	88,7	89,1	(-)	(-)	80,8	82,2
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	98,1	98,5	98,3	99,5	97,1	96,3	(-)	(-)	92,4	97,6
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	109	137,75	573	40,07	34,69	30,75	14	20,63	17,16	12
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	24,32	23,43	28,71	21,93	15,45	21,5	20,29	13,23	13,96	12,92
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	21,7	19,3	18,4	18,8	17,3	14,4	5,8	5,8	5,4	5,3
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	5,27	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	12,92	(-)	(-)	28,85	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	91,35	92,73	91,11	94,68	95,69	96,91	90,04	98,12	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	33,33	(-)	(-)	(-)	33,33	(-)	(-)	(-)	44,44
Desigualdade de salário por sexo	0,93	0,95	0,9	0,92	0,92	0,92	0,91	0,79	0,94	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	52,1	42,92	25,46	50,35	49,81	0	0	0	7,76	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	31,01	79,01	39,14	34,45	51,14	84,39	12,54	20,61	92,63	147,68
Perda de água tratada na distribuição	28,86	27,82	23,48	23,05	20,42	21,55	20,64	18,99	20,78	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	38,19	65,23	70,51	90,63	93,21	97,79	98,68	98,59	85,38	(-)
Índice de tratamento de esgoto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
População total atendida com abastecimento de água	99,98	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	91,21	91,21

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,7	(-)	0,42	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	23009,18	21102,04	22533,87	(-)	24988,70	28728,52	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	19,77	19,02	18,43	19,30	19,16	18,32	19,62	20,68	20,89	15,97

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	2020,88	3023,21	2406,44	3104,35	5897,00	(-)	55,20	105,47	56,01	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	8,70	7,76	8,45	7,94	10,20	5,39	5,42	5,40	4,69	6,02

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-9,05	-33,33	-7,84	-9,71	-14,08	-13,79	-23,15	(-)	-30,30	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	13,77	2,64	6,12	7,67	7,79	9,92	9,98	1,03	7,01	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,56	1,67	1,66	1,68	1,84	1,78	2,50	3,40	2,20	0,70
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	8,90	6,80	4,00	2,90
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-153,25	-79,18	0,32	-8,01	-3,66	-16,94	5,40	10,09	-26,97	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	-12,12	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-68,78	5,11	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	33,33	(-)	(-)	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	0,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	31,01	26,34	39,14	25,84	21,31	12,66	16,72	16,49	24,73	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	21,53	(-)	(-)	45,97	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	0,50	0,50	0,49	(-)	0,76	0,67	0,66	0,64	0,12	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	29,13	29,13	29,13	(-)	18,63	31,25	31,23	27,78	(-)	(-)
População atendida com coleta seletiva	100,00	100,00	100,00	(-)	98,66	100,00	100,00	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	4,21	3,80	2,90	3,02	3,59	3,55	3,53	3,52	3,84	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,00	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,01	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	20,00	(-)	(-)	20,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,03	0,04	0,03	0,01	0,03	0,05	0,05	0,05	0,05	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,16	0,16	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,16	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,01	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,01
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	80,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	106,42	107,53	181,49	331,86	149,98	152,96	78,28	201,29	96,02	(-)
Taxa de homicídio	17,79	13,19	26,11	43,06	21,31	16,88	8,36	20,61	28,85	(-)
Mortes por armas de fogo	8,89	8,80	21,76	30,14	12,78	16,88	4,18	16,49	12,37	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	85,71	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	57,14	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	50,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	81,80	246,20	153,32	286,39	703,68	561,42	175,42	376,46	282,55	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	10,28	9,53	9,71	11,35	12,18	12,39	15,12	13,59	11,03	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO XV
São José das Palmeiras/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	73,53	69,1	66,62	65,92	66,18	69,79	69,24	65,15	50,21	48,52
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	45,44	42,96	31,82	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	36,92	37,59
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	2,84	1,62
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	6,02	13,1	9,01	7,08	10,42	6,52	3,23	5,88	13,95	15,15
Peso baixo ao nascer	8,47	5,77	10,81	19,51	6,67	8,93	2,7	9,26	2	(-)

Desnutrição Infantil	3,76	1,19	0,9	0	4,17	6,52	3,23	1,18	0	0
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	34,56	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	0,98	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	90,42	66,61	82,95	92,33	59,24	69,3	72,57	74,03	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	0	0	26,21	0	0	82,71	27,77	29,39	0	(-)
Mortalidade infantil (<1)	0	0	13,51	24,39	0	17,86	0	18,52	0	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)
Mortalidade na infância	0	0	13,51	24,39	16,67	0	27,03	18,52	0	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	0	0	13,51	0	0	17,86	0	18,52	0	(-)
Mortalidade por Aids	0	0	0	0	0	0	27,77	25,27	0	(-)
Incidência de dengue	181,96	26,1	0	27,16	82,1	358,42	27,77	1255,23	2602,98	7369,73
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	623,86	626,3	445,49	543,18	602,08	512,82	764,53	540,81	248,51	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	895,87	1035,29	1227,23	1176,76	1315,17	1435,08	1704,14	2075,53	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	89,29	89,68	90,03	90,41	93,7	94,42	95,86	99,44	100	(-)
Detecção de hepatite	25,99	0	0	0	0	27,57	0	0	0	(-)
Pré-natal insuficiente	16,95	17,31	24,32	24,39	18,33	17,86	10,81	14,81	10	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,26	0,26	0,26	0,27	0,27	0,28	0,28	0,25	0,25	0,25
Idade média ao morrer	68,29	67,17	65,96	66,09	64,35	64,77	62,65	64,19	67,47	(-)
Gravidez na adolescência	11,86	15,38	17,57	19,51	15	21,43	10,81	18,52	18	(-)
Incidência de tuberculose	51,99	0	78,62	0	27,37	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	66,67
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	43,24	41,3	42,08	50,28	50	43,35	36,26	35,91	42,27	42,03

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	33,33	66,67	66,67	100	100	100	100	100	100	100
Escolas com recursos para atendimento especializado	0	0	0	0	1,23	1,24	1,3	1,26	1,32	0
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	5,6	(-)	5,7	(-)	5,5	(-)	6,4	(-)	6,5	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	71,88	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	100	71,4	70	66,7	56,3	66,7	(-)	(-)	100	100
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	85,3	84,2	90	96,7	96,9	100	(-)	(-)	97	89,2
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	28,67	31,5	19,67	37	19,83	27	6,06	7,86	8,91	8,83
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	20,33	19,07	20,77	27,71	17	18,12	8,48	13,89	13,41	12,29
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	28,3	28,9	25,7	25,2	19,4	17,9	12,3	11,8	9,9	10,1
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	11,04	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	0	(-)	(-)	25,27	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	100	100	100	100	100	100	100	92,99	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	0	(-)	(-)	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	22,22
Desigualdade de salário por sexo	0,82	0,86	0,87	0,84	0,82	0,83	0,87	0,94	1,06	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	0	0	0	0	0	0	0	100,86	50,1	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	77,98	104,38	52,41	135,8	82,1	110,28	0	0	75,04	868,49
Perda de água tratada na distribuição	37,49	40,06	37,76	36,31	34,58	37,35	35,65	22,58	26,41	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Índice de tratamento de esgoto	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
População total atendida com abastecimento de água	84,69	86,8	87,97	91,93	93,98	97,85	99,97	92,52	73,78	73,78

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,72	(-)	0,41	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	21376,95	19232,63	20465,85	(-)	25035,75	27502,48	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	15,46	16,09	16,44	16,13	17,29	16,59	17,16	17,68	16,13	9,55

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	4990,59	6176,13	4530,89	5011,63	6249,05	(-)	0,00	55,40	587,08	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	3,32	3,24	3,00	3,20	2,47	7,13	8,32	7,20	6,04	9,33

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	0,00	0,00	24,39	-45,45	0,00	-50,00	0,00	(-)	0,00	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	4,81	-4,76	-12,05	12,68	-2,87	27,35	-5,19	0,00	10,58	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,78	1,61	1,52	1,94	1,51	1,78	6,20	6,40	-1,60	2,30
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	12,20	14,90	9,50	1,40
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-51,96	-1,88	-158,99	49,11	48,38	-129,94	46,97	-37,62	-9,40	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-15,66	-109,29	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	46,28	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	11,11

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	25,99	26,10	26,21	27,16	0,00	55,14	55,54	25,27	75,82	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	55,54	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	0,46	0,52	0,51	0,54	0,55	0,52	0,54	0,48	1,51	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	23,08	22,47	22,62	7,62	(-)
População atendida com coleta seletiva	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	100,00	100,00	(-)	56,72	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	17,42	20,34	16,71	17,32	17,68	16,26	13,85	13,68	16,43	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,00	0,00	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	16,00	(-)	(-)	16,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,13	0,18	0,19	0,34	0,34	0,41	0,12	0,43	0,22	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	1,04	1,07	1,08	1,13	1,13	1,13	1,16	1,07	1,08	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	40,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	0,00	0,00	240,96	247,52	0,00	527,70	277,01	552,49	297,62	(-)
Taxa de homicídio	0,00	0,00	26,95	27,16	0,00	55,14	27,77	101,09	50,54	(-)
Mortes por armas de fogo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,57	27,77	50,54	50,54	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	57,14	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	50,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	321,79	528,08	297,21	501,46	585,76	663,96	563,96	710,20	838,78	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	2,26	2,28	2,58	2,59	3,59	3,44	4,72	5,13	3,67	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO XVI
São Miguel do Iguaçu/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	66,57	58,69	63,62	59,74	53,28	57,04	58,32	60,02	50	48,61
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	38,62	33,09	28,89	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	32,05	33
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	1,38	1,31
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	9,49	6,09	6,8	6,26	3,18	6,67	4,72	3,53	4,2	4,04
Peso baixo ao nascer	6,7	6,18	6,31	6,96	6,05	6,48	7,36	9	9,78	(-)

Desnutrição Infantil	2,14	2,61	2,89	1,22	0,47	1,87	0,92	0,62	0,26	0,62
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	19,21	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	1,13	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	87,67	52,9	76,79	75,05	80,08	60,31	56,04	73,71	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	3,68	14,64	3,64	21,96	18,21	3,63	21,66	19,99	16,69	(-)
Mortalidade infantil (<1)	13,86	11,44	12,14	16,24	9,3	9,26	7,61	17,5	4,89	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(-)
Mortalidade na infância	13,86	16,02	14,56	18,56	11,63	4,63	12,69	20	4,89	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	6,93	9,15	9,71	16,24	6,98	9,26	5,08	10	2,44	(-)
Mortalidade por Aids	3,68	3,66	0	3,66	3,64	0	0	10,3	0	(-)
Incidência de dengue	584,62	2411,27	43,7	43,92	1056,39	2204,82	324,96	1874,68	6125,95	7586,60
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	364,01	285,4	411,49	461,12	356,99	346,07	255,74	258,5	395,87	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	913,65	985,27	1112,06	1258,44	1286,36	1223,93	1378,57	1790,95	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
Detecção de hepatite	47,8	91,47	50,98	29,28	32,78	21,76	18,05	13,74	20,03	(-)
Pré-natal insuficiente	32,1	25,86	31,55	28,54	19,07	15,74	15,99	19,75	17,6	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,07	0,07	0,07	0,07	0,07	0,04	0,43	0,41	0,38	0,36
Idade média ao morrer	60,32	62,9	63,92	64,19	66,21	66,56	66,61	67,54	69,03	(-)
Gravidez na adolescência	20,32	17,16	15,78	16,71	13,49	14,81	11,68	12,25	10,51	(-)
Incidência de tuberculose	14,71	7,32	32,77	29,28	14,57	21,76	3,61	6,87	16,69	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	76,92
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	30,05	33,63	37,32	35,19	36,97	42,47	40,83	50,85	50,97	51,97

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	45,45	48,48	54,55	58,06	59,26	55,56	62,96	57,69	50	65,38
Escolas com recursos para atendimento especializado	1,51	1,66	1,83	2,18	2,26	2	2,28	1,88	1,86	2,14
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	6,1	(-)	6,3	(-)	6,1	(-)	6,2	(-)	6,3	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	49,53	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	73,3	65,7	70,3	75,4	78,2	81,4	(-)	(-)	82,5	83,2
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	95,8	92,5	92,6	93,7	90,8	89,5	(-)	(-)	86,1	87,5
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	34,94	35,59	22,43	34,1	43,07	17,97	3,82	14,32	14,4	17,3
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	9,06	8,06	8,49	16,12	10,79	14,65	6,19	11,68	11,49	10,96
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	27	27	25,4	24	23,3	22,4	11,3	11,1	10,6	9,7
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	6,27	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	62,21	(-)	(-)	30,9	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	81,91	83,95	86,6	87,57	88,14	91,28	88,39	95,89	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	11,11
Desigualdade de salário por sexo	0,89	0,88	0,91	0,94	0,93	0,98	0,96	0,86	0,99	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	44,11	58,42	29,02	43,24	42,97	0	0	0	0	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	47,8	120,75	58,26	51,24	120,21	105,16	36,11	44,64	243,64	301,34
Perda de água tratada na distribuição	25,62	27,54	27,43	32,06	29,56	25,83	26,79	26,14	22,14	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	52,4	53,53	54,46	57,84	57,84	63,98	65,57	63,59	54,82	(-)
Índice de tratamento de esgoto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
População total atendida com abastecimento de água	83,46	85,44	87,67	90,9	91,16	92,78	94,67	91,3	64,13	64,13

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,67	(-)	0,37	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	37274,12	34330,47	36719,62	(-)	43742,18	53082,67	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	28,26	27,81	26,58	27,72	29,00	28,98	31,79	33,17	32,92	28,55

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	657,19	1162,34	1029,71	971,46	1180,58	(-)	106,71	213,76	142,75	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	9,07	9,54	12,03	12,93	12,67	11,65	9,05	8,24	8,19	11,68

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	-9,95	5,66	-5,29	1,20	-2,38	-4,16	12,24	(-)	-4,26	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	15,72	13,13	1,12	2,94	9,58	6,48	0,61	-0,35	7,79	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	1,38	1,46	1,45	1,70	1,69	1,90	4,90	5,30	4,50	5,90
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	15,30	13,00	12,20	10,10
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	-58,35	7,29	-47,10	-89,15	58,10	-41,63	25,16	-11,48	-10,43	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	-156,74	-5,07	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	33,33

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	58,83	32,93	50,98	21,96	29,14	18,13	39,72	27,47	34,34	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	40,26	(-)	(-)	54,16	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	1,07	0,78	(-)	(-)	(-)	1,27	0,79	1,26	0,54	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	23,45	24,72	(-)	(-)	(-)	17,53	8,66	7,58	37,36	(-)
População atendida com coleta seletiva	91,96	100,00	(-)	(-)	(-)	100,00	100,00	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	8,42	9,14	7,97	7,87	7,32	7,61	7,82	7,14	8,15	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,01	0,01	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	32,00	(-)	(-)	40,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,44	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,03	0,05	0,07	0,05	0,07	0,07	0,12	0,15	0,11	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,68	0,68	0,68	0,69	0,70	0,70	0,69	0,66	0,64	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	11,87	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	11,95
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	60,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	267,46	120,16	395,86	248,06	63,13	257,48	231,63	218,34	34,27	(-)
Taxa de homicídio	33,41	22,17	51,48	36,60	14,57	29,01	25,27	24,04	17,17	(-)
Mortes por armas de fogo	29,70	22,17	44,13	21,96	7,29	21,76	18,05	13,74	10,30	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	71,43	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	66,67	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	126,37	169,36	179,20	360,88	267,87	415,83	320,68	392,48	623,61	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	7,66	7,28	7,38	8,38	9,08	7,21	9,79	8,80	8,99	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

ANEXO XVII
Terra Roxa/PR

Tabela 01 - ODS 1 - Erradicação da pobreza

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Famílias inscritas no Cadastro Único p/ prog. Sociais	73,72	63,88	67,45	65,6	65,53	67,29	68,81	67,05	51,71	47,89
Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	42,08	36,31	31,5	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	26,91	27,99
Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	1,01	1,37
Pessoas com renda de até 1/4 do Salário Mínimo	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 02 - ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Obesidade Infantil	17,34	4,51	4,32	3,9	5,86	8,74	4,71	4,26	3,28	3,06
Peso baixo ao nascer	6,56	9,42	6,35	6,08	6,18	7,47	10	6,17	11,16	(-)

Desnutrição Infantil	0	3,38	1,85	1,95	0,33	0,97	1,57	0,99	1,63	0,66
Produtores de agricultura familiar com apoio da PRONAF	(-)	(-)	20,35	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Estabelecimentos que praticam agricultura orgânica	(-)	(-)	1,49	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 03 - ODS 3 - Saúde e bem-estar

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cobertura vacinal	129,25	75,06	97,44	101,44	102,42	54,97	70,78	69,67	(-)	(-)
Mortalidade por suicídio	17,13	11,38	11,35	17,2	5,72	17,12	11,39	6,38	5,42	(-)
Mortalidade infantil (<1)	12,3	17,94	7,94	3,8	0	4,15	0	17,62	20,66	(-)
Mortalidade materna	0	0	0	3,8	0	4,15	0	0	8,26	(-)
Mortalidade na infância	12,3	17,94	11,9	3,8	0	0	4,17	17,62	20,66	(-)
Mortalidade neonatal (0 a 27 dias)	8,2	13,45	3,97	0	0	12,45	0	13,22	16,53	(-)
Mortalidade por Aids	0	0	0	5,73	0	5,71	5,69	0	0	(-)
Incidência de dengue	725,01	557,67	62,4	51,61	3581,03	1706,43	79,72	964,87	3548,76	8351,30
Mortalidade prematura por doenças crônicas não-transmissíveis	462,41	443,86	436,83	510,35	423,32	333	395,08	335,03	399,74	(-)

Orçamento municipal para saúde	(-)	712,55	783	811,98	945,38	868,95	873,74	1242,41	1280,38	(-)
População atendida por equipes de saúde da família	79,03	100	100	100	100	98,68	100	100	100	(-)
Detecção de hepatite	22,83	17,07	56,73	80,28	45,76	5,71	0	11,04	5,42	(-)
Pré-natal insuficiente	20,9	30,04	11,9	17,11	11,58	17,43	19,17	13,66	13,22	(-)
Unidades Básicas de Saúde	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,23	0,34	0,33	0,28	0,27
Idade média ao morrer	64,97	67,19	64,3	67,09	68,77	70,51	69,62	72,68	67,44	(-)
Gravidez na adolescência	16,39	14,35	16,27	8,37	11,97	12,03	14,58	14,98	11,16	(-)
Incidência de tuberculose	5,71	0	0	28,67	5,72	22,83	17,08	11,04	27,1	16,17

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 04 - ODS 4 - Educação de Qualidade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio (pública)	83,33	100	100	100	100	100	100	100	100	81,25
% crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches	27,41	41,65	47,62	51,23	53,49	55,85	50,12	42,41	43,45	43,86

Escolas com dependências adequadas a pessoas com deficiência	29,41	44,44	44,44	50	75	68,75	56,25	68,75	81,25	100
Escolas com recursos para atendimento especializado	1,88	1,53	1,75	1,75	1,46	1,72	1,92	1,78	1,94	2,17
IDEB (anos finais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
IDEB (anos iniciais)	5,3	(-)	5,4	(-)	6	(-)	6	(-)	6,8	(-)
Jovens (18 e 19 anos) com ensino médio concluído	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	51,61	(-)	(-)
Professores com nível superior - Educação Infantil	100	93,2	93,3	91,7	96,2	96,5	(-)	(-)	97,9	98,2
Professores com nível superior - Ensino Fundamental	93,7	94,2	97,3	97,2	95,5	97	(-)	(-)	97	95,7
Razão entre nº de matrículas e prof. na pré-escola	113,33	15,17	7,2	37,67	36,25	12,94	5,58	8,92	9,56	8,68
Razão entre nº de matrículas e prof. ensino fundamental	16,24	12,98	13,62	14,72	8,52	12,73	8,23	12,25	12,07	10,91
Taxa de distorção idade-série ensino fundamental	24,9	24,2	23,5	23,8	23,9	23,7	12,8	11,4	10,3	10,1
Analfabetismo (15 anos ou mais)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	6,99	(-)	(-)

Centros culturais, casas e espaços de cultura	(-)	(-)	(-)	17,2	(-)	(-)	22,08	(-)	(-)	(-)
Crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola	97,17	98,14	100	100	100	100	100	95,09	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 05 - ODS 5 - Igualdade de Gênero

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Presença de vereadoras na Câmara Municipal	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	5,56
Desigualdade de salário por sexo	0,81	0,81	0,82	0,83	0,78	0,81	0,83	0,91	0,87	(-)
Diferença % entre jovens mulheres e homens que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Taxa de feminicídio	45,75	11,41	34,13	68,07	33,94	0	0	0	0	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 06 - ODS 6 - Água limpa e saneamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	262,6	233,31	51,06	34,41	11,44	74,19	0	22,08	585,46	1417,94
Perda de água tratada na distribuição	25,75	21,77	19,63	20,73	19,31	19,37	18,25	17,02	14,86	(-)
População atendida com esgotamento sanitário	(-)	47,76	47,8	48,85	56,55	57,69	59,36	58,09	52,72	(-)
Índice de tratamento de esgoto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	(-)
População total atendida com abastecimento de água	92,6	93,79	93,21	95	96,16	97,48	97,88	95,49	77,27	77,27

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 07 - ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Domicílios com acesso à energia	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Vulnerabilidade energética	(-)	(-)	0,67	(-)	0,37	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 08 - ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População ocupada entre 10 e 17 anos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
PIB per capita	(-)	36575,88	34816,63	38866,78	(-)	52052,69	50881,40	(-)	(-)	(-)
Desemprego	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Desemprego de jovens	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Ocupação formal das pessoas com 16 anos ou mais	25,24	23,62	23,38	23,33	22,11	21,15	23,10	24,79	23,92	19,45

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 09 - ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento Público em infraestrutura urbana por habitante	1442,45	1186,21	1252,11	306,67	138,39	(-)	107,65	70,67	57,34	(-)
Participação dos empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia	5,12	3,91	3,04	5,35	3,07	3,74	3,66	4,00	4,19	5,14

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 10 - ODS 10 - Redução das desigualdades

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Renda municipal apropriada pelos 20% mais pobres	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Coeficiente de Geni	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Diferença na taxa de mortalidade infantil entre crianças nascidas de mães PP e BA	2,11	32,28	6,02	-6,21	0,00	-7,58	0,00	(-)	-33,06	(-)
Diferença na taxa de gravidez na adolescência entre mães PP e BA	-3,90	7,39	7,87	0,66	9,97	6,43	7,96	5,08	7,44	(-)
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre PP e B	2,87	2,09	1,60	1,14	1,00	1,36	7,60	5,30	5,30	5,40
Diferença na taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental entre PP e B	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	7,50	7,60	7,80	9,90
Diferença na taxa de homicídios entre PP e BA	97,08	143,81	18,72	-85,95	30,08	-4,54	19,26	-12,55	0,00	(-)

Diferença na taxa de feminicídio de mulheres PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Diferença na taxa de homicídio juvenil masculino entre jovens PPI e BA	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	0,00	(-)
Razão do rendimento médio real	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Acesso a equipamentos da atenção básica à saúde	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Violência contra a população LGBTQIA+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de vereadores eleitos PPI	(-)	11,11	(-)	(-)	(-)	22,22	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 11 - ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Mortes no trânsito	22,83	34,14	11,35	5,73	17,16	11,41	51,25	33,11	22,08	(-)

População residente em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Domicílios em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)
Equipamentos esportivos municipais	(-)	(-)	(-)	5,73	(-)	(-)	39,86	(-)	(-)	(-)
Percentual da população PP em favelas e comunidades urbanas	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 12 - ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Resíduos sólidos domiciliares coletados per capita	0,19	0,74	0,95	1,18	1,06	1,06	0,62	0,63	0,55	(-)
Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente	2,64	(-)	6,86	19,05	5,98	5,92	9,37	8,53	10,16	(-)
População atendida com coleta seletiva	(-)	(-)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	(-)	76,38	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 13 - ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões de CO ₂ e per capita	12,74	11,38	10,79	10,01	10,11	11,38	10,39	9,76	10,55	(-)
Concentração de focos de queimadas	0,01	0,02	0,01	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,01	0,02
Estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres ambientais	(-)	(-)	4,00	(-)	(-)	20,00	(-)	(-)	(-)	(-)
Proporção de domicílios em áreas de risco	(-)	(-)	(-)	0,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Percentual do município desflorestado	0,03	0,04	0,08	0,03	0,07	0,05	0,05	0,09	0,04	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 14 - ODS 14 - Vida na Água

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 15 - ODS 15 - Proteger a vida terrestre

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Hectare de áreas florestadas e naturais por habitante	0,46	0,47	0,47	0,49	0,50	0,50	0,50	0,48	0,43	(-)
Unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável	(-)	(-)	(-)	3,27	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	3,24
Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	100,00	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 16 - ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições eficazes

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homicídio juvenil masculino	144,79	242,48	293,11	346,19	300,90	152,21	156,25	217,04	0,00	(-)
Taxa de homicídio	23,11	28,81	45,99	45,87	40,04	17,12	17,08	22,08	5,52	(-)
Mortes por armas de fogo	17,33	17,29	34,49	34,41	22,88	5,71	11,39	16,56	0,00	(-)
Grau de estruturação da política de controle interno e combate à corrupção	(-)	(-)	(-)	(-)	71,43	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos	(-)	(-)	(-)	(-)	42,86	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)
Grau de estruturação das políticas de transparência	(-)	(-)	(-)	(-)	50,00	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)

Tabela 17 - ODS 17 - Parcerias e meios de implementação

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Investimento público	148,07	276,99	341,10	426,36	335,30	424,12	368,64	412,60	266,79	(-)
Total de receitas municipais arrecadadas	10,60	9,36	8,58	9,95	9,79	8,48	10,19	9,41	9,49	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IDSC-BR (2025)